



integra⁺

Integração de Migrantes

2018-2020

- PlanoMunicipal -

Odemira
MUNICÍPIO



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



GOVERNO DE
PORTUGAL



SGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM
ASSOCIAÇÃO PARA A CIDADANIA E MIGRAÇÃO

FICHA TÉCNICA

Título

ODEMIRA INTEGRA⁺, Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2018 - 2020

Conceção geral

Comissão Local para a Interculturalidade



Supervisão

Ana Paula Correia, Coordenadora do Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Deolinda Seno Luís, Vereadora com competências delegadas na área da Ação Social

Período de Execução

De 01 de outubro de 2018 a 31 de agosto de 2020

Agradecimentos

Depois de concluída a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (2ª Geração), não podemos deixar de expressar o nosso MUITO OBRIGADO a todos/as aqueles/as que, das formas mais diversificadas, contribuíram para a conceção do projeto ODEMIRA INTEGRA⁺ e se afirmaram como peças fundamentais na concretização de todo este processo, designadamente:

- a todos/as os/as parceiros/as da Comissão Local para a Interculturalidade, pela disponibilidade e resiliência constantes demonstradas;
- ao Alto Comissariado para as Migrações, pelo apoio, incentivo e orientação metodológica que nos continuaram a prestar;
- à Logframe - Consultoria e Formação, pelo apoio e conhecimento especializado prestados na conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e pelo integral respeito de práticas participativas e colaborativas junto de todos/as as/os intervenientes durante o processo;
- a todos/as os/as parceiros/as locais que, mesmo não integrando a Comissão Local para a Interculturalidade, contribuíram para a conceção deste Plano, partilhando experiências, conhecimentos e propondo estratégias de intervenção;
- aos diversos serviços técnicos do Município de Odemira, pela colaboração demonstrada (Divisão de Desenvolvimento Sócio-Cultural/Setor da Ação Social e Divisão de Gestão Interna/Setores de Informática e de Comunicação e Informação);

A todos/as o nosso reconhecimento por aceitarem trilhar este caminho de concertação, partilha e compromisso.

Índice Geral

Índice de Figuras	6
Índice de Gráficos.....	7
Índice de Tabelas.....	10
Nota de Abertura	13
Enquadramento	15
Âmbito do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes.....	15
Objetivos do Projeto “ODEMIRA INTEGRA+”	16
Estrutura do PMIM.....	17
Metodologia.....	17
Processo Conducente à Aprovação do PMIM.....	20
Apresentação Pública.....	20
Diagnóstico.....	21
Contextualização e Breve Resenha Histórica do Concelho de Odemira.....	21
A População.....	28
Levantamento Qualitativo e Quantitativo da Realidade Migrante no Concelho.....	42
Serviços de Acolhimento e Integração.....	51
Urbanismo e Habitação.....	63
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	67
Educação e Língua.....	81
Formação e Capacitação	92
Cultura.....	95
Saúde.....	97
Solidariedade e Resposta Social.....	100
Cidadania e Participação Cívica.....	109
Media e Sensibilização da Opinião Pública	112
Racismo e Discriminação.....	114
Relações Internacionais.....	116
Religião.....	117
Um olhar sobre a migração no concelho de Odemira	119
Plano Municipal para Integração de Migrantes.....	121
Dimensão Estratégica.....	121
Dimensão Operacional.....	126
Acolhimento e integração.....	126
Urbanismo e habitação	131
Mercado de trabalho e empreendedorismo.....	133

Educação e língua.....	135
Saúde.....	138
Solidariedade e resposta social.....	140
Cidadania e participação cívica.....	140
Media e sensibilização da opinião pública.....	141
Racismo e discriminação.....	143
Religião.....	145
Teoria da mudança.....	146
Modelo de Monitorização e Avaliação.....	147
Questões de avaliação.....	148
Modelo de Governação.....	152
Lista de siglas.....	153
Referências Bibliográficas e Eletrónicas.....	154
Anexos.....	157

Índice de Figuras

Figura 1 - Concelho de Odemira em Portugal	21
Figura 2 - Alentejo Litoral	22
Figura 3 - Baixo Alentejo	22
Figura 4 - Freguesias e concelhos adjacentes do território de Odemira	23
Figura 5 - Barragem e perímetro de rega do Mira	24
Figura 6 – Densidades populacionais das freguesias do concelho de Odemira.....	34

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da população no concelho de Odemira numa temporalidade média	29
Gráfico 2 – Evolução populacional por freguesias	31
Gráfico 3 – Saldo populacional total dos concelhos da região do Alentejo Litoral, nos anos de 2001, 2011 e 2017 (N.º)	31
Gráfico 4 – População por grupos etários em 1991.....	35
Gráfico 5 – População por grupos etários em 2001.....	35
Gráfico 6 – População por grupos etários em 2011.....	35
Gráfico 7 – População por grupos etários em 2016.....	35
Gráfico 8 – Pirâmides etárias 1991, 2001 e 2011.....	36
Gráfico 9 – Famílias com e sem filhos	40
Gráfico 10 – Escolarização da população por freguesia.....	41
Gráfico 11 – População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008, 2013 e 2016	44
Gráfico 12 – Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008-2013 e 2013-2016.....	44
Gráfico 13 – População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008, 2013 e 2016, no concelho de Odemira.....	47
Gráfico 14 – Variação da população estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008-2013 e 2013-2016, no concelho de Odemira	48
Gráfico 15 – N.º de estrangeiros residentes, com Título de Residência (TR) no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2008, 2013 e 2017 (%)	50
Gráfico 16 – N.º de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o seu país de origem, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018.....	53
Gráfico 17 – N.º de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o género, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018.....	54
Gráfico 18 – N.º de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o motivo da sua deslocação, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018	54
Gráfico 19 – N.º de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o local de atendimento, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018.....	55
Gráfico 20 – N.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, nas Juntas de Freguesia, nos anos de 2013, 2014 e 2017	56
Gráfico 21 – Variação percentual do n.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, por Juntas de Freguesia, nos anos de 2013-2014 e 2014-2017	57
Gráfico 22 – N.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo grandes zonas mundiais, nos anos de 2013, 2014 e 2017.....	58
Gráfico 23 – Variação percentual do n.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo países e grande zonas mundiais, nos anos de 2013-2014 e 2014-2017	59

Gráfico 24 – N.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o género, nos anos de 2013, 2014 e 2017	60
Gráfico 25 – Variação percentual do n.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o género, nos anos de 2013 – 2014 e 2014 – 2017	60
Gráfico 26 – N.º de cidadãos estrangeiros que requereram os Apoios Sociais ao nível da Habitação, atribuídos pelo município, nos anos de 2015, 2016 e 2017, segundo o género e o seu país de origem	63
Gráfico 27 – N.º de colocações efetuadas no concelho de Odemira, segundo países de origem e grandes zonas mundiais, nos anos de 2010 e 2014	67
Gráfico 28 – Variação do n.º de colocações efetuadas no concelho de Odemira, segundo países de origem e grandes zonas mundiais, nos anos de 2010-2014	68
Gráfico 29 – Desempregados registados no concelho de Odemira, segundo países de origem e grandes zonas mundiais, nos anos de 2010 e 2014	70
Gráfico 30 – Variação da taxa de desemprego registada no concelho de Odemira, segundo países de origem e grandes zonas mundiais, nos anos de 2010-2014	71
Gráfico 31 – Percentagem de desempregados estrangeiros registados no concelho de Odemira, segundo o sexo, nos anos de 2010 e 2014.....	71
Gráfico 32 – Variação da taxa de desemprego de cidadãos estrangeiros registada no concelho de Odemira, segundo o sexo, nos anos 2010-2014	72
Gráfico 33 – Percentagem de desempregados registados no concelho de Odemira, inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem, em 2010 e 2014	73
Gráfico 34 – Variação da taxa de desemprego registada no concelho de Odemira, de inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem, em 2010-2014	74
Gráfico 35 - Percentagem de desempregados registados no concelho de Odemira, inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem, em 2010 e 2014. 75	
Gráfico 36 - Variação da taxa de desemprego registada no concelho de Odemira, de inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem, em 2010-2014	75
Gráfico 37 – N.º de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo o género, à data de fim do mês de fevereiro de 2015 e de junho de 2018.....	77
Gráfico 38 – N.º de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo grupo etário, à data de fim do mês de fevereiro de 2015 e de junho de 2018.....	78
Gráfico 39 – N.º de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo as suas habilitações escolares, à data de fim de fevereiro de 2015 e de junho de 2018	78
Gráfico 40 – N.º total de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2013/14, 2014/15 e 2017/18	82
Gráfico 41 – N.º de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013, 2014/15 e 2017/18.....	83
Gráfico 42 – Percentagem de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira nos anos letivos de 2012/13, 2014/15 e 2017/18	84

Gráfico 43 - Percentagem de encarregados de educação estrangeiros presentes em reuniões, com a Educadora de Infância/Professor(a) Titular de Turma/Diretor(a) de Turma, nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13, 2013/14 e 2017/18..... 86

Gráfico 44 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou em apoio) de PLNM nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13, 2014/15 e 2017/1887

Gráfico 45 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou em apoio) de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13 e 2014/15, segundo o seu país de origem 88

Gráfico 46 - Nº total de horas semanais da disciplina (ou apoio) de PLNM lecionadas no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13, 2013/14, 2014/15 e 2017/18 90

Gráfico 47 – Nº de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por região do mundo e país de origem, nos anos de 2010, 2014 e 2017..... 101

Gráfico 48 – Variação percentual de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por região do mundo e país de origem, nos anos de 2010, 2014 e 2017 101

Gráfico 49 – Nº de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de origem, nos anos de 2010, 2014 e 2017..... 102

Gráfico 50 – Variação percentual de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de origem, nos anos de 2010, 2014 e 2017 103

Gráfico 51 – Nº de requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de origem do requerente, nos anos de 2010, 2014 e 2017 104

Gráfico 52 – Variação da percentagem de requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de origem do requerente, nos anos de 2010, 2014 e 2017..... 104

Índice de Tabelas

Tabela 1 - População do concelho de Odemira em 1758	28
Tabela 2 – Saldos fisiológicos nos últimos 67 anos.....	29
Tabela 3 – Saldos fisiológicos por freguesia.....	30
Tabela 4 – Saldos populacionais, natural e migratório, dos concelhos da região do Alentejo Litoral, nos anos de 2001, 2011 e 2017	32
Tabela 5 – Densidade populacional por freguesia	33
Tabela 6 – Variação por grupos etários.....	36
Tabela 7 – Índices Sociais	37
Tabela 8 – Taxas	37
Tabela 9 – Taxa de atração e repulsão interna	38
Tabela 10 – Núcleos familiares.....	39
Tabela 11 – Taxas brutas de pré-escolarização e escolarização	42
Tabela 12 – Saldo Migratório nos anos de 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017	43
Tabela 13 – População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2013 e 2016.....	45
Tabela 14 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2013 e 2016 (cont.).....	46
Tabela 15 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2013 e 2016 (cont.).....	46
Tabela 16 – N.º de estrangeiros residentes, com Título de Residência (TR) no concelho de Odemira nos anos de 2013 e 2017 (N.º e %)	49
Tabela 17 – Distribuição etária da população estrangeira no concelho de Odemira, em 2011 (%)	50
Tabela 18 – Distribuição da população residente no concelho de Odemira, segundo a sua escolaridade, em 2011 (%).....	51
Tabela 19 – N.º de requerentes e de beneficiários do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRE), segundo o seu país de origem, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018.....	55
Tabela 20 – Levantamento de dados qualitativos na área de Serviços de Acolhimento e Integração	62
Tabela 21 – N.º de trabalhadores residentes em alojamentos não clássicos, segundo o seu país de origem, à data do fim do mês de fevereiro de 2015 e de junho de 2018.....	65
Tabela 22 – Levantamento de dados qualitativos na área de Urbanismo e Habitação.....	66
Tabela 23 – Taxas de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros não UE e naturais do estrangeiro, no concelho de Odemira, no ano de 2011 (%)	69
Tabela 24 – N.º de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo o seu país de origem à data do fim do mês de fevereiro de 2015 e de junho de 2018.....	76

Tabela 25 – N.º de trabalhadores estrangeiros temporários recrutados por empresas agrícolas, no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem, no ano de 2017.....	77
Tabela 26 – Levantamento de dados qualitativos na área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo.....	80
Tabela 27 – N.º de encarregados de educação estrangeiros que nos anos letivos de 2013/14, 2014/15 e 2017/18, pertenceram ou pertencem aos órgãos sociais das associações de pais existentes no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem.....	84
Tabela 28 - N.º de encarregados de educação estrangeiros que integraram ou integram os órgãos consultivos das escolas do concelho de Odemira nos anos letivos de 2013/14, 2014/15 e 2017/18, segundo o seu país de origem	85
Tabela 29 - N.º de docentes que lecionam a disciplina (ou o apoio) de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário e nº de horas semanal da disciplina, nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13, 2013/14, 2014/15 e 2017/18.....	89
Tabela 30 – Levantamento de dados qualitativos na área de Educação e Língua.....	91
Tabela 31 - N.º de cidadãos estrangeiros abrangidos na formação PPT, ou outra formação dentro da mesma tipologia, com outra designação, segundo o seu país de origem e género, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017.....	93
Tabela 32 – N.º de cidadãos estrangeiros que concluíram a formação de aprendizagem de língua portuguesa, segundo o seu país de origem e género, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.....	93
Tabela 33 – N.º de cartões de utente atribuídos a cidadãos estrangeiros, segundo o seu país de origem e género, no ano 2017	98
Tabela 34 - Levantamento de dados qualitativos na área de Saúde	99
Tabela 35 - N.º de cidadãos estrangeiros que requereram o Cartão Social Municipal, nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, segundo o seu país de origem e género.....	105
Tabela 36 - N.º de cidadãos estrangeiros que solicitaram apoio, como vítimas ou agressores, segundo o seu país de origem e género, nos anos de 2013, 2014 e 2017	106
Tabela 37 - N.º de crianças e jovens sinalizados à CPCJ nos anos de 2013, 2014 e 2017, segundo o seu país de origem e género	107
Tabela 38 - N.º de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto, nos anos de 2013, 2014 e 2017, segundo a sua freguesia de residência.....	107
Tabela 39 - Principais problemáticas sinalizadas, por nº de crianças e jovens estrangeiros nos anos de 2013, 2014 e 2017	108
Tabela 40 - N.º de cidadãos estrangeiros recenseados no concelho de Odemira no ano de 2013	109
Tabela 41 - Levantamento de dados qualitativos na área de Cidadania e Participação Cívica	111
Tabela 42 - Levantamento de dados qualitativos na área de Media e Sensibilização da Opinião Pública	113
Tabela 43 - Levantamento de dados qualitativos na área de Racismo e Discriminação	115
Tabela 44 – N.º de ações dinamizadas pelas empresas agrícolas do concelho de Odemira com os países de origem dos trabalhadores, no ano de 2017, segundo o país de origem	116

Tabela 45 - Religiões mais representadas no concelho de Odemira no ano de 2011 117

Tabela 46 - Levantamento de dados qualitativos na área de Religião 118



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



GOVERNO DE
PORTUGAL



SGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM
AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO EXTERNA E MIGRAÇÃO

Nota de Abertura

O concelho de Odemira, desde os finais do século XX, é o destino de muitos cidadãos estrangeiros, assumindo-se como um território multicultural e reconhecedor da riqueza deste fenómeno.

Para que a presença dos migrantes fosse considerada uma mais-valia pela comunidade local, foi necessário iniciar um trabalho que abrangesse tanto os cidadãos locais, como os migrantes, no sentido de existir uma verdadeira integração por parte da comunidade migrante e uma aceitação pelos conterrâneos do concelho.

Perante esta realidade intercultural, no final de 2014, o Executivo Municipal decidiu iniciar o processo, chamando a si todas as entidades locais e regionais com responsabilidade na matéria -Comissão Local para a Interculturalidade- para que numa ação concertada, pautada pela colaboração, reflexão e esforço conjunto, se definisse uma política local para a integração de Migrantes. Esta estratégia conjunta foi definida no primeiro Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, o qual esteve em vigor até dezembro de 2017.

Com a execução das medidas então delineadas, observaram-se mudanças nas atitudes da comunidade de acolhimento e melhorou-se o acolhimento e a integração de migrantes em várias áreas. Os migrantes sentem-se apoiados na sua chegada e estadia neste território e a comunidade local mais segura e confiante relativamente a estes cidadãos com hábitos e culturas tão diferentes dos nossos.

Em 2017 e segundo dados dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, 18,8% da população residente no concelho de Odemira era migrante legalizada, o que correspondia a 4.912 habitantes e representava 68 nacionalidades. Destes, 49,8% eram Nacionais de Países Terceiros e 57,8% os migrantes registados no distrito de Beja residia no concelho, dados que expressam bem a realidade migratória no concelho de Odemira.

O presente Plano Municipal para a Integração de Migrantes, a vigorar até 2020, apresenta-se como uma continuidade nos propósitos e no trabalho a desenvolver junto das duas comunidades: nacional e estrangeira. Agora, com a aprendizagem que o Plano anterior nos proporcionou, com os novos dados recolhidos para melhor reconhecer a realidade migrante

no território e voltando a contar com a participação/colaboração/compromisso das entidades e dos próprios migrantes, apresentamos neste documento a dimensão estratégica e operacional revista e avaliada, permitindo a continuação deste trabalho em prol da inclusão social e permitindo responder aos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social. Durante o processo propomo-nos gerir equilíbrios, refletir sobre a ação, avaliar e reajustar procedimentos para que a nossa intervenção incorpore as melhorias desejadas, conducentes a um bom acolhimento e integração de cidadãos migrantes e, simultaneamente, concorrer para o bem-estar, da segurança e da entidade cultural de todos os que partilham e convivem no território do concelho de Odemira.

Odemira, 14 de setembro de 2018

A Vereadora do Pelouro da Ação Social,

Presidente do Conselho Local de Ação Social e

Presidente da Comissão Local para a Interculturalidade



Dra. Deolinda Seno Luís



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



GOVERNO DE
PORTUGAL



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM
ALDO COOPERATIVISMO E INICIAÇÃO

Enquadramento

Âmbito do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes

A Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) constitui-se como uma rede pioneira na conceção, implementação e avaliação de políticas locais estruturantes e sustentáveis, tendo por base planos municipais transversais ao processo de acolhimento e integração dos migrantes ao nível local, assentes no diagnóstico real das suas necessidades.

Esta rede integra cerca de uma centena de municípios de norte a sul do país e regiões autónomas, estando muitos deles envolvidos na elaboração e implementação dos seus Planos Municipais para a Integração de Migrantes.

O Município de Odemira aderiu a esta rede em março de 2014, reconhecendo o potencial de estratégias territoriais específicas que podem ser melhoradas ou implementadas para uma integração positiva dos migrantes que residem no concelho.

Odemira depara-se com muitos dos problemas detetados a nível nacional. A diminuição e o envelhecimento da população, principalmente nas freguesias do interior, uma realidade que preocupa as Autarquias, comerciantes, empresários e a comunidade em geral. O desemprego e o insuficiente número de iniciativas empreendedoras não colaboram também para a fixação da população local. Neste contexto, a migração pode ser considerada um fator facilitador à resolução destes problemas, caso existam políticas de acolhimento e integração ajustadas ao território.

Reconhecendo este potencial das migrações para o atenuar destes problemas, é também esse o alinhamento estratégico do Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020, privilegiando iniciativas locais de acolhimento e integração dos migrantes em várias áreas estratégicas como a educação, a formação profissional e capacitação, a participação cívica e política, e o empreendedorismo.

Após a implementação do seu primeiro Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMII), o Município de Odemira apresentou candidatura a financiamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), no âmbito do Objetivo Nacional 2 “Integração” e do Objetivo Específico “Integração e Migração Legal”, sendo a Autoridade Responsável a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e a Autoridade Delegada, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM). É no âmbito desta candidatura, com o Projeto “Integra+”, que se enquadra a elaboração do presente Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM).

O “INTEGRA⁺” é um projeto nascido da necessidade de melhorar e aumentar medidas de acolhimento e integração de migrantes nacionais de países terceiros, numa forma concertada, participada e estruturada por todos os parceiros, uma vez que a integração dos migrantes é vital para a coesão social e o desenvolvimento económico. Para possibilitar aos migrantes sentirem-se parte da comunidade, é preciso tratá-los de forma justa, assim como assegurar que possuem as ferramentas adequadas para participarem plenamente na nossa comunidade e na sociedade em geral. A integração é um processo contínuo e recíproco, que se baseia nos direitos mútuos e obrigações correspondentes quer dos migrantes, quer da comunidade que acolhe.

Objetivos do Projeto “ODEMIRA INTEGRA⁺”

O concelho de Odemira caracteriza-se, ao nível da população, por uma forte presença de cidadãos migrantes. Com eles, trazem hábitos, culturas e línguas muito díspares, que se traduzem, localmente, em dificuldades e constrangimentos, tanto para quem chega, como para quem acolhe. Importa, pois, com a participação e colaboração de todos os atores locais, continuar a alicerçar uma política local de acolhimento e integração.

Terminado o período de vigência do primeiro Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes (2015/2017), torna-se necessário analisar e avaliar o trabalho desenvolvido, retirar as aprendizagens e as recomendações a seguir e dar início ao processo de conceção do futuro Plano Municipal para a Integração de Migrantes (2018/2020), no âmbito do Projeto ODEMIRA INTEGRA⁺.

Com este projeto, pretende-se construir e implementar um Plano assente na participação de toda a comunidade, capaz de acolher e integrar os migrantes nacionais de países terceiros numa perspetiva de diferenciação com enriquecimento cultural, social e económico e, simultaneamente, integrar e dar continuidade a projetos, estratégias e intervenções iniciadas no âmbito da implementação do primeiro PMII.



Dia da Interculturalidade 2016 – Espetáculo de Rua AL TEO BU

Estrutura do PMIM

Ao nível da estrutura do atual plano, foi privilegiada uma lógica de continuidade relativamente ao anterior PMII. Na medida em que o concelho de Odemira desenvolveu um conjunto de intervenções, projetos e medidas que começaram a dar os seus frutos ao nível da integração da população migrante na comunidade, e que nessa lógica começou a desenvolver uma linguagem partilhada entre os parceiros que compõem a Comissão Local para a Interculturalidade, optou-se por manter a estrutura do diagnóstico organizado por áreas temáticas, complementado por uma caracterização qualitativa baseada nas perceções de um conjunto de atores chave nas áreas de trabalho com a população migrante.

O planeamento das medidas surge, depois, devidamente enquadrado na dimensão estratégica e operacional deste Plano, estando organizadas pelas áreas temáticas utilizadas no diagnóstico concelhio. Verificando-se o alinhamento entre objetivos estratégicos, estratégias, objetivos específicos ou operacionais e as respetivas medidas a implementar até 2020.

De seguida, é definido o modelo de monitorização e avaliação, e por fim, o modelo de governação subjacente à conceção e implementação deste Plano.

Metodologia

Ao ser iniciada a construção deste PMIM, não se partiu do ponto zero. Existia já uma experiência rica desenvolvida aquando o desenho, conceção e implementação do anterior PMII. Assim, também neste aspeto se optou por introduzir a lógica de alguma continuidade, relativamente ao processo anterior, garantido que a construção do atual PMIM integrasse momentos chave de participação de todos os parceiros que constituem a Comissão Local para a Interculturalidade, de forma a garantir a partilha de informação e troca de experiências, mantendo a parcerias ativas na definição de soluções e construção de compromissos para a implementação do Plano.

A existência e funcionamento da Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) é fundamental em todo este processo, sendo a estrutura que determinou, nas diversas etapas metodológicas, o percurso deste Plano, no que respeita aos conteúdos que o integram.

A Comissão apresenta na sua composição, um conjunto tão alargado e relevante de parceiros como:

- Município de Odemira
- Agrupamento de Escolas de S. Teotónio
- Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur
- Atlantic Opportunity
- Autoridade para as Condições do Trabalho
- Centro de Saúde de Odemira
- Colégio Nossa Senhora da Graça
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira
- Driscoll's

- Fruta Divina
- Guarda Nacional Republicana
- Haygrove
- Helena Loermans
- Hortipor
- Instituto da Segurança Social
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros
- Junta de Freguesia de Colos
- Junta de Freguesia Longueira/Almograve
- Junta de freguesia de Luzianes-Gare
- Junta de Freguesia de Relíquias
- Junta de Freguesia de S. Luís
- Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras
- Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria
- Junta de Freguesia de S. Teotónio
- Junta de Freguesia de Sabóia
- Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha
- Junta de Freguesia de Vale de Santiago
- Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes
- Paróquia de Odemira
- Paróquia de São Teotónio
- Representantes de migrantes (Gergana Krasteva, Lucínio Silva e Volodymyr Drabovskyy)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e da Indústria de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal
- Sudoberry
- TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do concelho de Odemira

Sendo uma plataforma de parceiros permanente e não ocasionais, estes sentem uma responsabilidade, um envolvimento e um empenhamento intrínseco na abordagem à temática da migração. O objetivo é rentabilizar os seus conhecimentos, as suas experiências e promover momentos de reflexão e análise.

São atribuições desta Comissão:

- Participar na conceção, aprovar, monitorizar e avaliar o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes;
- Fazer propostas de alteração ao Plano;
- Tirar o melhor partido do fenómeno migratório para o desenvolvimento local da região;
- Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de integração
- Garantir a participação dos migrantes nas políticas locais a respeito das migrações, nas diferentes vertentes;
- Promover a articulação entre parceiros locais, incluindo administração central e local, instituições e empresas;

- Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização;
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local;
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória;
- Contribuir para a divulgação do Plano e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que de uma forma direta ou indireta desenvolvem competências em prol das migrações.

Quanto às etapas metodológicas, foi lançado, num primeiro momento, um inquérito online a todos os membros da CLI. Através deste instrumento foi possível recolher as primeiras perceções sobre os principais problemas existentes em cada área, quais eram as características desses problemas e que soluções poderiam e deveriam ser postas em prática para os resolver.



Comissão Local para a Interculturalidade – Workshop participativo

A informação recolhida através deste inquérito por questionário, respondido por 27 inquiridos, permitiu estruturar um primeiro conjunto amplo de problemas e estratégias possíveis, as quais constituíram o conteúdo em torno do qual foi realizado o primeiro workshop. Neste momento de trabalho, a Comissão foi organizada em pequenos grupos que circularam por todas as áreas temáticas (com os respetivos problemas e estratégias identificadas), produzindo informação que permitiram orientar o trabalho de conceção do Plano a três níveis: quais as estratégias mais significativas ou prioritárias, como será possível operacionalizar cada uma dessas estratégias e que entidades ou recursos deverão ser mobilizados ou negociados para a implementação de cada uma das estratégias possíveis.

Após este momento de trabalho, foi contruída a primeira estrutura estratégica e operacional para o Plano, a qual foi detalhadamente debatida pela Comissão, já num terceiro período de trabalho conjunto.

Como resultado deste workshop de partilha de ideias e experiências, os membros da CLI acabaram por estreitar as opções prioritárias, dando origem à versão final do Plano, o qual, num quarto momento de trabalho conjunto, conheceu alguns ajustes finais e foi aprovado pela Comissão.

Para além deste processo de partilha e construção conjunta decorreram, simultaneamente, dois processos de recolha de informação complementares.

Por um lado, foi recolhida toda a informação quantitativa e qualitativa que permitiu atualizar o diagnóstico e sustentar algumas das opções estratégicas, para além de ter sido dada especial importância à recolha de informação produzida no âmbito da monitorização e avaliação do anterior PMII. Por outro lado, foram realizadas oito entrevistas em profundidade a alguns atores chave que permitiram um entendimento mais transversal da visão estratégica que existe para o território, relativamente à população migrante. Nomeadamente, foram entrevistados: Volodymyr Drabovsky (representante de migrantes ucranianos), Carlos Graça (Inspetor do ACT), Maria da Glória Pacheco e Dinis Nobre (Junta de Freguesia da Longueira / Almogrove), Dário Guerreiro (Junta de Freguesia de São Teotónio), Tânia Guerreiro (CLAIM), Maria Margarida Ferreira (IEFP), Vereadora Deolinda Seno Luís e Ana Paula Correia (Coordenadora do PMIM).

Processo Conducente à Aprovação do PMIM

O processo de aprovação do PMII envolveu várias estruturas.

Em primeiro lugar, a CLI aprovou a versão final do PMIM em reunião agendada para o efeito. De seguida, foi apresentado e submetido à aprovação da Câmara Municipal de Odemira e por fim, foi submetido à aprovação da Assembleia Municipal, assumindo-se desta forma, o comprometimento e o compromisso dos órgãos autárquicos nas intenções enunciadas e na execução do Plano.

Apresentação Pública

Na medida em que todo este trabalho tem em vista a plena integração dos migrantes na comunidade, e que essa integração seja participada de forma generalizada por entidades e instituições, grupos, cidadãos e pelos próprios migrantes, será agendada uma sessão pública para apresentação do PMIM, em sessão aberta à participação da comunidade do concelho de Odemira, comunidade de migrantes residentes, entidades parceiras que constituem a CLI e outras entidades cujo âmbito da sua intervenção implique a realização de trabalho junto da população migrante.

Diagnóstico

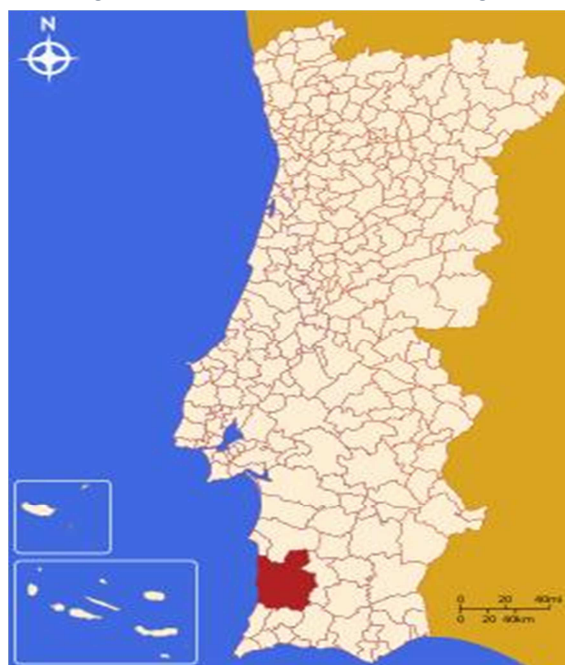
O diagnóstico tem como finalidade caracterizar o contexto o mais rigorosamente possível e, conseqüentemente, definir relações causais e integrá-las no contexto económico, social, cultural e político local. Um diagnóstico é o garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais, bem como à eficácia de qualquer projeto de intervenção. Como critérios para a elaboração deste diagnóstico elegemos a participação, a clareza, a pertinência e a qualidade, percorrendo as várias fases da sua estrutura:

1. Recolha de dados qualitativos
2. Recolha de dados quantitativos
3. Pesquisa bibliográfica
4. Tratamento dos dados recolhidos
5. Análise e interpretação dos problemas/constrangimentos
6. Estabelecimento de prioridades

Contextualização e Breve Resenha Histórica do Concelho de Odemira

O território de Odemira fica situado no Sudoeste Alentejano, estendendo-se por uma área de 1.720,2 km². Constituindo-se, em termos de área, como o maior concelho do país. Corresponde a 1,9% da área do continente, 6,6% da região Alentejo, 32,7% do Alentejo Litoral e 16,8% do distrito de Beja.

Figura 1 - Concelho de Odemira em Portugal



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Odemira>

O concelho de Odemira encontra-se na interseção de duas regiões, a do Alentejo Litoral e a do Baixo Alentejo, pertencendo ao Distrito de Beja. Na perspetiva da Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUTS III), integra-se no Alentejo (NUTS II), especificamente no Alentejo Litoral (NUTS III), bem como à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

Figura 2 - Alentejo Litoral



Fonte: <http://litoral-alentejano.com>

Figura 3 - Baixo Alentejo



Fonte: <http://beja.blogs.sapo.pt/8594.html>

É limitado a oeste pelo oceano Atlântico, com uma faixa costeira de 55,2 km e 12 km de praias, a sul confina com o Algarve separado do concelho de Aljezur e do concelho de Monchique pela ribeira do Ceixe, também faz fronteira com Silves. A norte tem os concelhos de Sines e Santiago do Cacém, e a leste, o concelho de Ourique.

Este território, cuja sede é a vila Odemira, passou a contar com 13 das 17 freguesias que o constituíam, fruto do mais recente processo de reorganização administrativa. Assim, uniram-se as freguesias de São Salvador e Sta. Maria, a Zambujeira do Mar reintegrou-se em São Teotónio, Pereiras- Gare em Santa Clara-a-Velha e a de Bicos em Vale de Santiago.

A distância média das freguesias à sede do concelho é de cerca de 25 km. As principais localidades são Odemira, Vila Nova de Milfontes, São Teotónio, São Luís e Colos. Com uma localização quase central no concelho, a vila de Odemira encontra-se a 190 km de distância de Lisboa, a 490 km da cidade do Porto e a 92 km de Beja, capital do Distrito.

Figura 4 - Freguesias e concelhos adjacentes do território de Odemira



Fonte: SIG

Características Morfológicas

O concelho é atravessado no sentido SE/NW pelo rio Mira que tem o seu estuário em Vila Nova de Milfontes, encontrando-se represado a jusante pela grande Barragem de Sta. Clara-a-Velha. As terras da maior parte do território tem solos pobres e 70% estão sujeitas à erosão. Os solos agrupam-se por 4 zonas, com as características que lhes são inerentes: Serra, Charneca, Subserra e Várzeas. É marcado longitudinalmente por características e realidades diferentes, que lhe conferem um caráter distinto em relação a outros concelhos e um tratamento dos problemas muito localizado, atendendo à especificidade de cada zona.

Quando se afirma que Odemira é o “Alentejo Todo Num Só Concelho”, para além das características gerais que neste território se concentram, a geomorfologia deste território justifica só pela sua variedade a fundamentação desta afirmação. Se o interior revela paisagens de enorme beleza, Odemira orgulha-se de ter também das mais belas praias do país e a costa mais preservada da Europa, verdadeiros cartões-de-visita que atraem milhares de turistas durante o Verão. Odemira congrega no seu território a planície, a serra e o mar, apresentando-se em duas áreas distintas:

A do interior, de topografia acidentada, dominada pela Serra do Cercal e pelo prolongamento da Serra de Monchique, apresenta uma variação altimétrica até 516m de altitude e ocupa 60% do território concelhio. A morfologia dos terrenos torna-os de difícil acesso, sendo determinante no isolamento da população. Nas últimas décadas, o investimento em caminhos rurais, instalação de manilhas e pontões, transportes escolares, eletrificação e o acesso a telefone e comunicações móveis, tem sido muito significativo para a atenuação do isolamento geográfico, apesar de ser um trabalho sempre incompleto, dada a extensão do território.

Os solos predominantes são do tipo D e E, adequando-se a sua utilização somente à silvicultura e pastorícia. Com efeito, esta paisagem é dominada por grandes florestas de eucaliptos, sobreiros, medronheiros e estevas, constituindo-se como uma das maiores manchas florestais do país.

Na zona interior integra-se aquela que já foi considerada a maior barragem de Portugal, a de Santa Clara-a-Velha, terminada em 1973. Fornece o abastecimento urbano, agrícola e industrial. É fonte da irrigação que contribui para a riqueza agrícola do litoral numa área de 12.000ha, mas equipada para um total de 15.200ha. Distribui-se numa extensão longitudinal de 41 km e com uma rede de adução de 598 km.

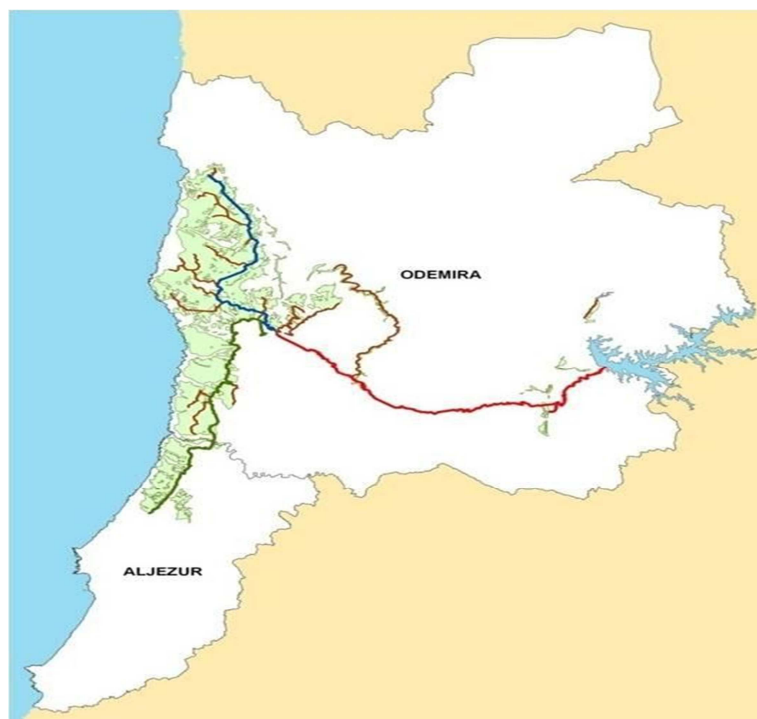


Figura 5 - Barragem e perímetro de rega do Mira

Fonte: <http://www.abm.pt/pt/mira>

A faixa litoral constitui-se como uma extensa charneca terminando em elevadas falésias de xisto, ou em composições dunares nas zonas mais baixas. Com uma natural vocação turística, coexistem também aqui as terras abrangidas pelo perímetro de rega do Mira, que integram a Reserva Agrícola Nacional, cujo aproveitamento se faz com agricultura intensiva (horticultura, fruticultura e floricultura), ou culturas forrageiras para gado bovino, cuja produção pecuária também ela é intensiva. Quer as condições climatéricas específicas, quer a rega e o fraco povoamento, proporcionam um franco desenvolvimento do setor primário no concelho.

Não obstante, o impacto socioeconómico e ambiental na década de 90, provocado pelo colapso da megaempresa Odefruta (550 ha), a agricultura intensiva recuperou e multiplicaram-se as empresas a laborar em Odemira. Funcionam em pleno e 70% da sua produção é exportada.

A excelente qualidade das águas costeiras, pelo temperamento agreste do Atlântico, aliado a cargas poluentes quase nulas, torna as praias muito atrativas e procuradas por muitos, pela sua beleza natural, apesar das águas frias. Estas circunstâncias também favorecem uma fauna e flora aquática rica e saudável. Nos estuários, os bivalves proliferam e as lontras encontram ainda aqui, um habitat ideal. A ameaça situa-se a Norte com o porto e indústria de Sines, mas também com as extensas faixas de estufas paralelas ao litoral, cujos efluentes por vezes contaminam as pequenas ribeiras que desaguam na costa.

Com menor relevância geográfica, podemos ainda considerar uma terceira zona que apresenta ainda outras características. Na zona nordeste do concelho existe ainda uma outra nuance sobre o território. Em Vale de Santiago prolonga-se a peri-planície Alentejana. Bicos é também planície, mas com terrenos ricos atravessados pela Ribeira de Campilhas e respetiva Barragem, que dinamizaram também aqui a cultura de regadio.

Leituras do território mais recentes consideram que o concelho se divide em três faixas longitudinais: “A faixa central, recortando o concelho de sul para norte, faz a transição orográfica entre a charneca, dominante na faixa litoral, e a serra, dominante na faixa interior. Neste espaço encontramos os principais aglomerados urbanos do concelho, tais como São Teotónio, Boavista dos Pinheiros, Odemira e São Luís. Esta faixa central corresponde ao espaço dos serviços públicos, das principais unidades comerciais e dos principais parques de fixação de empresas”¹. Na realidade esta faixa e povoações desenvolveram-se ao longo da Estrada Nacional n.º 120, elemento agregador e potencializador de desenvolvimento. Na perspetiva da distribuição das atividades humanas no território, a integração faz mais sentido e enriquece o seu ordenamento. Segundo João Ferrão² esta faixa iria denominar-se central de transição, a faixa do interior, a serra, e finalmente, a do litoral.

¹ <http://www.cm-odemira.pt/>

² Jornadas de Desenvolvimento – Processo de revisão do PDM de Odemira - 30/01/2015



O Clima do Concelho

O clima do concelho caracteriza-se por ventos dominantes de NW e SW, situando-se a temperatura média anual nos 16°C - 17,5°C, com grandes amplitudes térmicas, aumentando à medida que se avança para o interior. De características mediterrânicas, apresenta um decréscimo de precipitação no mesmo sentido do aumento da temperatura para Sul e para Este. O período seco é, em regra, de 3 a 4 meses (junho, julho, agosto e setembro), podendo atingir os 5 meses nas zonas sul e interior da região. O relevo ou a proximidade do mar permitem, no entanto, a ocorrência de algumas áreas com valores de precipitação superiores, como é o caso de Odemira, que em relação a outras áreas do Alentejo, regista uma maior pluviosidade. A latitude e a proximidade do mar condicionam fortemente o clima, em que a seca devida à fraca precipitação é atenuada, nos meses de Verão, pela forte humidade relativa. É igualmente a presença do mar que está na origem da suavidade dos Invernos e dos Verões. Esta é uma zona com vários microclimas, dominando um clima temperado e no litoral não se observa a ocorrência de geadas.

Todo o seu litoral e estuário do rio encontram-se abrangidos pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). Estendendo-se de S. Torpes ao Burgao, com 75.000 ha, constitui uma das faixas litorais menos afetadas pela intervenção humana, conservando características biofísicas e ecológicas únicas na Europa.

Fauna e Flora

De um modo geral, as espécies arbóreas predominantes no concelho são: o Sobreiro, que ocupa cerca de 30% da área florestal do Concelho e a Azinheira. No seu conjunto, o montado ocupa uma área de 50.000 ha de terras. Outra mancha florestal importante é a de eucalipto, com 45.000 ha e Resinosas (pinheiro bravo e manso), com 5.000 ha, de área ocupada respetivamente. Um total de 110.000 ha de mata, são ameaçados anualmente pelo risco de incêndios.

O território de Odemira oferece também um habitat privilegiado para a fauna, que aqui encontra zonas de alimento, repouso e abrigo. É no domínio da avifauna que o concelho assume uma importância particular, dado o invulgar número de espécies que predominam. Encontram-se espécies como a cegonha branca, a gaivota, a águia pescadeira, o falcão-peregrino, aves migradoras e muitas outras. Abundantes são também os javalis, coelhos bravos, lebres e saca-rabos.

No Rio Mira existe um único aproveitamento hidráulico da bacia: a Barragem de Santa Clara, situada na fronteira entre os concelhos de Ourique e de Odemira. A Bacia Hidrográfica do Rio Mira cobre 1.576 km² e é delimitada a Norte pela bacia do Sado, a Leste pela do Guadiana e a Sul pelas bacias das ribeiras do Algarve. Os seus principais afluentes são, na margem direita, as ribeiras de Perna Seca, Luzianes e Torgal e, na margem esquerda, as ribeiras de Guilherme, Telhares e Macheira. As águas calmas do Rio Mira banham Santa Clara-a-Velha, Odemira e Vila Nova de Milfontes e é possível a navegação de pequenas embarcações desde a foz até à vila de

Odemira (aproximadamente 33 km). A sua existência foi preponderante para a importância histórica de Odemira.

História da Vila de Odemira

Historicamente, a Vila de Odemira é um núcleo urbano fortificado desde a idade do ferro, que aí se constituiu pelas várzeas férteis, segurança e acessibilidade garantidas pelo rio Mira, que permitia o escoamento dos produtos da área rural envolvente e o abastecimento de géneros importados do exterior, tendo o seu porto flúvio-marítimo funcionado até meados do século XX. A sua importância prendia-se com a posição estratégica que ocupava, quer para os povos que exerceram o seu domínio neste território, quer para os que aqui comerciaram.

Há provas de ocupação do atual território que remontam ao Paleolítico Inferior, cerca de 500 mil anos, desde a proto-história, assumindo esse sítio uma capitalidade continuada. Ao todo, conhecem-se atualmente no Município de Odemira cerca de 600 estações ou registos arqueológicos. Existem mesmo vestígios de inúmeras povoações antigas que se localizavam ao largo de Vila Nova de Milfontes, por exemplo, a cidade de Oxthacas, destruída pelos romanos em 152 a.C..

Mais recentemente e durante o período da idade do ferro (séc. VIII a.C.) até à idade do bronze (séc. V a.C.) constatam-se a presença de outros povos vindos da Europa e do Mediterrâneo (Fenícios e Egípcios). Durante este período houve um franco desenvolvimento socioeconómico da região devido à acessibilidade privilegiada proporcionada pelo porto flúvio-marítimo de Odemira. Este proporcionava condições de segurança e de navegação que permitiam a prática do comércio, o escoamento dos minérios da serra, da cortiça e dos cereais. Neste período, floresceu nesta região a civilização Tartéssia, civilização esta, que atingiu um estágio de desenvolvimento cultural, permitindo-lhe criar a primeira escrita da Ibéria, conhecida como a ‘escrita do sudoeste’ (séc. VII e V a.C.).

Durante a ocupação romana, a exploração das potencialidades económicas da região expandiram-se, o mesmo se verificando no período visigótico. No entanto, a ocupação islâmica quase não deixou aqui vestígios, pois, esta era uma zona periférica aos centros ibéricos desta civilização, preferencialmente situados longe da orla costeira, mas próximos de rios. Com a reconquista cristã, o estuário do Mira viria a perder toda a importância que ainda lhe restava, dentro do panorama de declínio civilizacional da época medieval. Já na alta idade média o território a norte do rio Mira foi atribuído à tutela da Ordem de Santiago. A zona a sul do Rio Mira viria a constituir o condado de Odemira, tornando-se num enclave real, fruto do litígio entre o rei e o conde de Odemira, determinando o declínio da região e a perda da sua importância económica e estratégica (Quaresma, 2003:21).

O território, na zona de Vila Nova de Milfontes, encontrava-se tão deserto de gentes, que para promover o seu povoamento, D. João II atribuiu-lhe o estatuto de ‘couto de homiziados’ no séc. XV (local de asilo de alguns condenados pela justiça por delitos menores, que assim obtinham o perdão mediante a sua apresentação obrigatória ao escrivão da Câmara, sendo-lhes autorizado o porte de armas e isenção de encargos fiscais.)

Dado o isolamento terrestre de que padece a sede de concelho, tornou-se uma área marginal. Com foral de 1256, anexou já no séc. XIX os concelhos de Vila Nova de Milfontes e de Colos, a

intenção Real era a de povoar e defender as terras de Odemira, recorrendo também aos homiziados como lavradores, oferecendo-lhes terras. Durante cerca de 4 séculos foi condado e esteve no cerne de trocas sucessivas entre o Rei, os Nobres e a ordem de Santiago. O interesse de Odemira prendia-se com o montado, o gado, o porto de mar e os filões de metal.

A População

Evolução Demográfica

Na primeira metade do séc. XVI (1532) foi feito o primeiro censo populacional. Contaram-se 466 núcleos familiares, o que daria cerca de 1864 pessoas, numa área concelhia de 1100 km², uma densidade populacional de 1,6 habitantes por km². O concelho de Colos, com 110 km², contaria com cerca de 732 habitantes, 5,7hab/km² (Quaresma, 2006:125).

No séc. XVIII, após o terramoto, foi realizado um inquérito às paróquias acerca do estado dos termos concelhios e das suas gentes. Neste segundo censo da população (1758), o território concelhio contava com cerca de 7585 habitantes, contando apenas as pessoas com mais de 7 anos. A população no território atual distribuía-se da seguinte forma:

Tabela 1 - População do concelho de Odemira em 1758

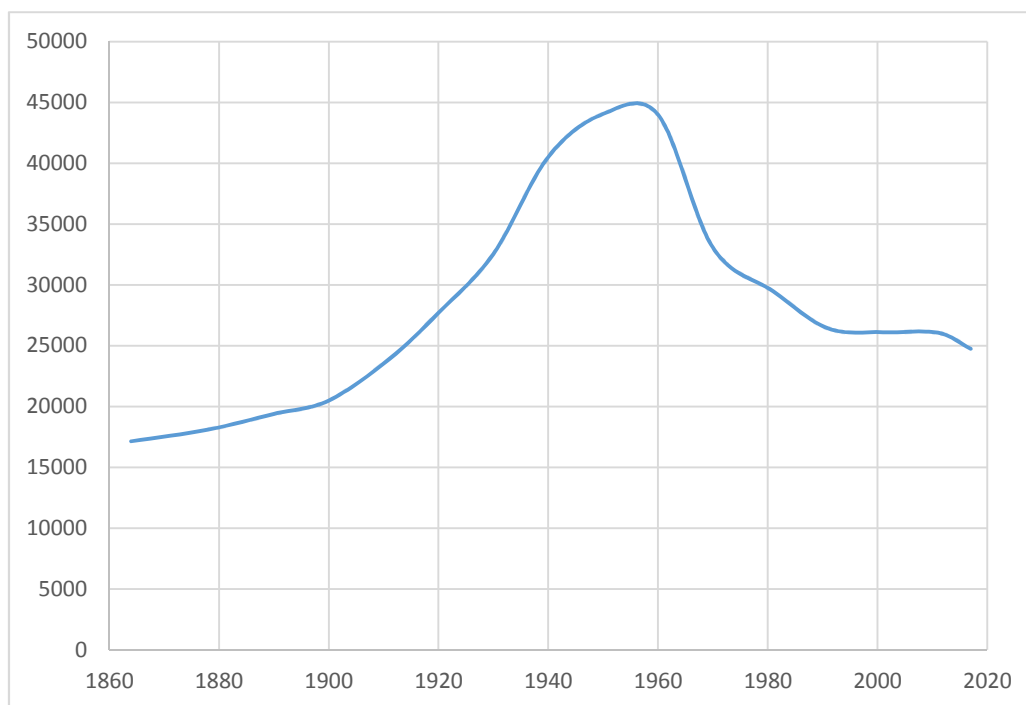
Freguesias	Pessoas
Salvador	650
Santa Maria	490
Relíquias	700
S. Luís	430
S. Teotónio	1130
Saboia	1000
Sta. Clara a velha	665
V. N. Milfontes	364
São Martinho das Amoreiras	1072*
Vale de Santiago	415*
Colos	669
Total	7585

Fonte: (Quaresma, 2006:236) * recolhido em 1786

Mais recentemente, a partir da segunda metade do séc. XIX, a recolha de dados da população começou a ser mais sistematizada e regular, realizando-se o primeiro censo científico à população em 1864.

Evolução da População Residente

Gráfico 1 – Evolução da população no concelho de Odemira numa temporalidade média



Fonte: Censos 2011; PORDATA

Analisando a evolução populacional numa temporalidade mais recente, mas de modo a podermos visualizar os grandes momentos de êxodo migratório do séc. XX, podemos perceber, que também aqui este teve o seu peso na perda populacional, sobretudo nos anos 70. Até ao final do século, a perda continuou a ser acentuada, pois até então, o fraco desenvolvimento socioeconómico do concelho não era apelativo à fixação da população.

Tabela 2 – Saldos fisiológicos nos últimos 67 anos

Ano	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2017 ³
População	44050	43999	33068	29463	26418	26106	26066	24741
Saldo	8%	-1,10%	-25%	-11%	-10%	-1,20%	-0,10%	-5,09%

Fonte: Censos 2011; PORDATA

A perda de população entre 1950 e 2001 teve uma média decenal de -8%. Contudo, entre 2001 e 2011, a redução quase que estabilizou, passando de -1,2% para -0,1%, demonstrando claramente que a tendência de desertificação da segunda metade do séc. XX, nas duas últimas décadas está a diminuir ou até mesmo com tendência a inverter-se, devido ao fluxo migratório crescente. As causas económicas são sobejamente conhecidas, pois de facto nenhum dos setores económicos é atrativo para os jovens residentes, que buscam sempre um futuro e condições melhores nas zonas urbanas. Entre 2011 e 2017, verifica-se novamente um aumento

³ Valor estimado

da perda populacional (-5,09%, valores estimados), devido maioritariamente a um decréscimo do saldo natural, como veremos adiante.

Tabela 3 – Saldos fisiológicos por freguesia

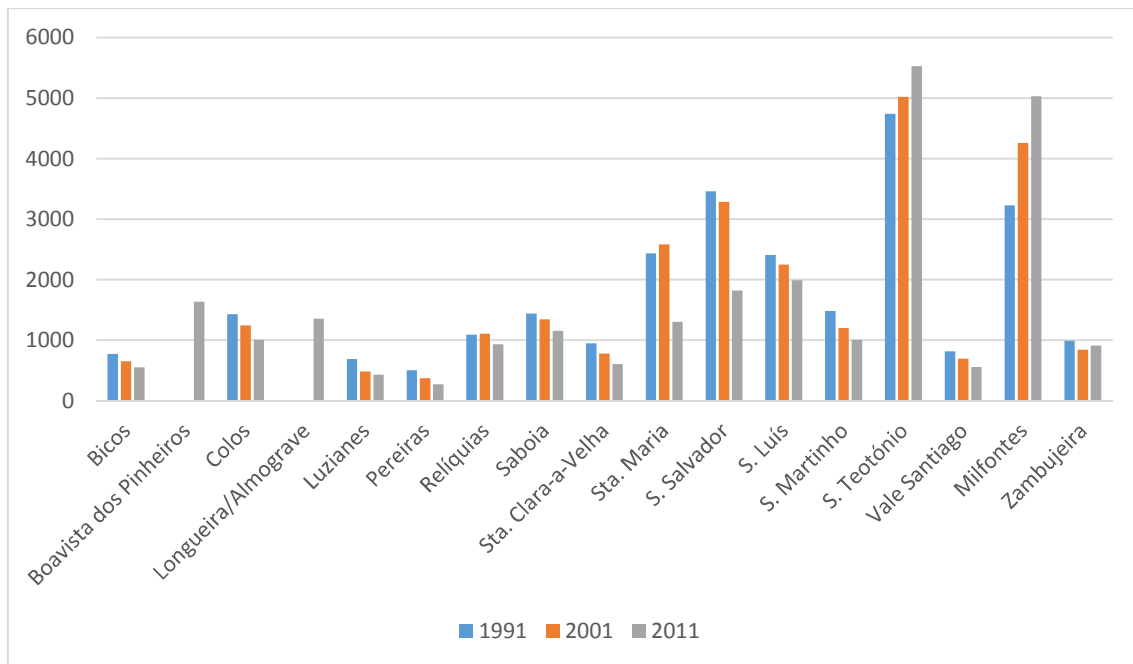
Freguesias	População			Saldo fisiológico total
	1991	2001	2011	1991-2011
Bicos	770	649	549	-28%
Boavista dos Pinheiros	*	*	1633**	*
Colos	1428	1243	1005	-29%
Longueira/Almograve	*	*	1356**	*
Luzianes	689	480	429	-38%
Pereiras	501	373	271	-46%
Relíquias	1089	1108	931	-15%
Saboia	1437	1344	1152	-20%
Sta. Clara-a-Velha	948	780	602	-36%
Sta. Maria	2435	2580	1301**	-46%** ⁴
S. Salvador	3461	3285	1818**	-67%** ⁵
S. Luís	2405	2249	1989	-17%
S. Martinho	1481	1199	1006	-32%
S. Teotónio	4738	5019	5527	16%
Vale Santiago	816	695	554	-32%
Milfontes	3228	4258	5031	56%
Zambujeira	992	844	912	-8%
Total	26418	26106	26066	-1,3%

Fonte: Censos 2011

⁴ Foram retirados cerca de 1633 pessoas ao contingente da freguesia de Santa Maria, para a recém-criada freguesia da Boavista. Somando os dois valores, caso esta freguesia não existisse, o total de Santa Maria para 2011 seria de cerca de 2934, ou seja um aumento de população em 20% (considerando que o total provinha somente de Santa Maria), mas este aumento concentrou-se na Boavista e na sua crescente povoação.

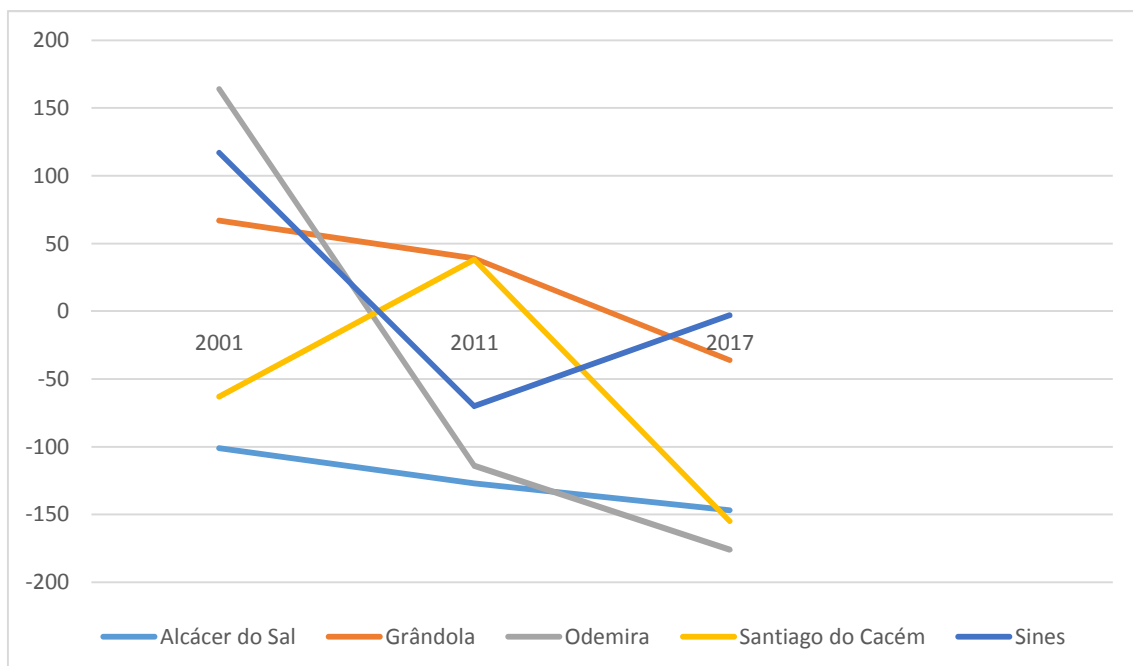
⁵ Com a freguesia de São Salvador, a situação é semelhante à anterior, foram-lhe retiradas 1356 pessoas para a nova freguesia de Almograve/Longueira. Se esta se tivesse mantido única, a sua população total em 2011 seria de 3174, ou seja teria havido um decréscimo natural na ordem dos 8%.

Gráfico 2 – Evolução populacional por freguesias



Fonte: Censos, resultados definitivos – 2011

Gráfico 3 – Saldo populacional total dos concelhos da região do Alentejo Litoral, nos anos de 2001, 2011 e 2017 (N.º)



Fonte: PORDATA

Tabela 4 – Saldos populacionais, natural e migratório, dos concelhos da região do Alentejo Litoral, nos anos de 2001, 2011 e 2017

Concelho	Saldo natural			Saldo migratório		
	2001	2011	2017	2001	2011	2017
Alcácer do Sal	-88	-84	-98	-13	-43	-49
Grândola	-70	-111	-105	137	150	69
Odemira	-160	-175	-182	324	61	6
Santiago do Cacém	-135	-97	-156	72	135	1
Sines	-33	1	-19	150	-71	16

Fonte: PORDATA

Como podemos verificar nos números apresentados, o saldo populacional total de Odemira tem vindo a decrescer ao longo dos últimos vinte anos. Estima-se que, no final do ano de 2017, seja o concelho da região do Alentejo Litoral com maior saldo populacional total negativo. Este facto não se deve ao saldo migratório, o qual tem assumido valores positivos, mas sim à diferença negativa entre o número de nascimentos e número de óbitos (saldo natural).

Distribuição Espacial

De seguida, iremos analisar o modo como a população se distribui pelas freguesias, a sua evolução a este nível de desagregação e a densidade populacional. Uma vez que iremos utilizar os dados dos Censos, iremos também optar pela divisão administrativa das 17 freguesias e não a das atuais 13, considerando ainda que iremos compreender três períodos para termos de comparação: 1991, 2001 e 2011 (na medida em que não estão disponíveis valores estimados para 2017, ao nível das freguesias).

A assimetria que se verifica no concelho, ao nível da geografia, também acontece na distribuição populacional no território.

Quando analisamos o valor dos saldos demográficos, vemos o desequilíbrio que existe entre as freguesias, pois só duas delas têm valores positivos, Vila Nova de Milfontes e São Teotónio, existindo outras que perderam mais de 40% da sua população no período considerado.

Contudo, no total do concelho, a perda de população desacelerou. Para este período foi de menos 1,3%, devendo-se este valor, este abrandamento, a fatores que analisaremos adiante, tais como a chegada de migrantes ao território.

No ano de 2011, a densidade populacional na Europa (28) foi de 116,3 hab/km², a nacional de 114,5 hab/km², a do Alentejo foi de 24 hab/km², do Alentejo Litoral foi de 18,4 hab/km² e a do concelho de Odemira foi 15,1 hab/km². A densidade demográfica encontra nestes dois exemplos os extremos existentes no mesmo concelho, no primeiro caso, Pereiras-Gare e de Luzianes-Gare com 4,5 hab/km² e no segundo, Vila Nova de Milfontes com 65,8 hab/km². Esta última acima das regiões Alentejo e Alentejo Litoral.

Dados mais recentes indicam que a densidade populacional tem vindo a evoluir no sentido de uma ligeira diminuição em todos os níveis territoriais: na Europa (28), em 2015, foi de 113,1 hab/km²; no final do ano de 2016, em Portugal, foi de 111,8 hab/km², no Alentejo foi de 22,7 hab/km², no Alentejo Litoral foi de 17,8 hab/km² e no concelho de Odemira foi de 14,5 hab/km².

Tabela 5 – Densidade populacional por freguesia

Freguesia	Área/ km ²	N.º hab. 1991	N.º hab. 2001	N.º hab. 2011	Dens. Pop. 1991	Dens. Pop. 2001	Dens. Pop. 2011
Bicos	52,6	770	649	549	14,6	12,3	10,4
Boavista dos Pinheiros	37,8	1217	1290	1633	32,2	34,1	43,1
Colos	103,5	1428	1243	1005	13,8	12,0	9,7
Longueira /Almograve	91,7	1731	1643	1356	18,9	17,9	14,8
Luzianes - Gare	94,4	689	480	429	7,3	5,1	4,5
Pereiras - Gare	63,9	501	373	271	7,8	5,8	4,5
Relíquias	120,1	1089	1108	931	9,0	9,2	7,8
S. Luís	146,6	2405	2249	1989	16,4	15,3	13,6
S. Martinho das Amoreiras	144,2	1481	1199	1006	10,3	8,3	7,0
S. Salvador	61,7	1730	1642	1818	28,0	26,6	29,5
S. Teotónio	306,8	4738	5019	5527	15,5	16,4	18,0
Sabóia	155,4	1437	1344	1152	9,2	8,6	7,4
Santa Clara-a- Velha	99,7	948	780	602	9,5	7,8	6,0
Santa Maria	59,3	1218	1290	1301	20,5	21,7	21,9
Vale de Santiago	65,9	816	695	554	12,4	10,5	8,4
Vila Nova de Milfontes	76,5	3228	4258	5031	42,2	55,7	65,8
Zambujeira do Mar	40,9	992	844	912	24,2	20,6	22,3
Total		26418	26106	26066			

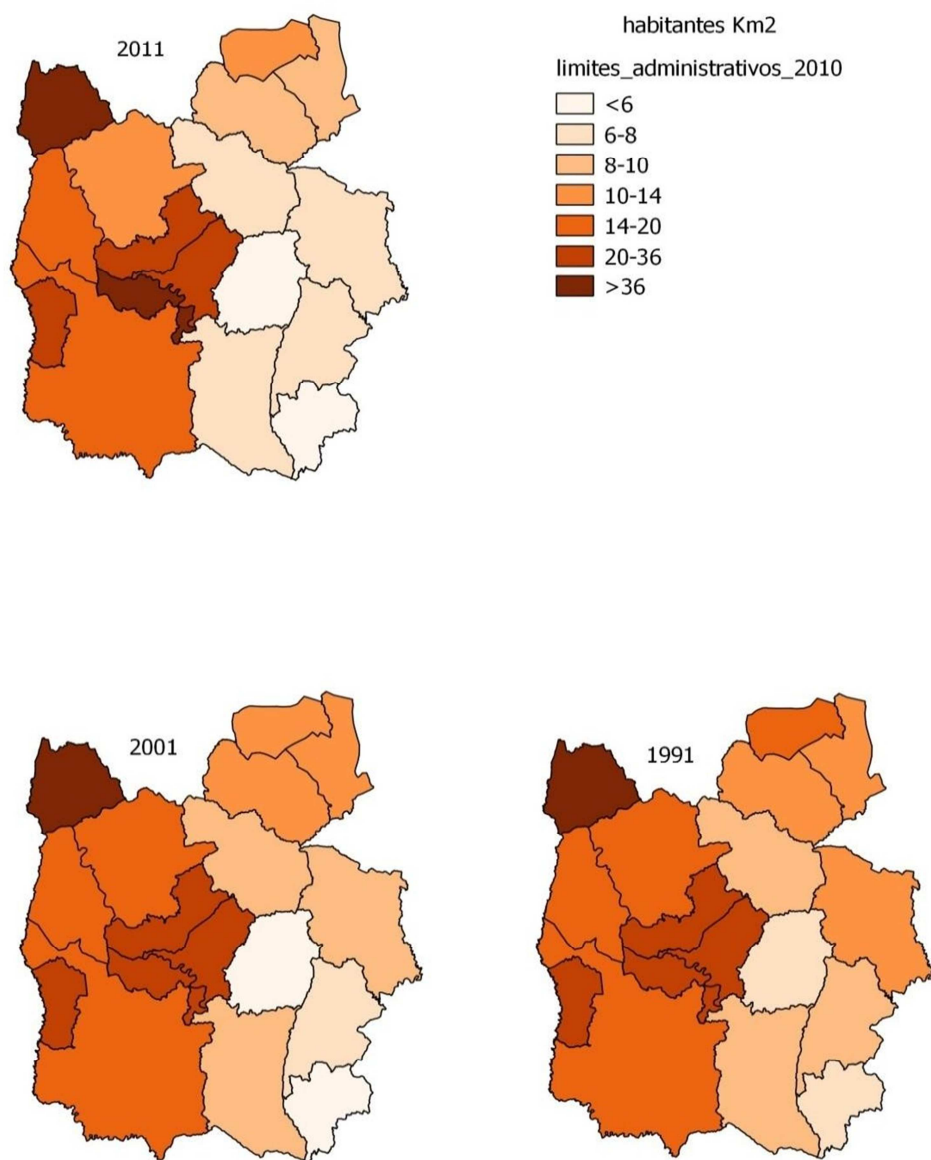
Fonte: Censos 2011 e SIG

Note-se que, para preencher os espaços vazios das freguesias mais recentes de Longueira/Almograve e Boavista dos Pinheiros, os valores das freguesias de origem São Salvador e Santa Maria, foram divididos em dois.

Mais facilmente visualizamos no mapa a tendência das densidades populacionais.

Figura 6 – Densidades populacionais das freguesias do concelho de Odemira

DENSIDADE POPULACIONAL

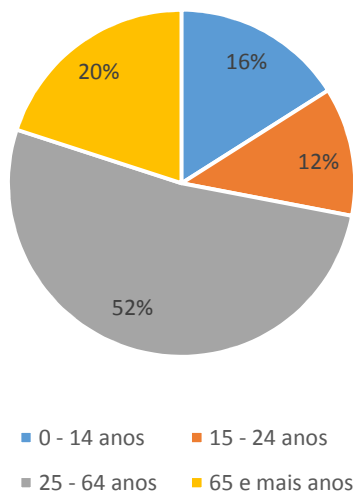


Fonte: Censos 2011

Estrutura Etária

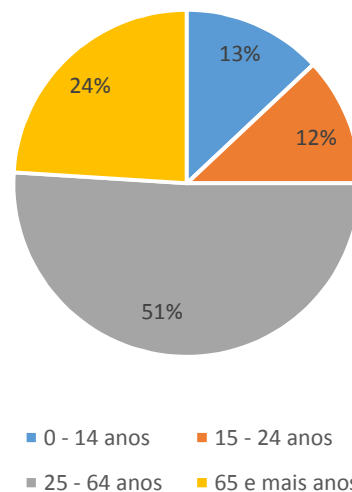
A análise da população residente segundo os grupos etários, permite visualizar as frações das crianças, dos jovens estudantes, da população ativa e da população maioritariamente reformada (com 65 e mais anos).

Gráfico 4 – População por grupos etários em 1991



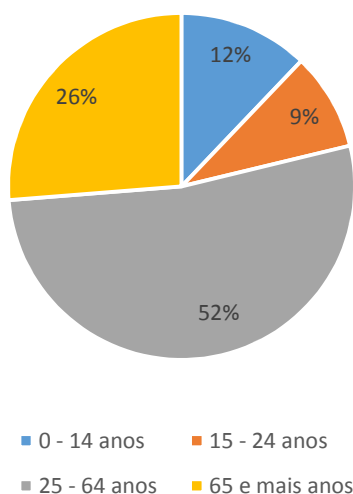
Fonte: Censos 1991

Gráfico 5 – População por grupos etários em 2001



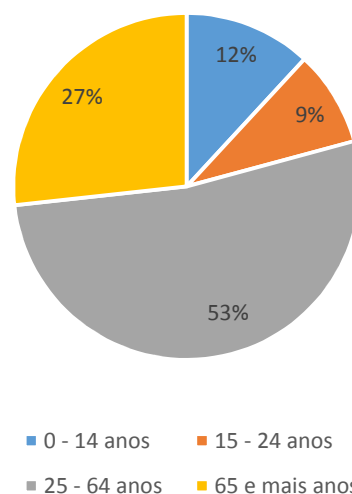
Fonte: Censos 2001

Gráfico 6 – População por grupos etários em 2011



Fonte: Censos 2011

Gráfico 7 – População por grupos etários em 2016



Fonte: Anuário Estatístico Alentejo 2016 (INE)

Um dos aspetos mais marcantes na evolução demográfica recente do concelho de Odemira, é sem dúvida, o duplo envelhecimento da população, fruto de uma baixa natalidade e uma maior longevidade. Entre 1991 e 2011 os jovens diminuíram em cerca de 28%, enquanto a população idosa aumentou 30%. Em todos os outros grupos etários houve decréscimo de contingentes, até mesmo no segmento da população ativa, não obstante o fluxo migratório significativo. Entre o ano de 2011 e o ano de 2016 verificou-se uma diminuição da população em todos os grupos etários, com maior destaque para a faixa etária dos 15 e aos 24 anos. Desta forma, se olharmos de forma mais abrangente, considerando o período entre 1991 e 2016, os decréscimos são ainda mais acentuados, -34% até aos 14, -32% entre os 15 e os 24 anos, -4% na população dos 25 aos 64 e, por último, um aumento de 29% na única faixa etária que aumenta o seu número, as pessoas com 65 ou mais anos.

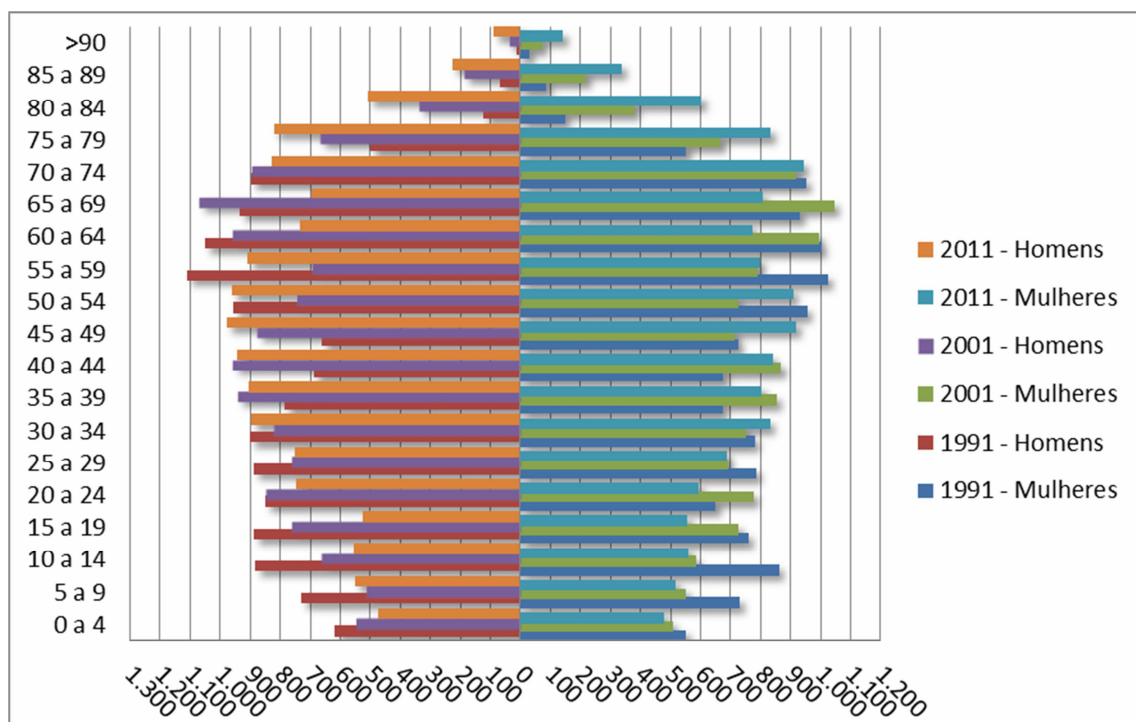
Tabela 6 – Variação por grupos etários

Grupo etário	1991	2001	2011	2016	Variação 1991-2011	Variação 1991-2016	Variação 2011-2016
0 – 14 anos	4375	3374	3134	2876	-28%	-34%	-8,23%
15 – 24 anos	3148	3110	2427	2142	-22%	-32%	-11,74%
25 – 64 anos	13662	13115	13642	13127	-0,10%	-4%	-3,78%
65 e mais anos	5233	6507	6835	6772	30%	29%	-0,92%
Total	26418	26106	26066	2876			

Fonte: Censos 1991, 2001, 2011; Anuário Estatístico Alentejo 2016

Contudo, a análise da distribuição etária da população, pode ser observada mais detalhadamente nas pirâmides que se seguem, as quais contêm também informação sobre a distribuição de género.

Gráfico 8 – Pirâmides etárias 1991, 2001 e 2011



Fonte: Censos 1991, 2001, 2011

Comparando as diferentes pirâmides etárias da população ao longo dos anos, evidencia-se esta tendência de duplo envelhecimento populacional, passando tendencialmente a ter uma pirâmide invertida.

Tabela 7 – Índices Sociais

	Masc.	Depend. Idosos	Depend. Jovens	Depend. Total	Envelhec.	Longev.	Renov. pop. ativa	Renov. Gerações
PT (2016)	90,0	32,5	21,6	53,8	150,9	48,7	79,7	
Alentejo (2016)	92,9	40,1	20,7	60,6	194,7	54,3	71,3	
Alent. Litoral (2016)	97,4	41,2	19,9	60,6	207,4	53,6	62,4	
Odemira								
2016	98,7	44,4	19,0	63,2	235,5	59,7	65,9	
2011	101,7	43,4	20,2	63,6	215,1	55,3	91,6	1,3
2001	104,2	41,2	20,9	62,1	197	40,5	95	
1991	105,6	32,1	25,1	57,2	127,9	38,7	73,3	

Fonte: Censos 1991, 2001, 2011; Anuário Estatístico Alentejo 2016

Tabela 8 – Taxas

	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade	Taxa de fecundidade	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento efetivo
	‰			%		
PT (2016)	8,4	10,7	37,1	-0,23	-0,08	-0,31
Alent. (2016)	7,6	14,8	36,8	-0,72	-0,16	-0,87
Alent. Lit. (2016)	7,2	13,7	37,1	-0,65	0,03	-0,62
Odemira						
2016	6,8	15,3	35,0	-0,86	-0,01	-0,87
2011	8,2	15	41,4	-0,68	0,24	-0,44
2001	8,1	14,2	39,4	-0,61	1,24	-0,63
1991	8,7	13,6	45	-0,49	0,02	-0,48

Fonte: Censos 1991, 2001, 2011; Anuário Estatístico Alentejo 2016

Ao contrário da tendência nacional, no concelho de Odemira continuam a existir mais homens do que mulheres. Para cada 100 ativos existem 44 idosos a seu cargo e só 19 jovens e, para cada 100 jovens existem 235 idosos. O cenário de envelhecimento piora quando vemos que,

para cada 100 pessoas entre os 65 e os 75 anos, existem 59 pessoas com mais de 75 anos. A renovação da população ativa também é negativa, pois para cada 100 ativos a sair do mercado de trabalho, existem somente 65,9 a entrar. Nascem 6 crianças em cada 1000 habitantes, em cada 1000 mulheres em idade fértil, somente se registaram 35 nascimentos e a capacidade de renovação da população está muito aquém dos valores desejáveis, 2,1, pois para cada mulher existiam, no ano 2011, 1,3 crianças. Nem o fenómeno da migração, apesar de positivo, inverteu o sentido de declínio. Os valores continuam negativos, o que é visível na taxa de crescimento efetivo de -0,87%.

Dinâmica Populacional

Tabela 9 – Taxa de atração e repulsão interna

	Taxa de atração total por local de residência	Taxa de repulsão interna por local de residência
	%	
Portugal	2,04	
Alentejo	5,11	3,4
Alentejo Litoral	7,33	4,23
Odemira	10,67	4,95

Fonte: Censos 2011

O concelho tem uma capacidade de atração de nova população muito superior aos valores nacionais e das NUT 2 e 3. Sabemos que tal facto se deve à chegada de população estrangeira, mas também de nacionais. Este indicador relaciona a população residente no concelho que há 10 anos residia noutra local, com o total da população residente no concelho em 2001⁶. A taxa de repulsão é a inversa, ou seja a proporção da população residente que há 10 anos residia na unidade territorial e já não reside, sobre a população residente na unidade territorial.

As Migrações no Concelho de Odemira

No que respeita à emigração, no Município não são efetuados registos e os que existem do INE, só existem a nível nacional, sem desagregação a outros níveis territoriais, são espúrios e pouco objetivos. Com a livre circulação na Europa comunitária, não há forma de os conhecer com exatidão. O valor mais aproximado é o do saldo fisiológico que, no caso de Odemira, tem vindo a aumentar devido à crescente chegada de migrantes. Assim, de 1960 a 1991, o concelho perdeu uma média decenal de -12,3% da sua população, de 1991 a 2001 este valor desacelerava para - 1,2% e na última década, perdeu somente -0,1%, o que com uma taxa de natalidade de 8/mil habitantes, só é explicável pela significativa entrada de migrantes verificada no território. Pouco se conhece sobre a emigração a nível local. Pode ser utilizada a taxa de repulsão, como dado ilustrativo daqueles que partem, o que daria um valor aproximado de 4,95 % nos últimos 10 anos.

Relativamente à migração interna, observa-se também que há muitos portugueses que se mudam para Odemira. Os censos 2011 contabilizaram 1116 indivíduos nacionais que passaram

⁶ Na metadata os dados referem-se a períodos de 5 anos e ao nível de freguesia, no entanto, uma vez que não se consegue a contabilização da população a cada 5 anos, os dados utilizados foram os decenais. (fonte INE, Metadata).

a ter residência em Odemira. Sabemos que esta tendência tem vindo a crescer, pois o fenómeno de gentificação rural (abandono da cidade e instalação no campo) é global e crescente, sendo Odemira um território apetecível para esta população.

As Famílias

A família tradicional, tal como a conhecemos na sua forma clássica, sofreu uma metamorfose e dispersou-se numa miríade de outras formas de vivência em conjunto. Por esta razão optámos por trabalhar com os dados dos núcleos familiares, ou seja: o conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos. Desta forma alargámos o conceito de família. De seguida apresentamos os dados que julgámos relevantes para a análise em questão:

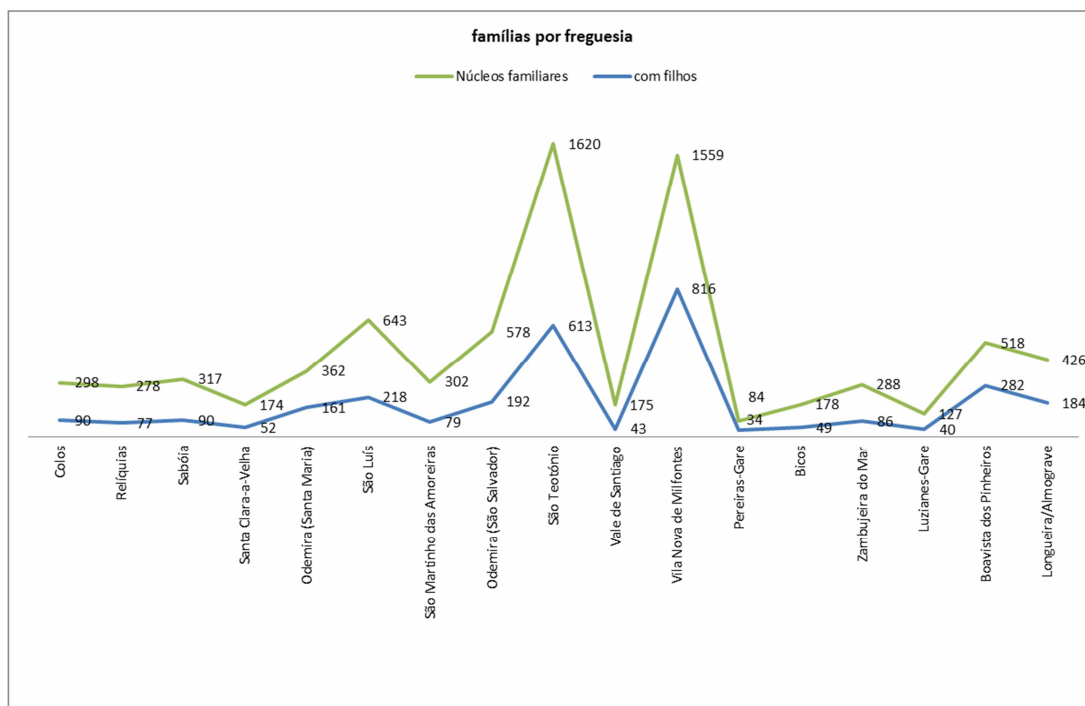
Tabela 10 – Núcleos familiares

	Núcleos familiares	Com filhos	Com filhos (%)	Ambos desempregados		Famílias monoparentais	
				Famílias	%	Famílias	%
Portugal	3226371	1540421	47,7	118527	7,7	235027	15,3
Alentejo	233364	100518	43,1	8806	8,8	14173	14,1
Alentejo Lit.	30280	12092	39,9	850	7	1802	14,9
Odemira	7927	3106	39,2	312	10	466	15
Colos	298	90	30,2	14	15,6	12	13,3
Relíquias	278	77	27,7	14	18,2	4	5,2
Sabóia	317	90	28,4	23	25,6	13	14,4
Sta. Clara -a-Velha	174	52	29,9	15	28,8	9	17,3
Odemira (Sta. Maria)	362	161	44,5	7	4,3	27	16,8
S. Luís	643	218	33,9	24	11	28	12,8
S. Martinho das Amoreiras	302	79	26,2	9	11,4	15	19
Odemira (S. Salvador)	578	192	33,2	11	5,7	33	17,2
S. Teotónio	1620	613	37,8	47	7,7	97	15,8
Vale de Santiago	175	43	24,6	2	4,7	8	18,6
Vila Nova de Milfontes	1559	816	52,3	88	10,8	130	15,9
Pereiras -Gare	84	34	40,5	8	23,5	6	17,6
Bicos	178	49	27,5	8	16,3	3	6,1
Zambujeira do Mar	288	86	29,9	4	4,7	23	26,7
Luzianes -Gare	127	40	31,5	14	35	0	0
Boavista dos Pinheiros	518	282	54,4	13	4,6	30	10,6
Longueira/Almograve	426	184	43,2	11	6	28	15,2

Fonte: Censos 2011

Pode-se observar que Odemira tem sempre os valores mais baixos a nível demográfico, quando enquadrado no contexto mais alargado, pois só 39,2% dos núcleos familiares têm crianças até aos 15 anos. A visualização da distribuição dos dados permite ver a repetição das mesmas freguesias e a assimetria do território.

Gráfico 9 – Famílias com e sem filhos



Fonte: Censos 2011

Na situação perante o emprego, tínhamos à data 10% de núcleos familiares em que ambos os progenitores estavam desempregados, um pouco superior às regiões e a nível nacional, alcançando valores de mais de 50%, mesmo nas freguesias mais desenvolvidas do concelho.

Quanto às famílias monoparentais, são 15% das famílias com filhos e não se desvia muito dos valores de enquadramento, mas é de salientar o valor de cerca de 28% na Zambujeira.

Educação e Formação

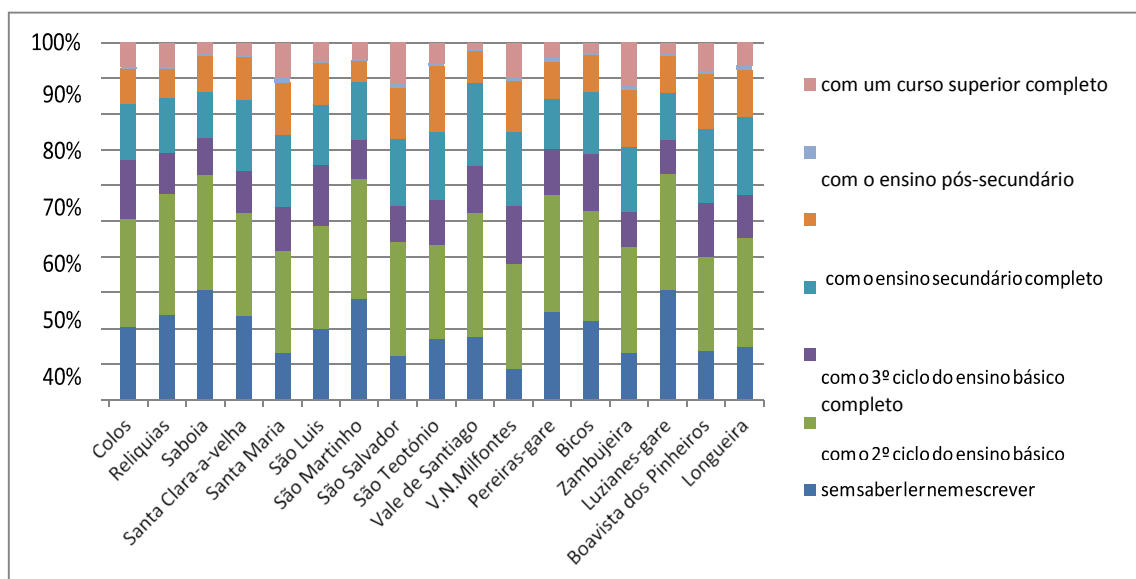


Gráfico 10 – Escolarização da população por freguesia

Fonte: Censos 2011

Quanto à escolarização da sua população, Odemira tinha em 2011 uma taxa de analfabetismo de 15,7%. Comparando com os valores de 2001 houve um decréscimo acentuado, pois era na altura de cerca de 28%. No entanto, é de lembrar que o concelho apresenta 26% de idosos, onde predomina o analfabetismo e que, ao falecerem, vão contribuindo para a redução desta taxa. Ainda assim, é bastante elevada quando comparada com as taxas de 5,22% a nível nacional, para o Alentejo de 9,55% e para o Alentejo litoral de 11,58%.

Quanto ao abandono escolar, presentemente é de 2,1%, em 1991 era de 42% até ao 2º ciclo, quando a escolaridade obrigatória contemplava ainda o 3º ciclo, até ao 9º ano (Ana Benavente, 1996 em Machado, 2003, p.9). Neste aspeto, a ação social escolar municipal teve um papel decisivo, sobretudo com o fornecimento de refeições e restantes auxílios escolares. Também não é de descurar o papel do Rendimento Social de Inserção que, de entre as condições impostas aos seus beneficiários, obrigava à frequência do ensino básico.

No cômputo geral, o nível de escolarização dominante é ainda o do 1º ciclo. Os níveis mais elevados de ensino até ao secundário encontram-se nas freguesias onde este existe, ou mais recentemente, onde se consolidaram os novos agrupamentos escolares.

Em relação ao ensino profissional, este tem sido de facto uma mais-valia para a formação profissional, enquanto alternativa ao ensino secundário e à empregabilidade dos jovens (dentro ou fora do concelho). Ainda, o acordo celebrado com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a escola também veio enriquecer a vila, uma vez que os jovens oriundos destes países, faziam aqui a sua formação. Alguns voltam, outros fixam-se e criam novas famílias e mais crianças. Com a mais-valia de que não tendo passado pelas subculturas

urbanas de segregação, integram-se bem com a população sem sinais significativos de confrontos. Este fluxo populacional têm vinda a diminuir nos últimos anos.

Dados mais recentes, de 2016, indicam que Odemira registou taxas brutas de pré-escolarização e de escolarização (ensino básico e ensino secundário) superiores às apresentadas a nível nacional, da região do Alentejo e do Alentejo Litoral. Apresentando valores iguais ou superiores a 100%, o que significa que o sistema teve, no período em referência, a capacidade de acolher todas as alunas e alunos com idade normal de frequência desses ciclos.

Tabela 11 – Taxas brutas de pré-escolarização e escolarização

	Taxa bruta de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização	
		Ensino básico	Ensino Secundário
Portugal	91,1	109,6	114,7
Alentejo	98,7	113,8	111,8
Alentejo litoral	100,3	116,9	113,7
Alcácer do Sal	103,5	107,6	70,6
Grândola	96,7	117,8	115,5
Odemira	99,7	116,9	140,1
Santiago do Cacém	99,9	112,8	103,6
Sines	102,9	132,5	124,7

Fonte: Anuário Estatístico Alentejo 2016

Levantamento Qualitativo e Quantitativo da Realidade Migrante no Concelho

Odemira, desde há muitos anos, tem sido um concelho atrativo para muitos cidadãos estrangeiros das mais variadas nacionalidades. A extensão dos terrenos de charneca perto do litoral e o sistema de regadio existente, são condicionantes que favoreceram a fixação de empresas hortícolas, que encontraram no nosso território os requisitos ideais para a produção em larga escala de vegetais e frutos. A horticultura é uma das atividades com mais peso na economia do concelho.

O concelho atrai mão-de-obra migrante devido ao facto da oferta local não satisfazer as necessidades das empresas sedeadas no concelho. Possuindo uma grande extensão de produção intensiva, tornaram-se um polo de atração para quem procura trabalhar em Portugal.

Desde a década de oitenta que o nosso concelho acolhe cidadãos estrangeiros. Nesta década, era procurado sobretudo por cidadãos do norte da Europa, que aqui fixaram a sua residência. A boa receptividade da população local, o clima e a natureza foram os principais fatores para que esta comunidade se fixasse, procurando uma qualidade de vida que não possuía nos seus países de origem.

Analisando a situação das migrações no concelho, faz-nos sentido referir que chegaram ao território quatro grandes vagas de comunidades migrantes. Na primeira, integram-se os cidadãos do norte da Europa, já referidos anteriormente, e onde se incluem os grandes

empresários da bacia hidrográfica do Mira, de nacionalidades inglesa, dinamarquesa e holandesa, e os cidadãos reformados que escolheram Odemira para viver. Estes cidadãos acabaram por se fixar, constituir família e estão completamente integrados na comunidade local. Na segunda vaga, chegaram os jovens estudantes dos PALOP, com o propósito de frequentar um percurso de formação profissional na Escola Profissional de Odemira. Na terceira vaga, podemos dizer que chegaram os migrantes laborais, oriundos, principalmente, da Europa de Leste e do Brasil e por fim, uma quarta vaga, caracterizada pela vinda de migrantes asiáticos, primeiramente tailandeses, seguidos depois por cidadãos de outros países da Ásia, como sejam a Índia, o Nepal e o Bangladesh. Estas duas últimas vagas de cidadãos com o objetivo principal de trabalharem nas empresas de agricultura intensiva existentes no concelho.

As vantagens da migração verificam-se quando falamos desta em situação legal ou regular. A chegada de migrantes, a curto e a médio prazo, constitui uma solução para a diminuição da taxa de natalidade e para o envelhecimento da população, podendo assim ser a única forma de assegurar o equilíbrio da segurança social. Além disso, a necessidade de mão-de-obra em determinados setores da economia não é compensada pelo mercado de trabalho interno, sendo precisa a vinda de migrantes. Como exemplo, a entrada de milhares de migrantes da Europa de Leste com níveis de qualificação acima da média nacional representa uma oportunidade se o concelho tiver a capacidade para os integrar na sociedade. Desta maneira, o fenómeno da migração podia-se revelar crucial para satisfazer as necessidades do mercado laboral, e a um nível mais lato, pode contribuir decisivamente para o crescimento económico.

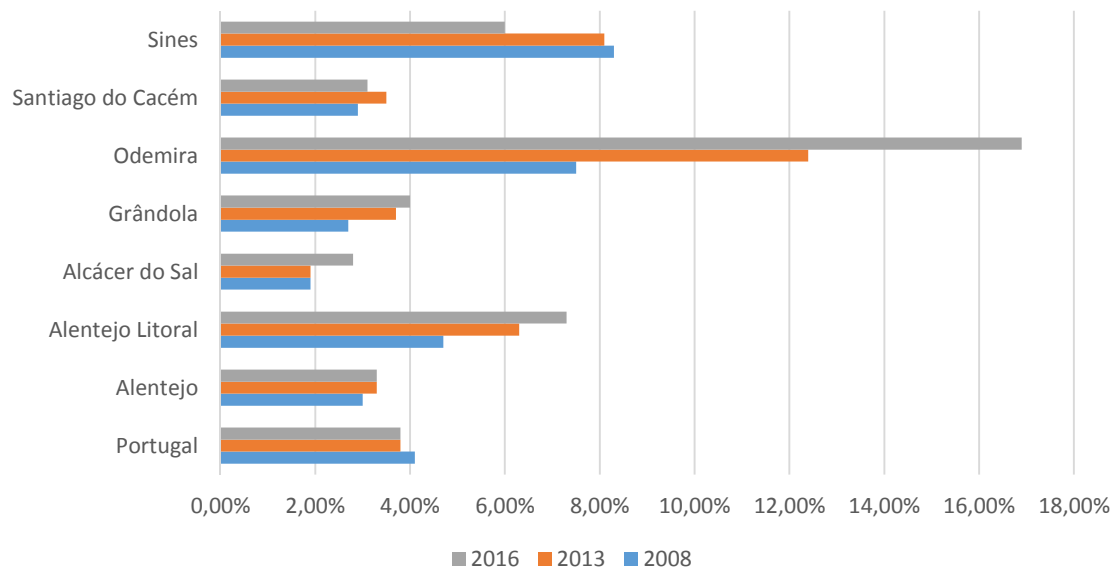
Como se pode verificar na tabela 12, no ano de 2009 Portugal, o Alentejo, o Alentejo Litoral e todos os municípios que constituem o Alentejo Litoral, apresentavam um saldo migratório positivo, com exceção dos concelhos de Alcácer do Sal e de Santiago do Cacém. Em 2011, com a crise económica instalada, inicia-se o período de êxodo dos cidadãos portugueses, à procura de emprego, e o país já não se revela tão atrativo aos olhos dos povos estrangeiros. Em 2011, metade dos territórios referenciados na tabela apresentavam um saldo migratório negativo, tendência esta, que se manteve até ao ano de 2013. Odemira, manteve um saldo migratório positivo nos anos observados, contrariamente à tendência observada a nível nacional. Em 2015, todos os territórios apresentaram saldo migratório negativo, reflexo do aumento da saída de migrantes e da diminuição do fluxo contrário. Em 2017 verificou-se o aumento do saldo migratório para valores positivos em quase todos os territórios, com exceção da região do Alentejo e do concelho de Alcácer do Sal.

Tabela 12 – Saldo Migratório nos anos de 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017

	2009	2011	2013	2015	2017
Portugal	15408	-24331	-36230	-10.453	4.886
Alentejo	1573	-361	-543	-4.016	-1.257
Alentejo Litoral	240	232	187	-411	43
Alcácer do Sal	-56	-43	-41	-76	-49
Grândola	76	150	136	-37	69
Odemira	167	61	48	-72	6
Santiago do Cacém	-30	135	118	-114	1
Sines	83	-71	-74	-112	16

Fonte: PORDATA

Gráfico 11 – População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008, 2013 e 2016



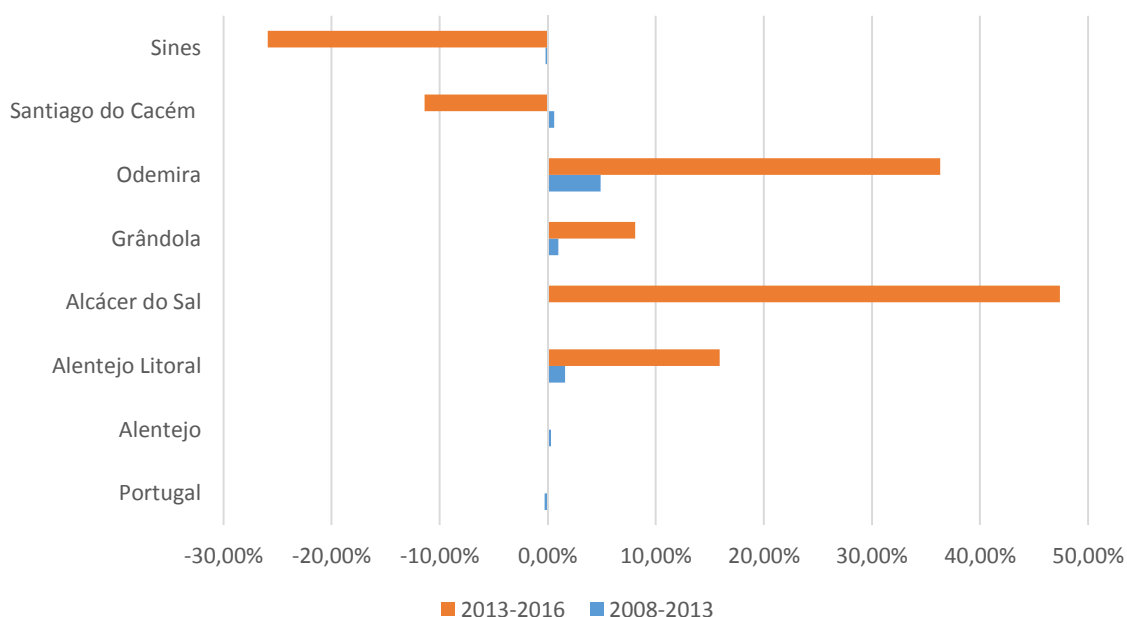
Fonte: PORDATA

Ao analisarmos o gráfico 11, observamos que no ano 2008, a população estrangeira residente no concelho, já apresentava um peso importante relativamente ao total de residentes (7,5%), superando o panorama nacional (4,1%), assim como ao nível da zona do Alentejo (3%) e do Alentejo Litoral (4,7%), só suplantado pelo Município de Sines (8,3%). Este facto assume ainda maior relevância nos anos de 2013 e 2016, sendo, dos apresentados, o território com maior percentagem de cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente (12,4% e 16,9%, respetivamente)



Comemoração do Dia da Interculturalidade - 2017

Gráfico 12 – Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008-2013 e 2013-2016



Fonte: PORDATA

O gráfico 12, mostra a evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente nos períodos de 2008-2013 e 2013-2016. Este último período, face ao anterior, é marcado pelo aumento acentuado da população estrangeira em quatro dos territórios e a sua diminuição nos outros dois (Sines e Santiago do Cacém).

Entre os territórios apresentados e no período entre 2008 e 2013, Odemira foi o que verificou o maior crescimento da população estrangeira (4,9%), acompanhado pela mesma tendência de crescimento dos outros territórios, com exceção de Portugal (-0,3%) e o concelho de Sines (-0,2%), que viram diminuir a sua população estrangeira. No período entre 2013 e 2016, Odemira continua a registar um aumento da população estrangeira (36,3%), apenas ultrapassado por Alcácer do Sal (47,4%). Pelo contrário, os concelhos de Sines e Santiago do Cacém registaram, nesse mesmo período, um decréscimo da população estrangeira, de 25,9% e de 11,4%, respetivamente.

Tabela 13 – População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2013 e 2016

	Países de Europa de Leste (%)			Países africanos (%)		
	2013	2016	Variação (2013/16)	2013	2016	Variação (2013/16)
Portugal	0,8	0,7	-0,1	1,0	0,9	-0,1
Alentejo	1,3	1,2	-0,1	0,2	0,2	0
Alentejo Litoral	1,6	1,7	0,1	0,5	0,5	0
Alcácer do Sal	1,3	1,9	0,6	0	0	0
Grândola	1,4	1,1	-0,3	0,2	0,2	0
Odemira	2,1	2,4	0,3	0,3	0,3	0
Santiago do Cacém	1,5	1,2	-0,3	0,3	0,4	0,1
Sines	2,1	1,9	-0,2	2,1	1,7	-0,4

Fonte: PORDATA

Tabela 14 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2013 e 2016 (cont.)

	Países asiáticos (%)			Países da América do Sul e Central (%)		
	2013	2016	Varição (2013/16)	2013	2016	Varição (2013/16)
Portugal	0,4	0,5	0,1	1,0	0,9	-0,1
Alentejo	0,3	0,5	0,2	0,7	0,6	-0,1
Alentejo Litoral	0,1	1,7	1,0	1,0	0,9	-0,1
Alcácer do Sal	0,1	0,3	0,2	0,3	0,3	0
Grândola	0,2	1,0	0,8	1,1	0,9	-0,2
Odemira	1,9	5,4	3,5	0,9	1,0	0,1
Santiago do Cacém	0,2	0,2	0	0,8	0,7	-0,1
Sines	0,7	0,6	-0,1	1,8	1,4	-0,4

Fonte: PORDATA

Tabela 15 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2013 e 2016 (cont.)

	Outros países da Europa (%)		
	2013	2016	Varição (2013-16)
Portugal	0,7	0,9	0,2
Alentejo	0,7	0,7	0
Alentejo Litoral	2,3	2,5	0,2
Alcácer do Sal	0,1	0,3	0,2
Grândola	0,8	0,9	0,1
Odemira	7,2	7,8	0,6
Santiago do Cacém	0,6	0,6	0
Sines	0,7	0,5	-0,2

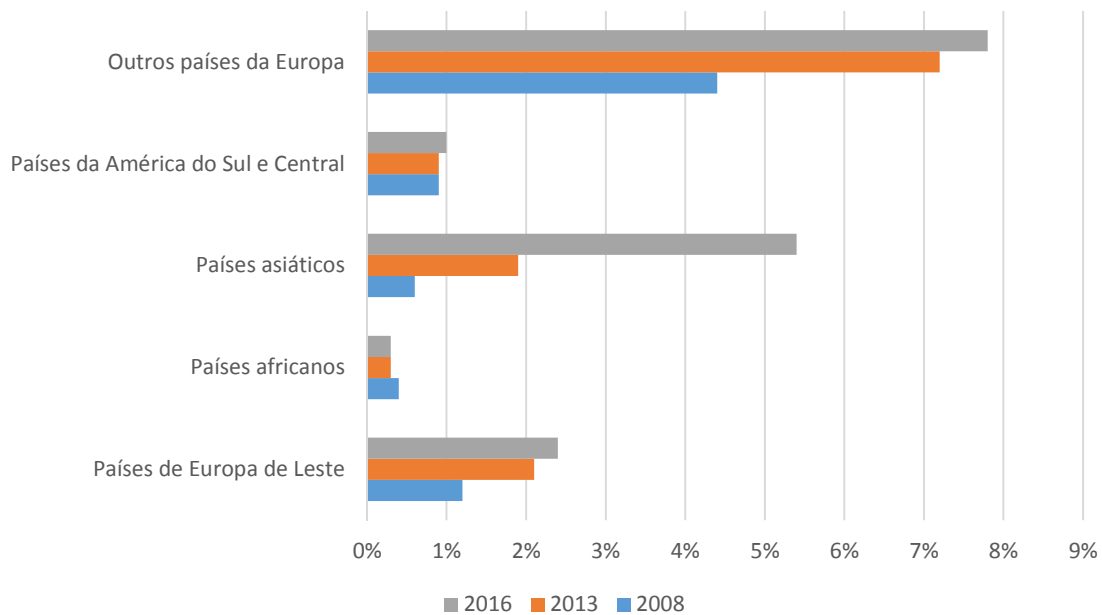
Fonte: PORDATA

Observando agora a população estrangeira com estatuto legal de residente, agrupada por grandes zonas do mundo donde é originária, verificamos que, entre 2013 e 2016 houve um aumento quase generalizado, nos territórios referidos, de cidadãos da Ásia e de outros países da Europa e uma diminuição da população oriunda dos países da América do Sul e Central e dos países da Europa de Leste.

No concelho de Odemira registou-se o maior aumento de cidadãos asiáticos (3,5%) que, em conjunto com os cidadãos de outros países da Europa, são quem se encontra em maior número no território.

Os gráficos seguintes retratam, mais especificamente a situação da população estrangeira residente no concelho de Odemira.

Gráfico 13 – População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008, 2013 e 2016, no concelho de Odemira

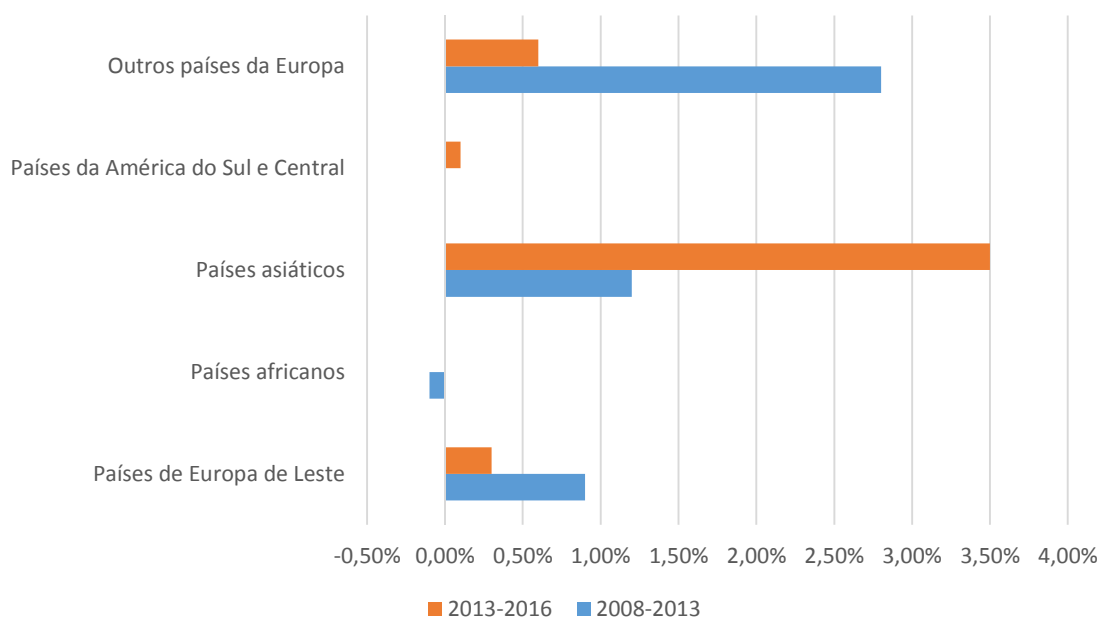


Fonte: PORDATA

Entre 2008 e 2016, a maioria dos cidadãos estrangeiros residentes no concelho eram nacionais de outros países da Europa. Esta comunidade é constituída, na sua maioria, por empresários e trabalhadores agrícolas, investidores turísticos (essencialmente turismo rural) e cidadãos reformados. Os migrantes de países asiáticos têm vindo a aumentar no concelho, sendo a partir de 2013, a segunda comunidade mais representativa, seguidos dos cidadãos de países da Europa de Leste, dos cidadãos dos países da América do Sul e Central e por fim dos cidadãos africanos.

A comunidade africana nunca teve e ainda hoje não tem, grande expressão de representatividade no território, uma vez que estes cidadãos não se dedicam à agricultura. Preferem centros urbanos e estão mais relacionados com a atividade da construção civil, serviços ou o comércio, em comparação com a atividade agrícola, a atividade profissional que mais absorve cidadãos estrangeiros.

Gráfico 14 – Variação da população estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008-2013 e 2013-2016, no concelho de Odemira



Fonte: PORDATA

Como se pode verificar no gráfico 14, a população migrante do continente asiático foi a comunidade residente que mais aumentou entre 2008 e 2016 (1,2 %, entre 2008 e 2013 e 3,5% entre 2013 e 2016). A população de outros países europeus, no período entre 2008 e 2013, aumentou igualmente (2,8%). As outras comunidades de migrantes da Europa de Leste também aumentaram no concelho, mas em menor número (0,9% e 0,3%).

A tabela abaixo apresentada permite observar, agora com mais pormenor, as nacionalidades dos cidadãos estrangeiros mais representativas no território.

Tabela 16 – N.º de estrangeiros residentes, com Título de Residência (TR) no concelho de Odemira nos anos de 2013 e 2017 (N.º e %)

	2013		2017	
	N.º	%	N.º	%
Alemanha	391	12,3	387	7,9
Bangladesh	--	--	64	1,3
Brasil	201	6,3	181	3,7
Bulgária	1108	34,7	1182	24,1
China	45	1,4	44	0,9
Espanha	--	--	38	0,8
França	--	--	44	0,9
Holanda	108	3,4	134	2,7
Índia	--	--	273	5,6
Itália	--	--	45	0,9
Moldávia	119	3,7	69	1,4
Nepal	--	--	480	9,8
Reino Unido	75	2,4	128	2,6
Roménia	224	7,0	280	5,7
Suiça	--	--	41	0,8
Tailândia	421	13,2	931	18,9
Ucrânia	201	6,3	285	5,8
Sub-total	2893	90,7	4606	93,8
Outras nacionalidades	296	9,3	306	6,2
Total	3189	100	4912	100

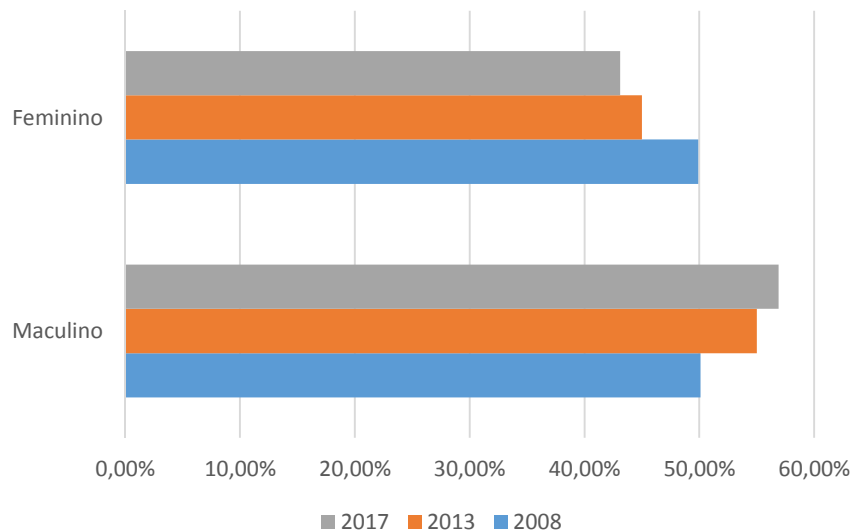
Fonte: SEF 2017

Nos anos de 2013 e 2017, a nacionalidade búlgara é a que tem maior expressão no concelho (34,1% e 24,1%, respetivamente) seguida pela tailandesa (13,2% e 18,9%, respetivamente). A nacionalidade alemã foi em 2013 a terceira com maior representatividade (com 12,3%), ultrapassada em 2017, pela nepalesa (9,8%).

Em relação ao género, a nossa população migrante apresenta uma percentagem equilibrada entre homens e mulheres, como se pode comprovar nos gráficos seguintes.



Gráfico 15 – N.º de estrangeiros residentes, com Título de Residência (TR) no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2008, 2013 e 2017 (%)



Fonte: SEF 2017

No entanto tem vindo a verificar-se uma diminuição da população estrangeira feminina e um aumento da masculina. Tal facto poderá estar relacionado com o aumento de cidadãos asiáticos residentes que se verificou nestes períodos, não se verificando nesta comunidade a presença de um número elevado de núcleos familiares clássicos. Apesar desta realidade, este número tem vindo a aumentar, existindo a perceção que esta mudança pode refletir alterações significativas no tipo de relação de futuro que os atuais migrantes procuram relativamente ao território concelhio, começando a verificar-se a fixação de famílias.

No ano de 2008, a percentagem de homens estrangeiros a residir no concelho era de 50,1% e de mulheres 49,9%. Nesse ano a presença de migrantes de Outros Países e da Europa de Leste era forte e tendencialmente, muitos destes cidadãos permaneciam acompanhados das suas famílias.

Segundo os Censos 2011, a população estrangeira residente no concelho é tendencialmente mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa.

Tabela 17 – Distribuição etária da população estrangeira no concelho de Odemira, em 2011 (%)

	Residentes com nacionalidade estrangeira	Residentes com naturalidade estrangeira	Residentes com nacionalidade portuguesa
0 – 9 anos	4,7	3,8	8,1
10 – 19 anos	9,9	9,6	8,4
20 – 29 anos	21,8	20,7	9,5
30 – 39 anos	20,8	23,6	12,4
40 – 49 anos	21,1	21,8	13,4
50 – 59 anos	12,4	12,1	13,8
60 – 69 anos	6,9	6,2	12,0
70 e mais anos	2,3	2,1	22,3

Fonte: Censos 2011

Em 2011, esta população apresentava uma concentração nas idades entre os 20 e os 49 anos, como se pode observar na tabela acima apresentada. No grupo etário dos 20-29 anos, os residentes com nacionalidade estrangeira representavam 21,8%, enquanto os cidadãos de nacionalidade portuguesa, no grupo etário correspondente, representam somente 9,5%. Os cidadãos estrangeiros residentes abrangidos pelo grupo etário dos 30-39 anos, apresentam igualmente uma percentagem elevada (20,8%), assim como no grupo seguinte, dos 40-49 anos, 21,1%. Contrariamente, a população residente de nacionalidade portuguesa apresenta valores mais baixos, 12,4% e 13,4% respetivamente. Com esta concentração de população nestes grupos etários, podemos concluir que maior parte da população estrangeira residente no território está em idade ativa. Nos grupos etários que representam idades mais avançadas, é a população de nacionalidade portuguesa que apresenta percentagens mais altas do que aquelas verificadas na população estrangeira, atingindo o seu valor mais elevado no grupo etário dos 70 e mais anos (22,3%).

Tabela 18 – Distribuição da população residente no concelho de Odemira, segundo a sua escolaridade, em 2011 (%)

	Nenhum	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário e Pós-Secundário	Ensino Superior
Total da população	28,3	25,3	11,6	16,0	12,6	6,2
Estrangeiros UE	7,2	4,4	11,8	20,6	43,1	12,9
Estrangeiros não UE	8,0	21,4	11,1	20,1	26,4	13,0
Estrangeiros naturalizados	6,3	9,1	11,3	20,8	37,0	15,4

Fonte: Censos 2011

Em 2011, se considerarmos o total da população residente no concelho, podemos verificar que esta era a que apresentava a maior percentagem de residentes sem qualquer escolaridade (28,3%) e a mais baixa no que respeita ao Ensino Superior (6,2%), contrariamente ao que acontece com os estrangeiros naturalizados (6,3% representa os cidadãos sem qualquer escolaridade e 15,4% possui uma licenciatura). O Ensino Secundário e Pós-Secundário é o nível de ensino que apresenta valores mais altos entre a população estrangeira (estrangeiros UE 43,1% e estrangeiros não- EU 26,4%) e estrangeiros naturalizados (37,0%).

Serviços de Acolhimento e Integração

No âmbito do acolhimento e integração de migrantes, os serviços locais representam um fator fundamental, uma vez que é localmente que este acolhimento e integração acontecem efetivamente. Embora estejam e devam estar enquadradas por políticas enquadradoras e estruturantes, de forma a legitimar e a orientar as estratégias definidas a nível local, é em cada território que se acolhe e integra cidadãos migrantes.

É sobretudo na fase inicial do ciclo migratório, que os migrantes “apresentam défices sociais específicos (desconhecimento da língua, falta de informação sobre acessos a serviços, ausência de direitos políticos, inserção profissional descendente associada a dificuldade de

reconhecimento de competências...) que acabam por originar situações de desvantagem social e de exclusão.” (Malheiros, 2010).

Neste sentido, “a constituição da Rede CLAI (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes) revelou-se fundamental para garantir a existência de estrutura territorialmente desconcentrada que assegurasse respostas de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos imigrantes.” (Malheiros, 2010).

“Os CLAI são gabinetes de acolhimento, informação e apoio descentralizado, que visam ajudar a responder às necessidades que se colocam aos cidadãos migrantes nas áreas: Regularização da situação migratória; Nacionalidade; Reagrupamento Familiar; Habitação; trabalho; Segurança Social; Retorno Voluntário; Saúde; Educação; Formação Profissional; Empreendedorismo; Apoio ao Associativismo; Outras.” (In: Folheto institucional da Rede CLAI, 2010).

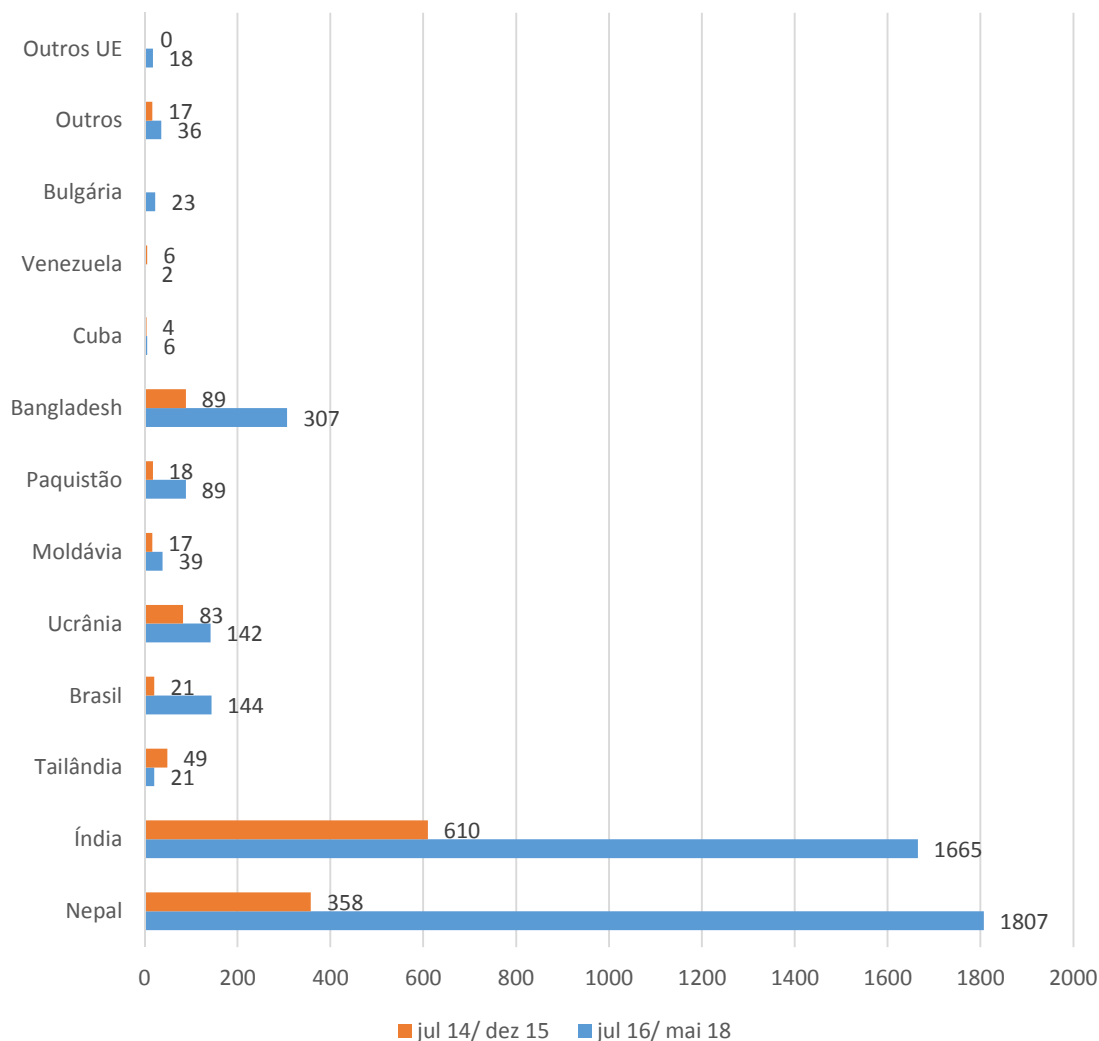
Segundo o mesmo autor, estes gabinetes trazem várias potencialidades para o território: aproximam os serviços dos migrantes, exigem que exista uma articulação institucional e uma rede de parceria consolidada, ao mesmo tempo obrigam à intervenção de técnicos motivados e disponíveis para darem resposta às necessidades prementes dos cidadãos migrantes. Recentemente, os CLAI sofreram uma alteração de nomenclatura para CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, devido à necessidade de adaptação à nova realidade migratória.

No concelho de Odemira, o CLAIM promovido pela TAIPA – Organização Corporativa para o Desenvolvimento Integrado do concelho de Odemira, está em funcionamento desde julho de 2014. A sua ação caracteriza-se por uma intervenção descentralizada/itinerante pelas freguesias que registam uma forte presença de comunidades migrantes, como sejam as freguesias de S. Teotónio, Longueira/Almograve, Vila Nova de Milfontes e na sede do concelho, Vila de Odemira (freguesia de S. Salvador e Santa Maria), onde muitos cidadãos se deslocam visto ser a zona que centraliza a prestação de serviços. Esta itinerância justifica-se perante um território com uma grande área geográfica, de baixa densidade populacional e com uma rede de transportes que ainda não consegue satisfazer as necessidades de mobilidade dos cidadãos residentes. Por outro lado, os horários de trabalho dos cidadãos migrantes não permitem, em tempo útil, a realização de deslocamentos ao CLAIM, tendo este de funcionar em horário apropriado e ajustado aos migrantes, num local que seja o mais próximo possível. Os atendimentos são efetuados nas instalações das Juntas de Freguesia, exceto em Odemira, que se realiza no Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

Desde 2016 que o CLAIM de Odemira garante recursos financeiros para o seu funcionamento através de um consórcio público-privado, constituído por empresas agrícolas instaladas no concelho e pelo Município de Odemira, assegurando assim a sua existência e atividade de forma autónoma relativamente a eventuais financiamentos comunitários. A natureza deste consórcio, a diversidade de entidades envolvidas e o contexto de parceria efetiva que possibilita a sua existência, têm sido considerados como uma boa prática de referência no país. Sinal do compromisso existente nos processos facilitadores da integração dos cidadãos migrantes.

Quanto ao trabalho realizado, o CLAIM do concelho de Odemira, de julho de 2014 a dezembro de 2015 realizou 1273 atendimentos e de julho de 2016 a final de maio de 2018 realizou 4299 atendimentos a cidadãos nacionais de países terceiros. Apesar de não ser possível realizar uma análise rigorosa devido à diferença temporal dos períodos referidos, é visível um aumento acentuado do número de atendimentos.

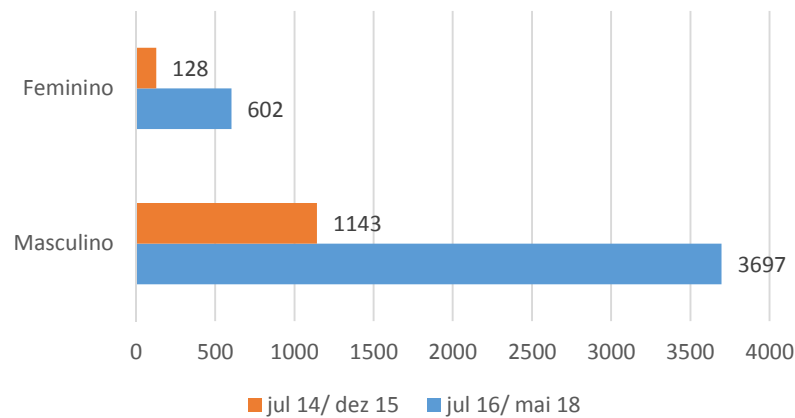
Gráfico 16 – N.º de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o seu país de origem, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018



Fonte: CLAIM Odemira

Como se pode verificar, são os cidadãos de origem asiática que mais procuram os serviços do CLAIM. Foram atendidos 2275 cidadãos indianos, 2165 cidadãos nepaleses, 396 do Bangladesh, 197 oriundos do Paquistão e 70 cidadãos de nacionalidade tailandesa.

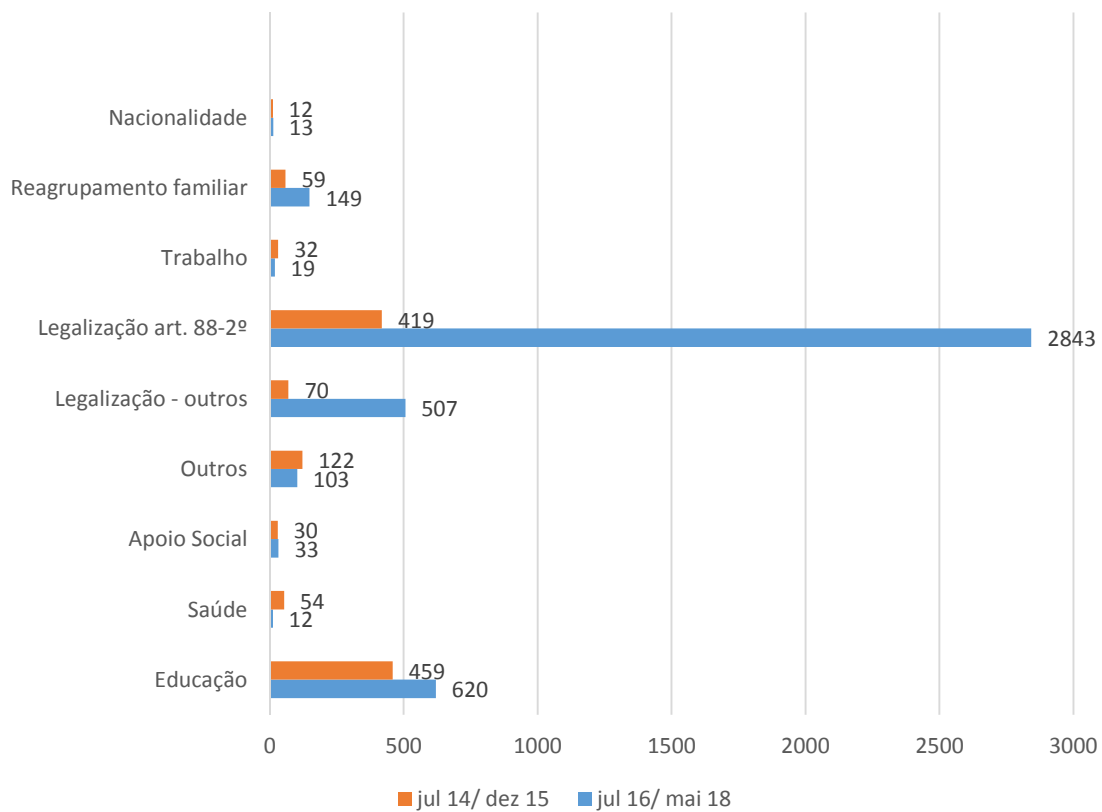
Gráfico 17 – N.º de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o género, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018



Fonte: CLAIM Odemira

O gráfico 17 revela a grande tendência do género masculino nos atendimentos efetuados pelo CLAIM de julho de 2014 a maio de 2018.

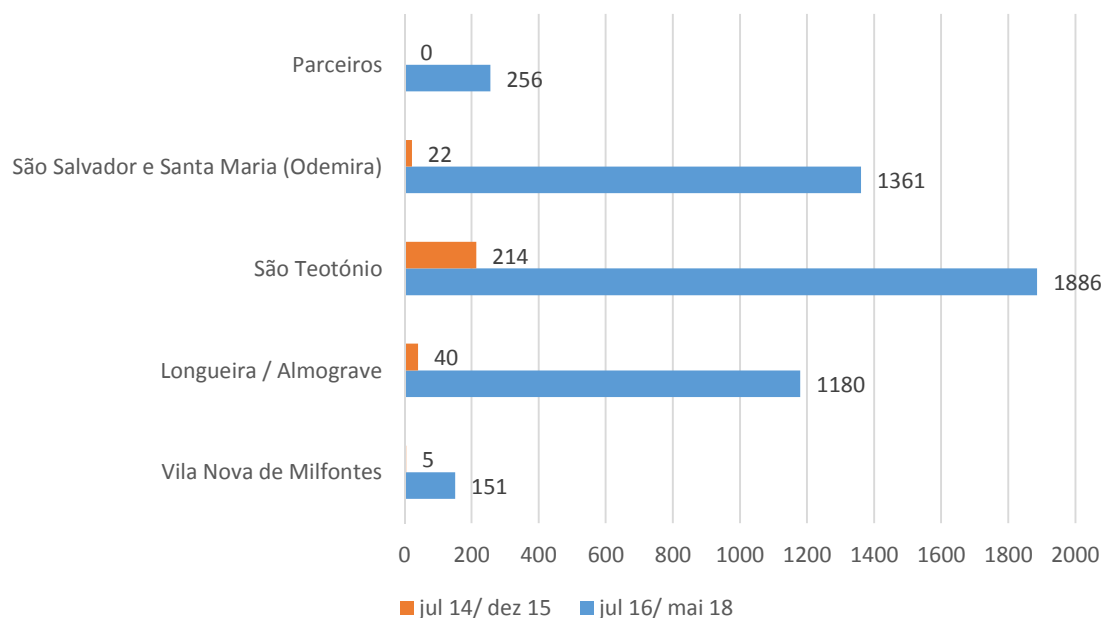
Gráfico 18 – N.º de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o motivo da sua deslocação, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018



Fonte: CLAIM Odemira

Quanto aos motivos pelos quais os cidadãos procuram o apoio do CLAIM, atualmente, de julho de 2016 a maio de 2018, o principal assunto tratado foi a Legalização, no âmbito do artigo 88º, enquanto no período anterior referido, os assuntos da educação foram os mais tratados.

Gráfico 19 – N.º de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o local de atendimento, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018



Fonte: CLAIM Odemira

Quanto ao número de cidadãos atendidos em cada uma das freguesias onde o CLAIM pratica a itinerância, o gráfico 19, revela que é na freguesia de S. Teotónio que os cidadãos migrantes mais procuram o apoio deste serviço. O volume de atendimentos também é elevado nas freguesias de São Salvador e Santa Maria (Odemira), devido ser a sede de concelho e onde se encontram diversos serviços e em Longueira/Almogrove, onde se encontram a residir muitos cidadãos estrangeiros.

Tabela 19 – N.º de requerentes e de beneficiários do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRE), segundo o seu país de origem, de julho de 2014 a dezembro de 2015 e de julho de 2016 a maio de 2018

País de origem	N.º de requerentes		N.º de beneficiários	
	14/15	16/18	14/15	16/18
Brasil	1	0	0	0
Bangladesh	0	1	0	0

Fonte: CLAIM Odemira

Entre julho de 2014 e fevereiro de 2015, um cidadão de nacionalidade brasileira requereu este o apoio deste Programa.



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



GOVERNO DE
PORTUGAL



SGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

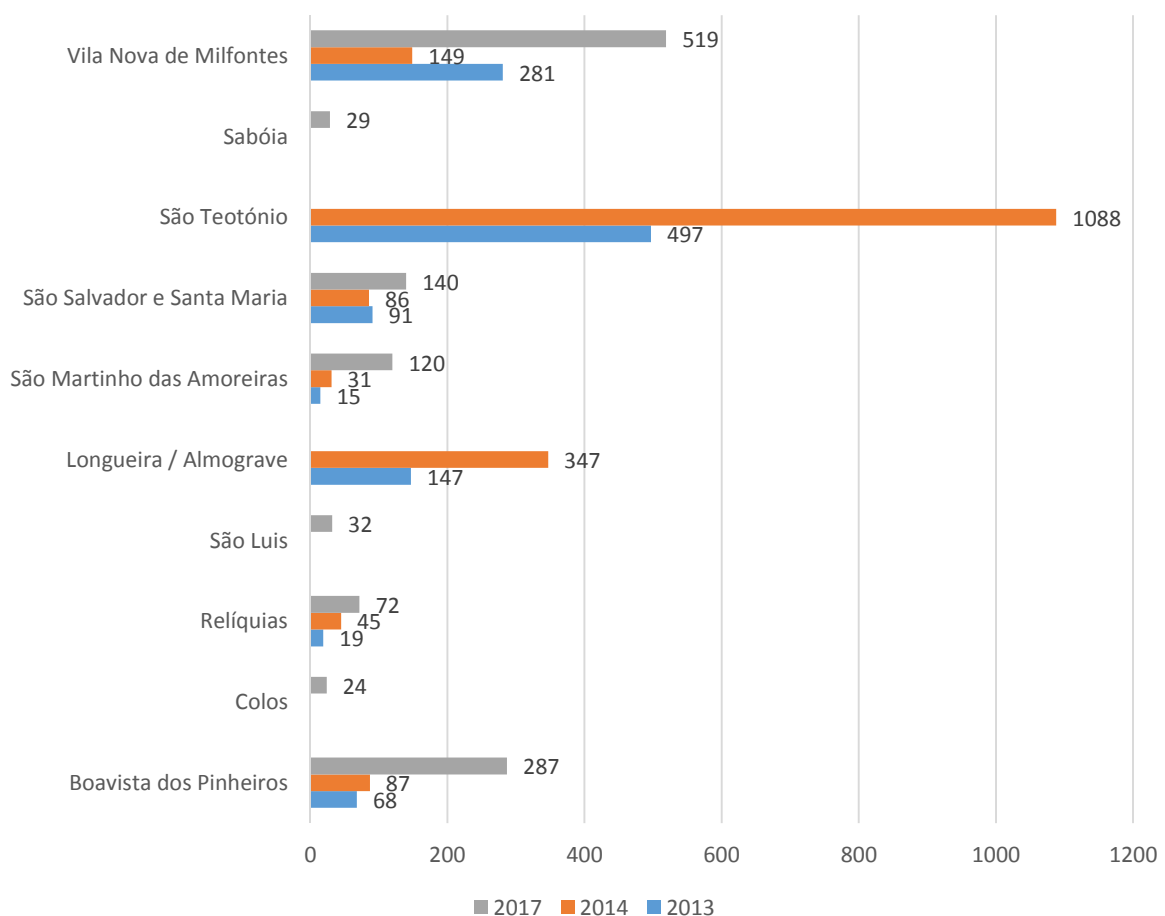


ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

As Juntas de Freguesia são as entidades, por excelência, mais próximas e que melhor conhecem as necessidades da sua comunidade. Têm como atribuições principais a promoção e a salvaguarda das respetivas populações, em todos os domínios dos interesses próprios dos cidadãos, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades, em articulação com o Município. A presença de comunidades migrantes nacionais de países terceiros no nosso território, obrigou os responsáveis autárquicos a adaptarem-se a uma nova realidade, com novos desafios, necessidades, a exigirem dinâmicas e estratégias diferentes. A colaborar para esta nova visão e missão de cada uma das Juntas de Freguesia, em articulação com o Município, temos o princípio da subsidiariedade, um dos princípios pelos quais estas se regem. Segundo este, as decisões deverão ser tomadas pelo nível de poder mais indicado para garantir a máxima eficácia dessa mesma decisão, assegurando-lhe uma maior transparência, já que existe uma aproximação entre o decisor e o respetivo destinatário. Nesta perspetiva, as autarquias têm assim um importante papel no acolhimento e integração dos cidadãos migrantes.

Os gráficos abaixo ilustram as alterações que podem acontecer, num período curto de tempo, na comunidade migrante. Foram solicitados dados estatísticos a todas as Juntas de Freguesia do concelho (treze), tendo sido obtida resposta de oito para o ano de 2017 e de sete para os anos 2013 e 2014.

Gráfico 20 – N.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, nas Juntas de Freguesia, nos anos de 2013, 2014 e 2017



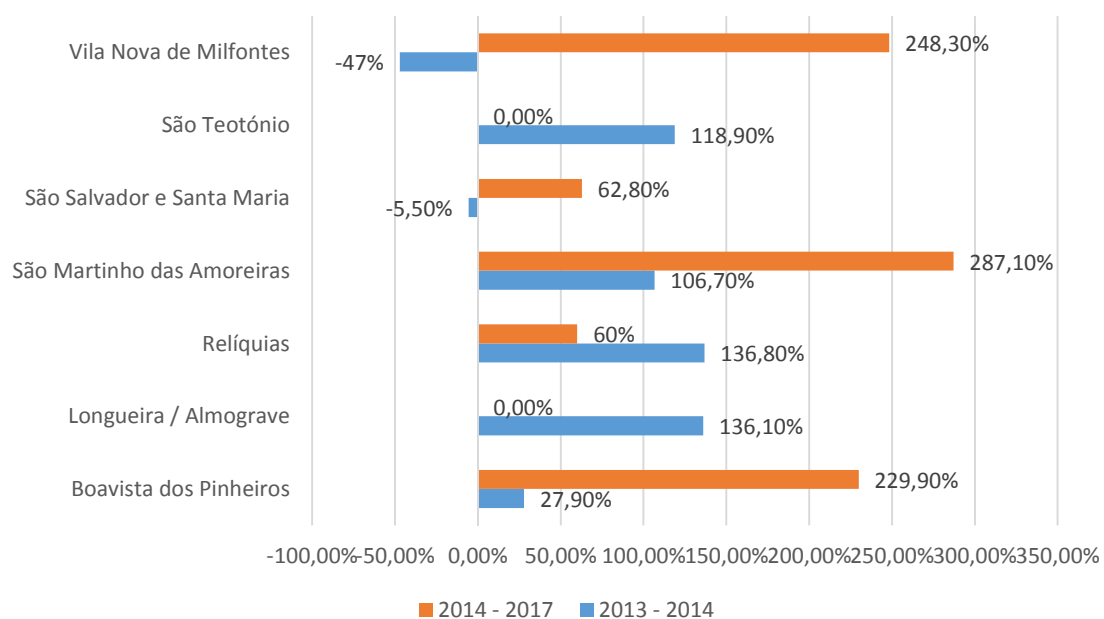
Fonte: Juntas de Freguesia

Entre os anos 2013 e 2017 verifica-se um aumento gradual do número de atestados de residência emitidos pelas Juntas de Freguesia, com exceção da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes que, entre 2013 e 2014, diminuiu em 132 o número de emissões.

Das oito Juntas de Freguesia que responderam à nossa solicitação, a de Vila Nova de Milfontes é a que apresenta o maior número de Atestados de Residência emitidos (519) no ano de 2017, seguida pela Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros com 287 documentos emitidos, S. Salvador e Santa Maria (140), S. Martinho das Amoreiras (120), Relíquias (72), São Luís (32), Sabóia (29) e Colos (24).

As Juntas de Freguesia (Vila Nova de Milfontes, São Teotónio e Boavista dos Pinheiros) que apresentam maior número de Atestados de Residência emitidos, são as que estão localizadas na zona litoral do concelho e que registam uma forte presença de comunidades migrantes de nacionais de países terceiros que trabalham nas empresas agrícolas. Em situação oposta encontram-se as Juntas de Freguesia de Relíquias, Sabóia e Colos, situadas na zona interior do território, evidenciando uma presença significativamente menor de cidadãos migrantes.

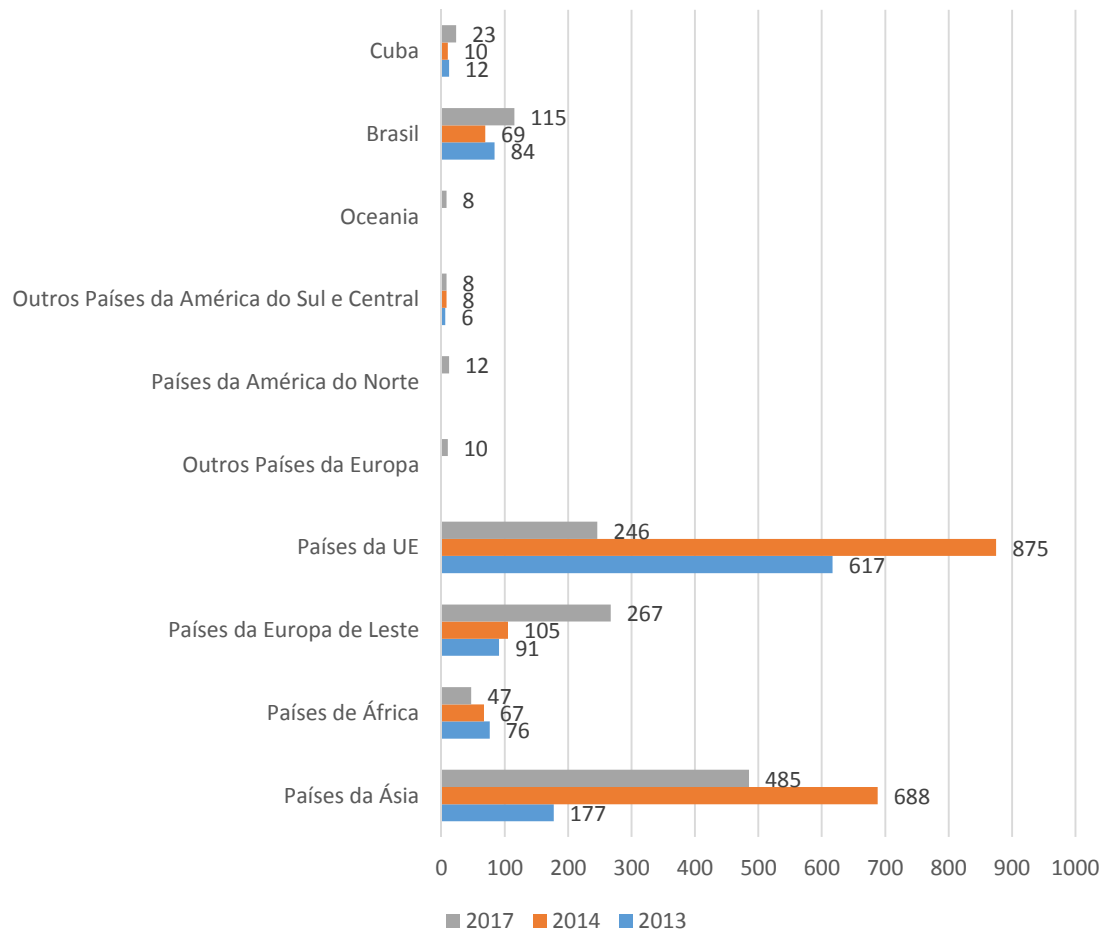
Gráfico 21 – Variação percentual do n.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, por Juntas de Freguesia, nos anos de 2013-2014 e 2014-2017



Fonte: Juntas de Freguesia

No gráfico 21, podemos observar a diferença do número de Atestados de Residência emitidos por cada Junta de Freguesia nos anos de 2013/14 e 2014/17. De 2014 a 2017, as Juntas de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, São Martinho das Amoreiras e Boavista dos Pinheiros, triplicaram o número de documentos emitidos. Entre 2013 e 2014, as Juntas de Freguesia de São Teotónio, São Martinho das Amoreiras, Relíquias e Longueira / Almogrove viram o seu número duplicar, pelo contrário, as Juntas de Freguesia de Vila Nova de Milfontes e de São Salvador e Santa Maria, emitiram menos documentos.

Gráfico 22 – N.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo grandes zonas mundiais, nos anos de 2013, 2014 e 2017

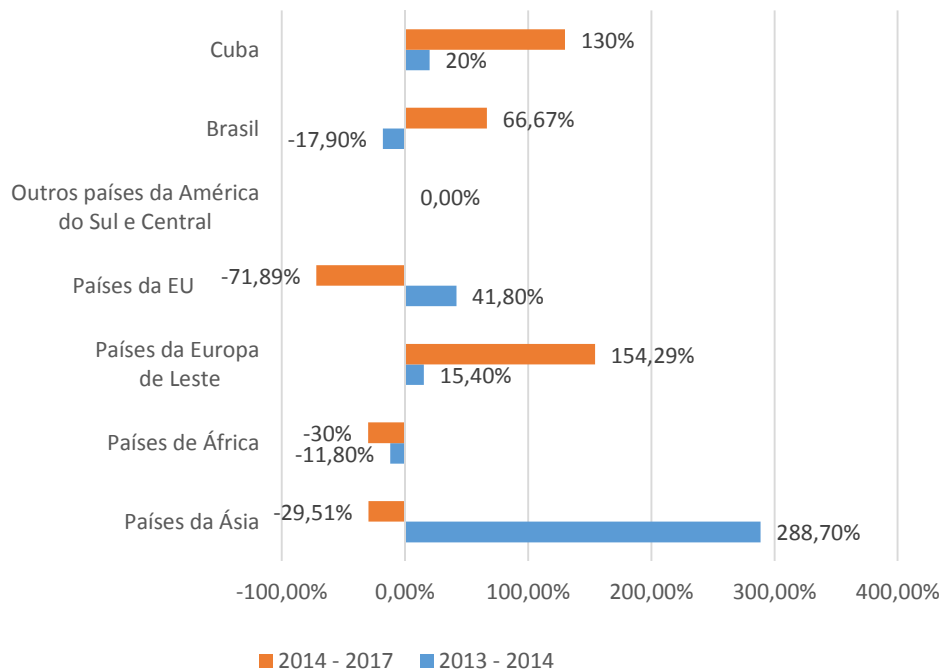


Fonte: Juntas de Freguesia

O gráfico 22 mostra-nos a origem dos cidadãos que solicitaram Atestados de Residência nas Juntas de Freguesia referenciadas anteriormente, nos anos de 2013, 2014 e 2017.

Nos anos de 2013 e 2014, os migrantes não oriundos de países terceiros, foram os cidadãos que mais solicitaram este tipo de documento, logo seguidos pelos cidadãos asiáticos, que no ano de 2017, foi quem mais solicitou (principalmente oriundos do Nepal, da Índia, do Bangladesh e da Tailândia). O número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos da Europa de Leste também tem vindo a aumentar desde 2013, sendo inclusivé a segunda comunidade a quem foram entregues mais documentos em 2017 (maioritariamente a búlgaros e ucranianos). Nesse mesmo ano, e na terceira posição, encontram-se os cidadãos de outros países da Europa, principalmente alemães e ingleses.

Gráfico 23 – Variação percentual do n.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo países e grande zonas mundiais, nos anos de 2013-2014 e 2014-2017



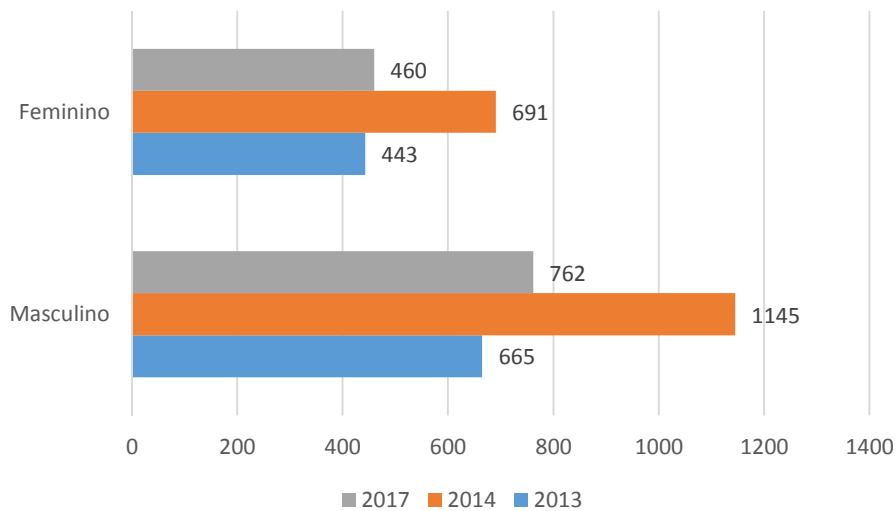
Fonte: Juntas de Freguesia

Como podemos observar no gráfico acima exposto, o número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos asiáticos foi o que mais subiu entre 2013 e 2014 e um dos que diminuiu entre 2014 e 2017. No período 2013/2014, a emissão do documento a nacionais de Outros Países aumentou em 41,8%, mais 258 que no ano anterior.

Entre 2014 e 2017, aumentaram em 155% o número de atestados emitidos a cidadãos da Europa de Leste (mais 153) e em 66,7% a cidadãos brasileiros, que no período anterior diminuíram.

Em ambos os períodos registou-se um decréscimo do número de atestados emitidos a cidadãos africanos.

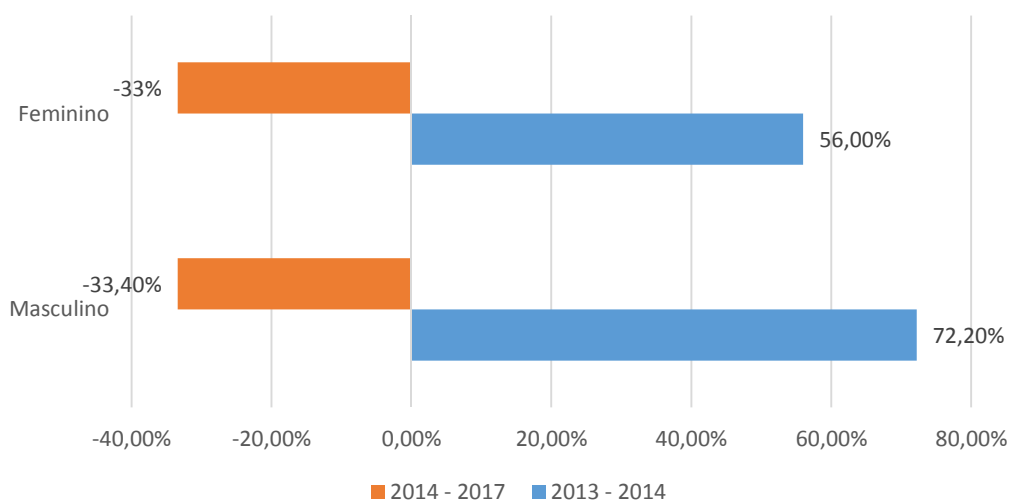
Gráfico 24 – N.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o género, nos anos de 2013, 2014 e 2017



Fonte: Juntas de Freguesia

Nos anos de 2013, 2014 e 2017, o número de Atestados de Residência a migrantes do sexo masculino foi superior ao registado para migrantes do sexo feminino, devido a estes se encontrarem em maior número no concelho.

Gráfico 25 – Variação percentual do n.º de atestados de residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o género, nos anos de 2013 – 2014 e 2014 – 2017



Fonte: Juntas de Freguesia

Entre 2013 e 2014, o número de Atestados de Residência emitidos aumentou em ambos os géneros, embora em maior número para migrantes do sexo masculino. No período entre 2014 e 2017, registou-se um decréscimo em igual proporção para ambos os sexos.

No final de cada uma das áreas deste plano, apresentamos, para cada uma delas, alguns dos principais problemas, constrangimentos ou necessidades, possíveis soluções e soluções já implementadas ou iniciadas. Estes elementos resultam da interpretação dos parceiros locais, realizada durante os diversos momentos de recolha e reflexão em torno dos dados qualitativos e perceções dos profissionais que trabalham com a população migrante do concelho de Odemira.

Tabela 20 – Levantamento de dados qualitativos na área de Serviços de Acolhimento e Integração

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Em prática ou iniciada a sua implementação no âmbito da implementação do 1º PMII
Dificuldades de comunicação devido à barreira da língua		“Kit de Acolhimento ao cidadão Migrante em Odemira” (iniciado)
Diversidade ou disparidade entre as várias culturas, com hábitos e costumes diferentes, o que pode causar desentendimentos e conflitos culturais	Ações de valorização das culturas de origem e de acolhimento	Celebração do Dia da Interculturalidade Projeto Gira Mundo
Necessidade e importância do respeito pelo país / comunidade de acolhimento (cumprimento das normas sociais)	Divulgação de materiais multimedia para valorização do território e visitas ao concelho	
N.º insuficiente de recursos humanos de apoio ao acolhimento e integração dos migrantes	Aumento da capacidade de resposta	
Distância física dos serviços de apoio, nomeadamente o SEF, cuja delegação se encontra em Beja		Programa “SEF em Movimento”: ações em empresas agrícolas
Falta de informação de apoio traduzida	Ações de informação ao migrante	Tradução de oito formulários em três línguas (inglês, russo e tailandês), que se encontram compilados em três brochuras, que também contêm informação útil ao migrante (iniciado)
Necessidade de formação dos funcionários dos serviços públicos que realizam atendimento, sobre “soft skills” (comunicação, flexibilidade, competências interpessoais, entre outras) e domínio da língua inglesa	Capacitação dos funcionários dos serviços públicos, que realizam atendimento à comunidade migrante, através de ações de formação	
Morosidade do processo de legalização		
Desconhecimento, por parte da comunidade de acolhimento, dos hábitos e costumes das diferentes culturas, o que poderá desencadear comportamentos racistas e discriminatórios	Ações de sensibilização à comunidade sobre questões relacionadas com a migração (e a importância da integração dos migrantes)	

Urbanismo e Habitação

A habitação, em termos constitucionais, é um direito a que todos os cidadãos devem ter acesso e um dos vetores fundamentais à qualidade de vida que se deseja. Tendo por base o Diagnóstico e os Planos de Desenvolvimento Social 2014-2015 e 2016-2020 (PDS) do concelho, o Município do Odemira no âmbito das suas competências e obrigações no que diz respeito à proteção e promoção de bem-estar da sua população, criou medidas de apoio à habitação, destinadas a um público mais desfavorecido económica e socialmente.

O Programa Municipal de “Apoio a Melhorias Habitacionais”, destina-se ao licenciamento de obras em habitação própria ou arrendada de uso permanente, à sua conservação, beneficiação, alteração ou ampliação, acessibilidades, transporte e concessão de equipamentos domésticos.

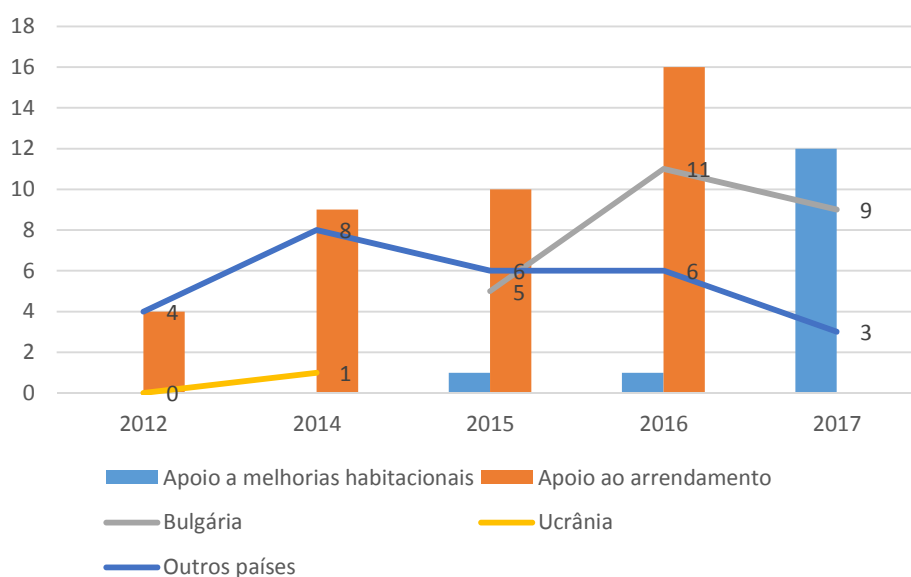
O “Apoio ao Arrendamento” destina-se a agregados familiares com comprovada carência económica. O Município, atribui, a título de subsídio, uma comparticipação de 50% do valor da renda, até um limite de 150.00€, aos cidadãos que reunirem os requisitos necessários.

Todas estas medidas são suportadas por Regulamentos Municipais, para que a atribuição destes apoios seja justa transparente e para que exista uma corresponsabilidade por parte de todos os envolvidos.

A comunidade migrante, desde que reúna os requisitos definidos nos Regulamentos, também pode beneficiar destes apoios, nas mesmas condições determinadas para os cidadãos locais.

O gráfico 26, apresenta o número de cidadãos que beneficiaram dos apoios atrás enunciados nos anos de 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Gráfico 26 – N.º de cidadãos estrangeiros que requereram os Apoios Sociais ao nível da Habitação, atribuídos pelo município, nos anos de 2015, 2016 e 2017, segundo o género e o seu país de origem



Fonte: DEAS – Município de Odemira



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



GOVERNO DE
PORTUGAL



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM
APOIO À CRIAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS

Das medidas de apoio atrás enunciadas, os cidadãos migrantes beneficiaram unicamente do “Apoio ao arrendamento”, nos anos de 2012 e 2014 e do “Apoio a melhorias habitacionais” no ano de 2017. Os beneficiários de “outros países” aumentaram entre 2012 e 2014, tendo vindo a diminuir até 2017. Em 2014, uma cidadã ucraniana beneficiou do apoio, e entre 2015 e 2017, foram os cidadãos búlgaros, mais do que o conjunto de nacionais de outros países, quem mais usufruiu dos apoios disponibilizados.

Podemos sugerir que a justificação para os baixos valores apresentados, possa ter como uma das causas a falta de informação traduzida que chega à população migrante, constrangimento este já detetado durante a conceção deste Plano.

Os tipos de alojamento utilizados pelos cidadãos migrantes a residir no nosso concelho são vários, perante “a falta de capacidade do mercado imobiliário para fazer face às necessidades e características das comunidades migrantes, nomeadamente criando um leque de oferta mais alargado e acessível dentro do mercado de arrendamento, e eventualmente uma oferta mais específica no domínio das residências coletivas, que poderão ser úteis nos períodos iniciais de transição e nos casos de migração temporária”. Muitos deles arrendam habitações nas localidades mais próximas dos seus postos de trabalho, que normalmente são as empresas agrícolas. Os migrantes nacionais de países terceiros, no início do seu ciclo migratório não trazem as suas famílias e acabam por optar pela “coabitação em grupo (de elementos do sexo masculino), sem laços familiares entre si, com o intuito de reduzir despesas individuais”. As habitações, na sua grande maioria, não estão preparadas para alojar um número considerável de pessoas, o que torna as condições de habitabilidade precárias e pouco dignas. Os senhorios vêm a presença dos cidadãos migrantes e as suas necessidades de alojamento “como uma oportunidade para aumentarem os seus lucros, cobrando rendas elevadas, frequentemente sem contrato”, não estando muito preocupados com o número de pessoas que residem nas suas casa nem com as condições de habitabilidade que oferecem (Malheiros, 2011).

Outros cidadãos migrantes optaram por residir em alojamentos localizados nas próprias empresas onde trabalham, evitando assim as deslocações e o pagamento de renda. Estes alojamentos são do tipo “contentores”, portanto alojamentos não clássicos, uma vez que não se enquadram nas categorias de apartamento ou moradia.

Foram solicitados dados relativos ao número de trabalhadores que residiam em alojamentos não clássicos às empresas agrícolas e a uma associação de horticultores parceiras da CLI. Em 2015 foram três e em 2018 foram nove as que devolveram os resultados solicitados.

Tabela 21 – N.º de trabalhadores residentes em alojamentos não clássicos, segundo o seu país de origem, à data do fim do mês de fevereiro de 2015 e de junho de 2018

País de origem	N.º de trabalhadores em alojamento não clássico	
	Fev/15	Jun/18
Bangladesh	0	60
Bulgária	0	64
Índia	0	78
Nepal	0	118
Paquistão	0	30
Polónia	0	5
Roménia	14	40
Tailândia	0	222
Outros países	96	0
Total	110	617

Fonte: Empresas agrícolas

Como se pode observar na tabela 21, até à data de fevereiro de 2015, nas três empresas que responderam, residiam 110 cidadãos estrangeiros em alojamentos não clássicos, 96 oriundos de países não considerados terceiros e 14 de nacionalidade ucraniana. Este número aumentou de forma acentuada até junho de 2018, em parte devido à devolução de informação por parte de mais empresas agrícolas, as quais albergam um maior número de cidadãos estrangeiros nestas condições.

As condições de habitabilidade destes alojamentos não é totalmente conhecida. Apesar de ter sido realizada uma visita, por parte de uma equipa do Município de Odemira, integrando os dirigentes políticos com responsabilidades nesta área, para além da Coordenadora do PMII, a uma das empresas parceiras que oferece este tipo de alojamento (em fevereiro de 2015), o resultado da observação efetuada não se pode generalizar a todas as empresas instaladas no concelho e que oferecem este tipo de alojamento aos seus trabalhadores. No entanto, desta visita efetuada, podemos afirmar que os alojamentos eram do tipo “contentor”, não estavam sobrelotados e apresentavam várias zonas funcionais. Foi notório que os responsáveis tentam que este tipo de alojamento apresente um aspeto agradável, como exemplo podemos referir que todos os alojamentos estavam pintados com uma barra azul, como é tradicional nas habitações alentejanas. As condições de higiene são asseguradas pelos trabalhadores e verificadas pelos responsáveis, tendo estes instituído um prémio pecuniário a quem apresente o seu alojamento limpo e arrumado. No recinto da empresa existe um espaço de convívio e de lazer que é utilizado por todos os trabalhadores.

Tabela 22 – Levantamento de dados qualitativos na área de Urbanismo e Habitação

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Em prática ou iniciada a sua implementação no âmbito da implementação do 1º PMII
Falta de condições habitacionais em alguns dos alojamentos onde os migrantes se encontram a residir	Garantir condições de habitabilidade; Aumentar o número de ações de fiscalização	
Falta de habitações (e/ ou situações de sobrelotação das mesmas)	Maior oferta habitacional; Projeto para alojamento nas empresas; Regular a habitação coletiva de trabalhadores migrantes	Proposta de “Acordo de Autorização de Colocação de Instalações Provisórias Destinadas ao Alojamento de Trabalhadores Temporários”
Prática de valores de aluguer de habitações (rendas) elevados	Criação de habitação social	Folheto com informação relativa aos apoios municipais: “Apoio ao arrendamento” e “Apoio às melhorias habitacionais” (iniciado)
Fragilidades nos hábitos de higiene de algumas comunidades migrantes	Definição e ensino das regras de utilização das habitações	
Necessidade de informação sobre questões relacionadas com o arrendamento / habitação (para migrantes e proprietários)		Distribuição/ divulgação do folheto: “O arrendamento da habitação e o migrante” (iniciado)
Levantamento das habitações que se destinem exclusivamente a trabalhadores migrantes		
Levantamento das habitações alugadas a migrantes		

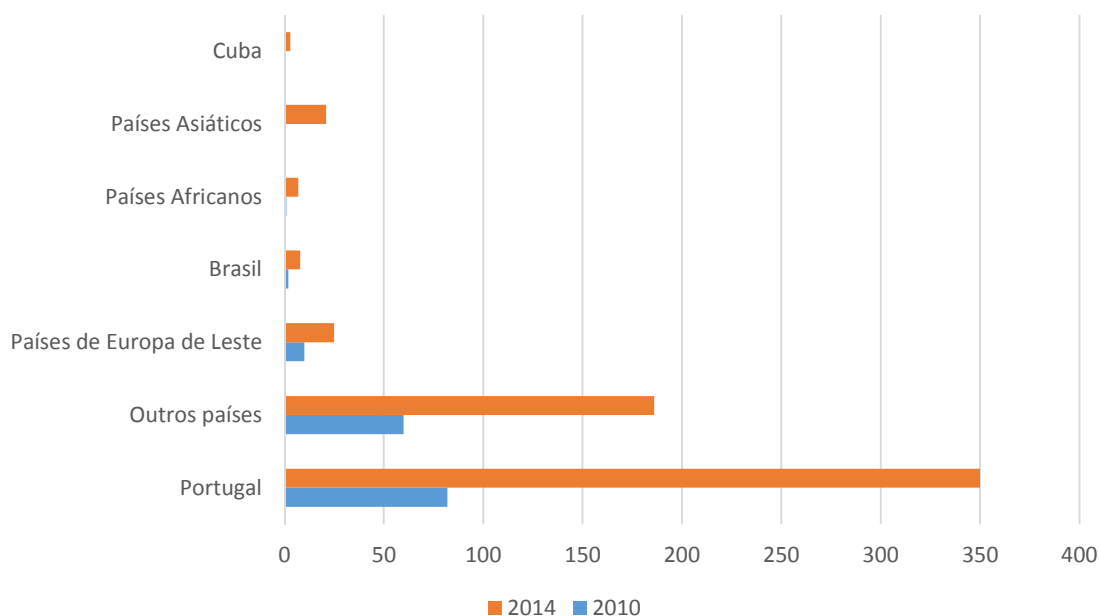
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Ao longo das últimas décadas, o concelho de Odemira tem sido procurado por cidadãos estrangeiros nacionais de países terceiros por questões laborais. Embora já alguns revelem capacidades empreendedoras e consigam criar o seu próprio emprego, a maior parte destes migrantes chega ao nosso território para trabalhar nas empresas de agricultura intensiva. Vieram responder às necessidades do mercado de trabalho onde havia procura de trabalhadores manuais e menos qualificados como complemento aos trabalhadores portugueses. A comunidade local rejeita as fracas recompensas económicas e o baixo estatuto social associado a alguns trabalhos. Os migrantes, mesmo em condições económicas deficientes, podem melhorar o seu padrão anterior de vida, ou pelo menos, criar expectativas de mobilidade futura. As migrações têm também vindo a responder à questão da flexibilização laboral, permitindo o recrutamento e o abandono facilitado do trabalho. A procura constante de trabalho mais flexível e incerto por parte dos empregadores, tem levado cada vez mais ao recrutamento de trabalhadores migrantes.

O desenvolvimento de atividades profissionais é uma condição essencial para a boa integração dos migrantes, funcionando como base para o bem-estar e colabora para o alargamento do leque de contactos, permitindo aprofundar e ampliar a rede de relações na comunidade de acolhimento.

Com os dados a seguir apresentados, pretendemos retratar o panorama do mercado de trabalho no concelho de Odemira.

Gráfico 27 – N.º de colocações efetuadas no concelho de Odemira, segundo países de origem e grandes zonas mundiais, nos anos de 2010 e 2014



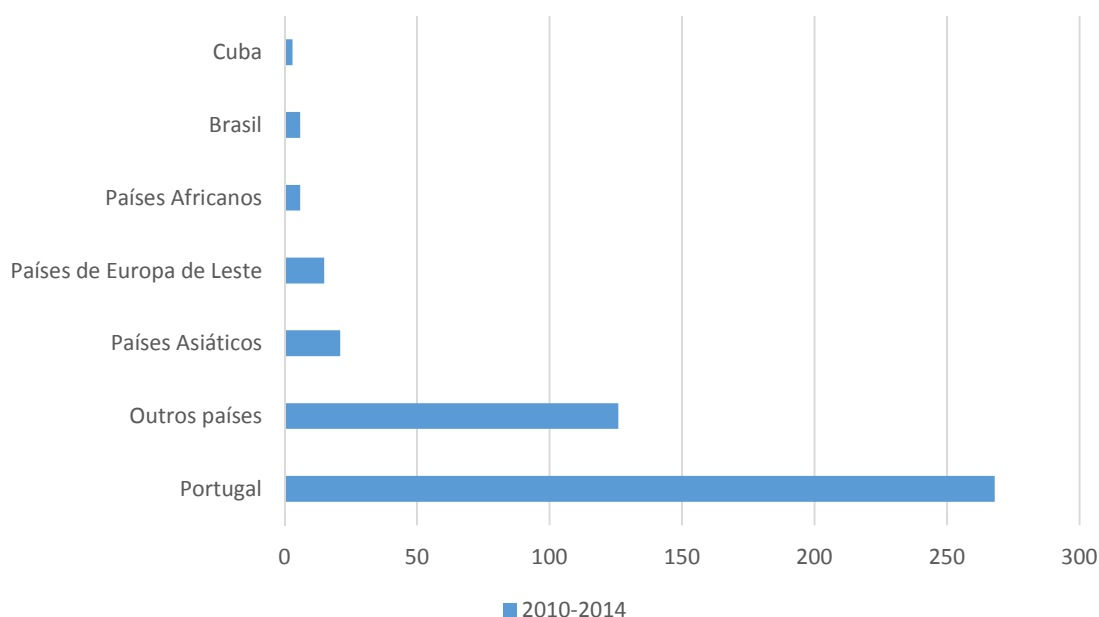
Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

No gráfico 27, quando nos referimos a colocações, estamos a aludir a ofertas de emprego satisfeitas, com candidatos apresentados pelos Serviços de Emprego.

Relativamente ao ano de 2010, verificamos que foram colocados apenas 13 cidadãos migrantes NPT, 10 oriundos de Países da Europa de Leste, 2 brasileiros e 1 do continente africano.

Observando o ano de 2014, verifica-se a existência de outra comunidade migrante cuja presença tem aumentado no território, referimo-nos aos cidadãos do continente Asiático. As colocações no ano de 2014 revelam-se significativamente superiores às registadas em 2010, tendo sido colocados 25 cidadãos de Países de Europa de Leste, 21 de Países Asiáticos, 8 brasileiros, 7 cidadãos africanos e 3 cubanos.

Gráfico 28 – Variação do n.º de colocações efetuadas no concelho de Odemira, segundo países de origem e grandes zonas mundiais, nos anos de 2010-2014



Fonte: IEFPP – Delegação Regional do Alentejo

Se comparamos estes dois anos de referência (2010 e 2014), podemos observar que os números de colocações aumentaram significativamente, principalmente entre os cidadãos portugueses (268) e entre os cidadãos originários dos Outros Países (UE) (126). Como referido anteriormente, o dado mais relevante é a evidência de fluxos migratórios com origem em Países Asiáticos, dos quais foram colocados, em 2014, 21 cidadãos. Relativamente aos migrantes nacionais de países terceiros da Europa de Leste, registaram-se mais 15 colocações do que em 2010, de Países Africanos e do Brasil mais 6 e de Cuba mais 3 colocações.

Tabela 23 – Taxas de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros não UE e naturais do estrangeiro, no concelho de Odemira, no ano de 2011 (%)

	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de atividade
Total da população	86,3	13,7	50,2
Estrangeiros UE	89,0	11,0	63,2
Estrangeiros Não-UE	90,3	9,7	83,6
Naturais do estrangeiro	89,0	11,0	71,2

Fonte: Censos 2011

De seguida, analisamos as taxas de emprego, de desemprego e de atividade tendo em conta as descrições das mesmas pela PORDATA.

A taxa de emprego representa o número de empregados por cada 100 pessoas com 15 ou mais anos.

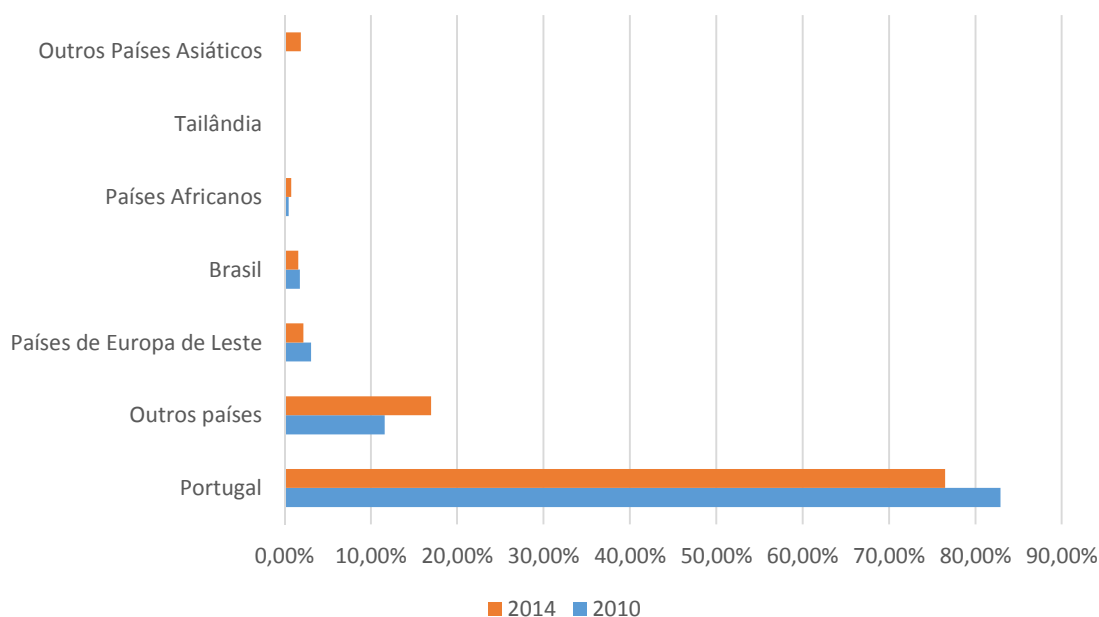
A taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 ou mais anos.

Começando pela taxa de emprego, verificamos que a taxa de emprego do total da população, segundo os Censos de 2011, é de 86,3%, a mais baixa dos grupos representados na tabela 24. Os estrangeiros originários de países da União Europeia e os naturais estrangeiros, apresentam a mesma taxa de emprego, 89,0%. A mais alta regista-se entre os estrangeiros com origem de países não União Europeia, 90,3%. Quanto à taxa de desemprego, a mais alta verifica-se no total da população do concelho (13,7%), como é óbvio tendo em conta os dados anteriores, seguida pela registada entre os cidadãos de países da União Europeia e os naturais estrangeiros (11,0%). A taxa de desemprego mais baixa, verifica-se entre os cidadãos de países fora da União Europeia. A taxa de atividade verificada no total da população é de 50,2%, a mais baixa registada na Tabela acima apresentada, seguida pela verificada junto dos cidadãos de países da União Europeia (63,2%), dos naturais do estrangeiro (71,2%) e por fim, a taxa de atividade dos nacionais de países não União Europeia (83,6%), a mais alta registada.

Ao abordarmos o desemprego entre a população migrante no concelho de Odemira, devemos ter em conta que consideramos como desempregados cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, inscritos no Centro de Emprego com o objetivo de obter um emprego por conta de outrem. Portanto, considera-se que estes cidadãos estão desempregados, disponíveis para trabalhar e possuidores de capacidades para integrar um posto de trabalho, incluindo as situações de primeiro emprego e de novo emprego. Sendo assim, os dados de seguida apresentados não abrangem cidadãos desempregados que não se encontrem inscritos no Centro de Emprego.

Gráfico 29 – Desempregados registados no concelho de Odemira, segundo países de origem e grandes zonas mundiais, nos anos de 2010 e 2014

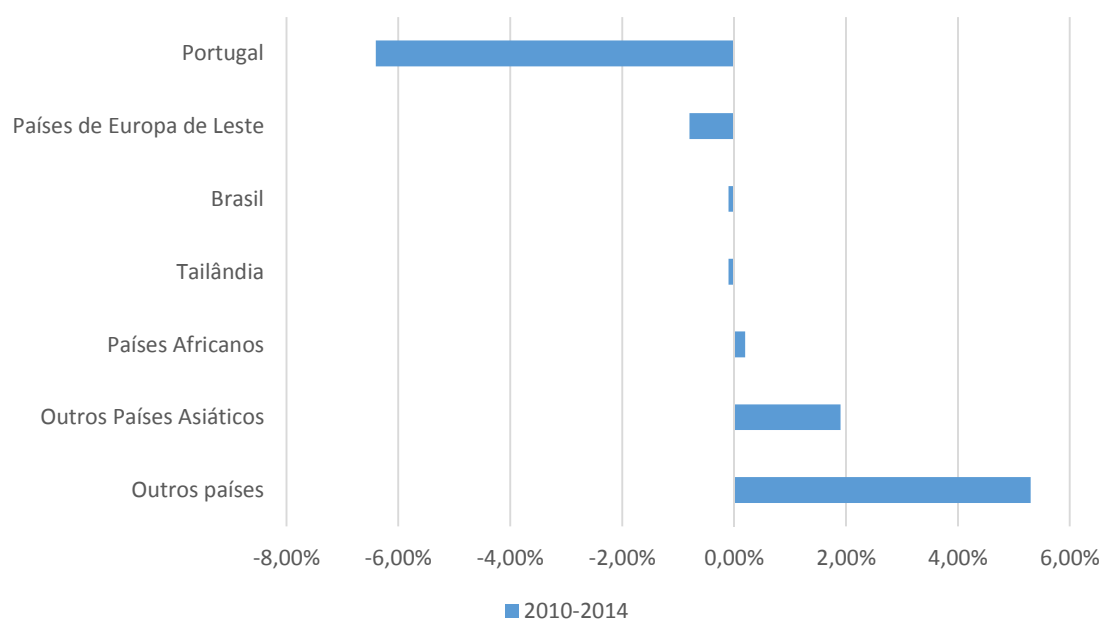


Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

No ano de 2010, dos cidadãos migrantes de países não terceiros, 11,6% estavam desempregados, seguidos pelos originários dos Países da Europa de Leste (3,1%) e dos Países Africanos, com uma percentagem de desempregados de 0,5%. Os migrantes asiáticos são os que apresentam uma menor percentagem de desempregados, verificando-se 0,1% no caso dos tailandeses e 0,0% para Outros Países Asiáticos.

Já em 2014, os cidadãos dos Outros Países (EU) apresentavam 17,0% de desempregados. Com percentagens mais baixas, temos os valores dos Países da Europa de Leste (2,2%), Outros Países Asiáticos (1,9%), Brasil (1,6%), Países Africanos (0,8%) e da Tailândia que apresentava 0% de desempregados.

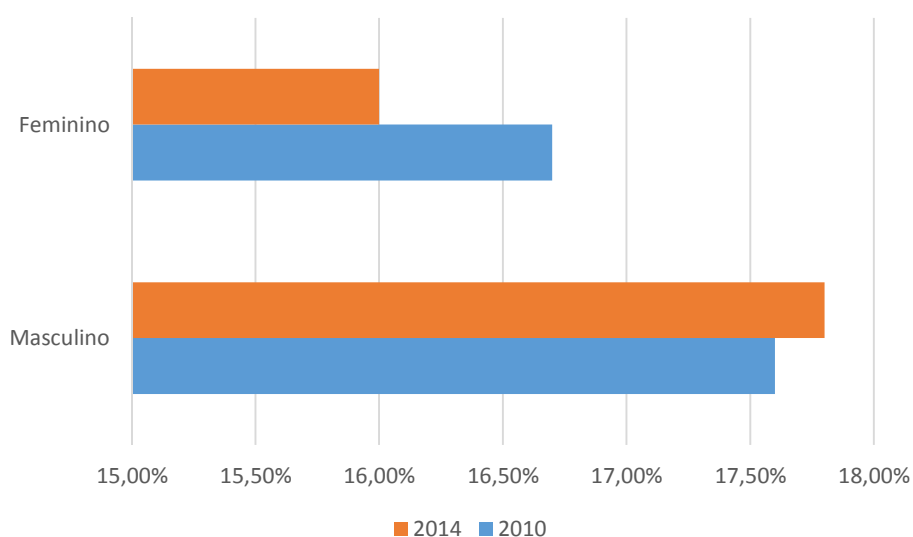
Gráfico 30 – Variação da taxa de desemprego registada no concelho de Odemira, segundo países de origem e grandes zonas mundiais, nos anos de 2010-2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Observando agora a variação que a percentagem de desempregados que se registou entre 2010 e 2014, a percentagem de desempregados aumentou entre os cidadãos de Outros Países (5,3%). Os cidadãos de Outros Países Asiáticos viram percentagem de desempregados aumentar 1,9% e os de Países Africanos aumentaram 0,2%. Em sentido contrário, os desempregados dos Países da Europa de Leste desceram 0,8%, os do Brasil 0,1% e os da Tailândia 0,1%.

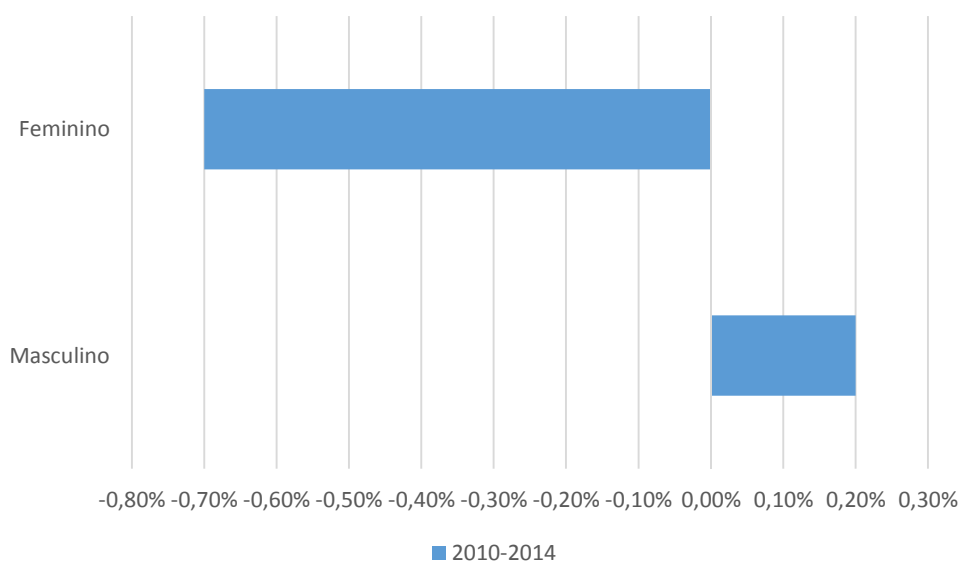
Gráfico 31 – Percentagem de desempregados estrangeiros registados no concelho de Odemira, segundo o sexo, nos anos de 2010 e 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

O gráfico 31 permite-nos observar a percentagem de desempregados estrangeiros no concelho de Odemira, discriminada por homens e mulheres. Em 2010 e 2014, verifica-se uma distribuição bastante semelhante, existiam 17,6% e 17,8% de homens estrangeiros desempregados, em 2010 e 2014 respetivamente, e 16,7% e 16,0% de mulheres estrangeiras desempregadas para os mesmos anos.

Gráfico 32 – Variação da taxa de desemprego de cidadãos estrangeiros registada no concelho de Odemira, segundo o sexo, nos anos 2010-2014

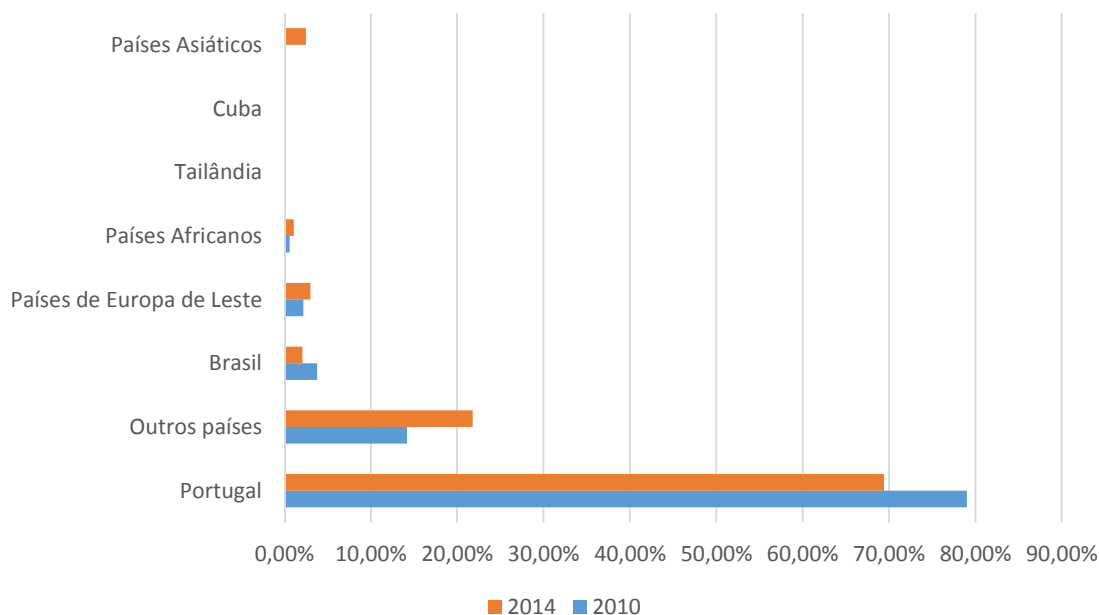


Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

A variação entre este dois anos de referência é para os homens de mais 0,2% de desempregados e nas mulheres o desemprego é de menos de 0,7%, não se verificando assim, como já tínhamos referido anteriormente, variações muito significativas.

Continuando a analisar o desemprego no concelho de Odemira, os gráficos seguintes ilustram a percentagem de desempregados segundo o tempo de inscrição no Centro de Emprego: há menos de doze meses e há doze meses ou mais.

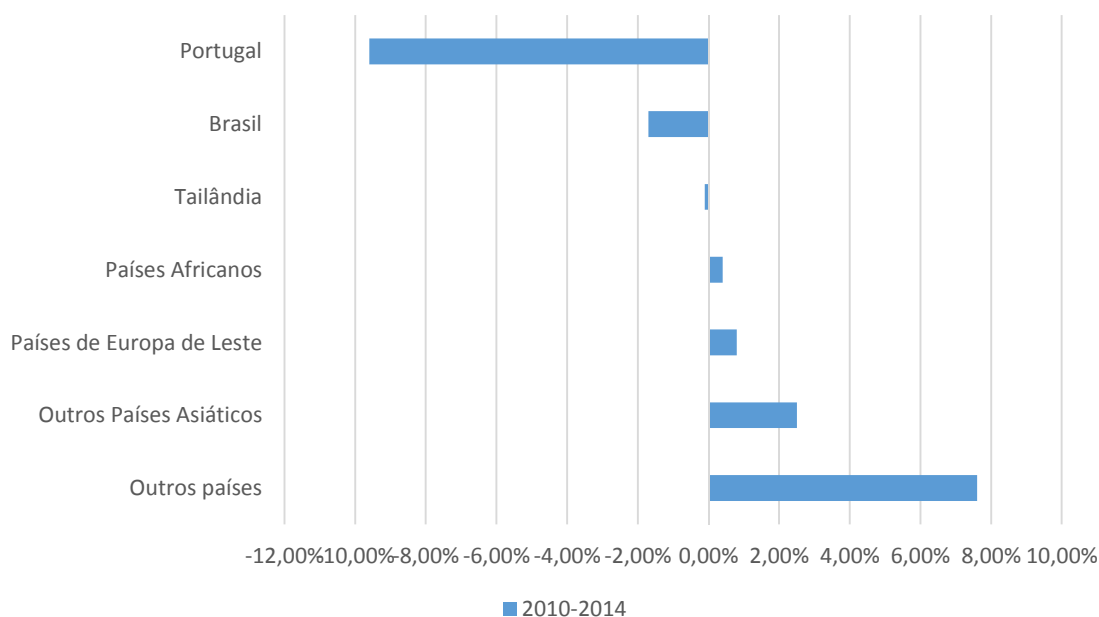
Gráfico 33 – Percentagem de desempregados registados no concelho de Odemira, inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem, em 2010 e 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Em 2010, o número de desempregados do Brasil, inscritos há menos de doze meses, era de 3,8%, dos Países da Europa de Leste 2,2%, dos Países Africanos 0,6% e da Tailândia, 0,1% de cidadãos desempregados. Passando, no ano de 2014 para, 3,0% dos Países da Europa de Leste, 2,5% dos Países Asiáticos, 2,1% do Brasil, 1,1% dos Países Africanos e 0,1% relativos a cidadãos de Cuba. Como podemos verificar, os cidadãos migrantes NPT ocupam uma pequena percentagem dos desempregados inscritos, 8,8% em 2014 e apenas 6,7% em 2010.

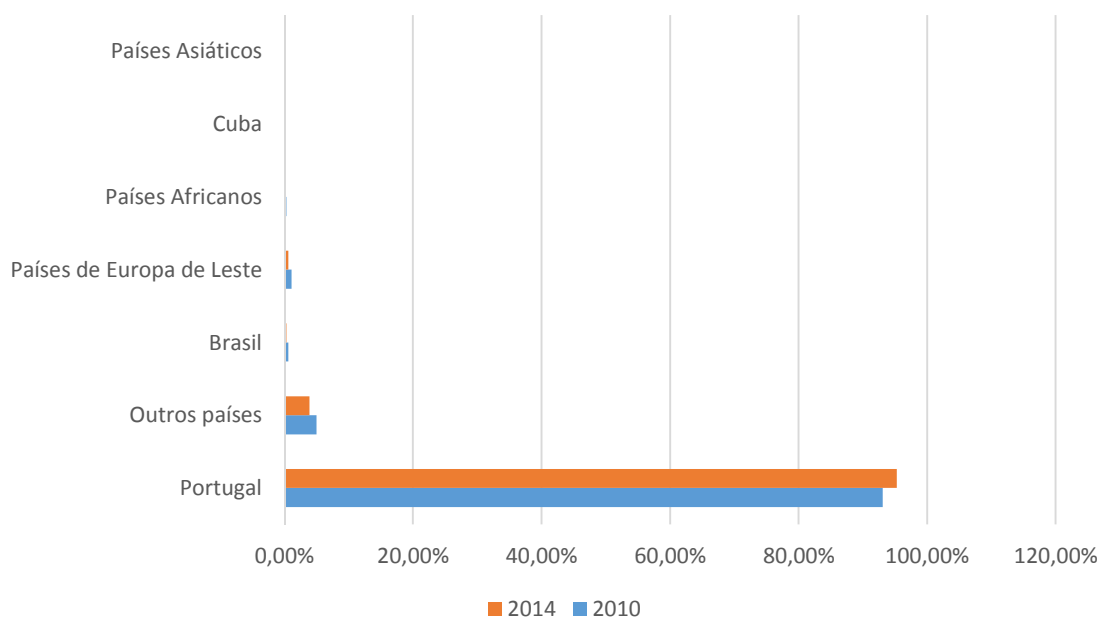
Gráfico 34 – Variação da taxa de desemprego registada no concelho de Odemira, de inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem, em 2010-2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Observando a variação entre estes dois períodos, no que concerne aos desempregados inscritos no Centro de Emprego há menos de doze meses, a percentagem aumentou entre os cidadãos dos Outros Países (EU) (7,6%), dos Outros Países Asiáticos (2,5%), dos Países da Europa de Leste (0,8%) e dos Países Africanos (0,4%). A percentagem de cidadãos portugueses desempregados há menos de doze meses baixou, em igual período, 9,6%, de cidadãos brasileiros baixou 1,7% e entre os tailandeses baixou 0,1%. Não se registando variações muito significativas entre os cidadãos NPT, regista-se contudo uma presença crescente de migrantes de origem asiática, também no peso relativo no total de desempregados inscritos.

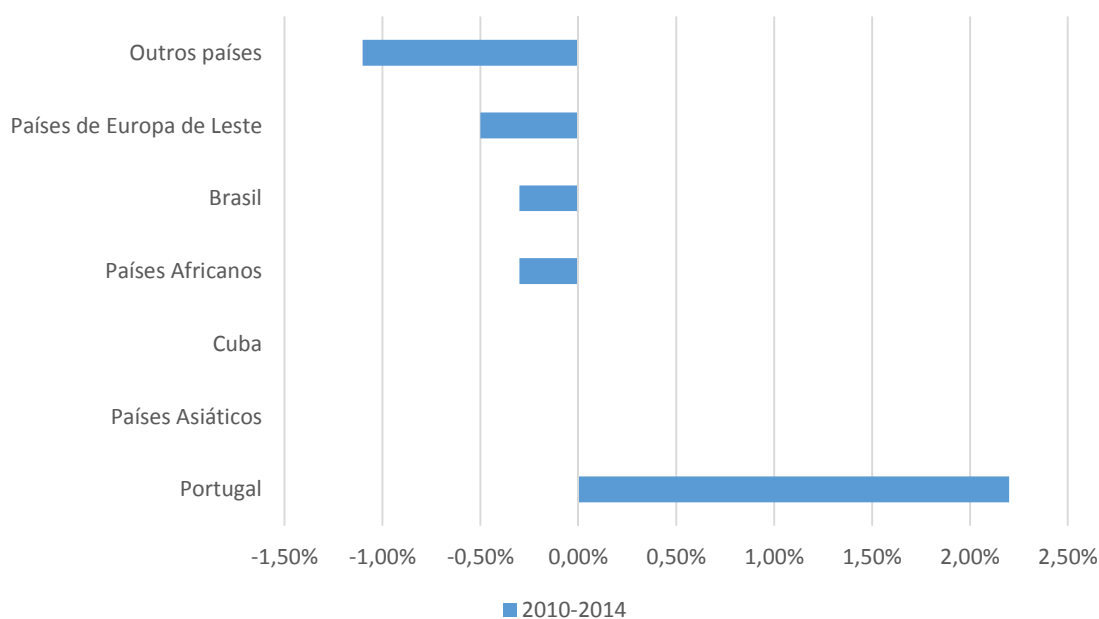
Gráfico 35 - Percentagem de desempregados registados no concelho de Odemira, inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem, em 2010 e 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Em 2010 e em 2014, podemos verificar que os desempregados de nacionalidade não portuguesa, inscritos no Centro de Emprego há doze ou mais meses, assumem um peso muito pouco significativo entre o total dos inscritos. Registrando-se valores menos relevantes se os compararmos com os desempregados inscritos há menos de um ano.

Gráfico 36 - Variação da taxa de desemprego registada no concelho de Odemira, de inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem, em 2010-2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



GOVERNO DE
PORTUGAL



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM
ALTO COMISSARIADO
PARA AS MIGRAÇÕES

Para além do pouco peso relativo que testemunhámos anteriormente, se atendermos à evolução destas taxas, registamos ainda um decréscimo do peso relativo dos desempregados de nacionalidade não portuguesa, inscritos há doze ou mais meses, entre os anos de 2010 e 2014.

Foram também solicitados dados sobre os seus trabalhadores estrangeiros às empresas agrícolas parceiras da CLI e a uma associação de horticultores, mas somente três destas entidades os disponibilizaram em 2015 e nove em 2018.

Tabela 24 – N.º de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo o seu país de origem à data do fim do mês de fevereiro de 2015 e de junho de 2018

País de origem	N.º de trabalhadores	
	Fevereiro de 2015	Junho de 2018
Nepal	0	684
Índia	0	347
Bulgária	0	228
Tailândia	12	489
Ucrânia	5	110
Bangladesh	0	141
Paquistão	0	65
Roménia	0	54
Moldávia	1	31
Brasil	2	40
Outros países	185	20
Total	205	2209

Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Independentemente do número de empresas que facultou a informação diferir nos anos períodos representados, é notório o aumento acentuado do número de trabalhadores estrangeiros nas empresas agrícolas, entre fevereiro de 2015 e junho de 2018.

No final de fevereiro de 2015, existiam 205 trabalhadores estrangeiros nas empresas fornecedoras destes dados, na sua maioria originária de Países considerados não terceiros (185). A nacionalidade a seguir mais representativa é a tailandesa, com 12 trabalhadores.

Em junho de 2018, os trabalhadores oriundos do Nepal, da Tailândia, da Índia e da Bulgária eram os que se encontravam em maior número.

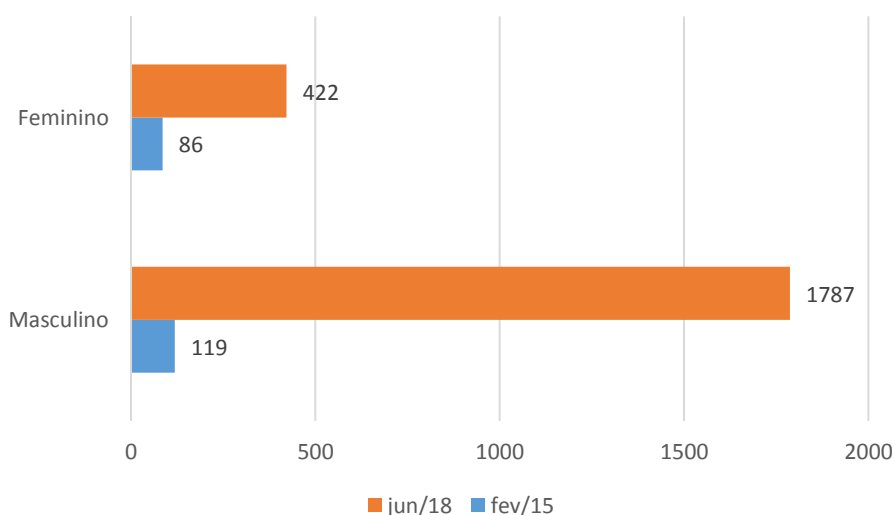
Tabela 25 – N.º de trabalhadores estrangeiros temporários recrutados por empresas agrícolas, no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem, no ano de 2017

País de origem	Nº de trabalhadores
Angola	1
Bangladesh	389
Brasil	6
Bulgária	331
Filipinas	1
Índia	1847
Marrocos	1
Nepal	2882
Paquistão	88
República da Moldávia	30
Roménia	124
Tailândia	155
Ucrânia	59
Total	5914

Fonte: Empresas agrícolas

É importante destacar que apenas no ano de 2017 foram recrutados pelas empresas agrícolas que facultaram a informação, 5914 trabalhadores estrangeiros temporários, maioritariamente oriundos do Nepal e da Índia.

Gráfico 37 – N.º de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo o género, à data de fim do mês de fevereiro de 2015 e de junho de 2018

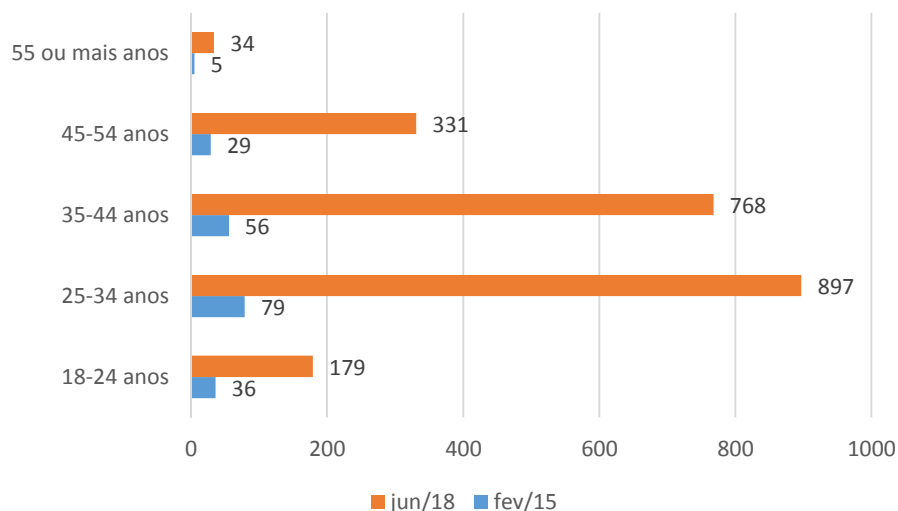


Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

O número de homens a trabalhar nas empresas agrícolas é superior ao número de mulheres nos dois períodos mencionados, embora mais acentuado à data de junho de 2018.

São mais os homens que imigram por motivos laborais, muitas das vezes, pelo menos no início da estadia, sem a companhia da família.

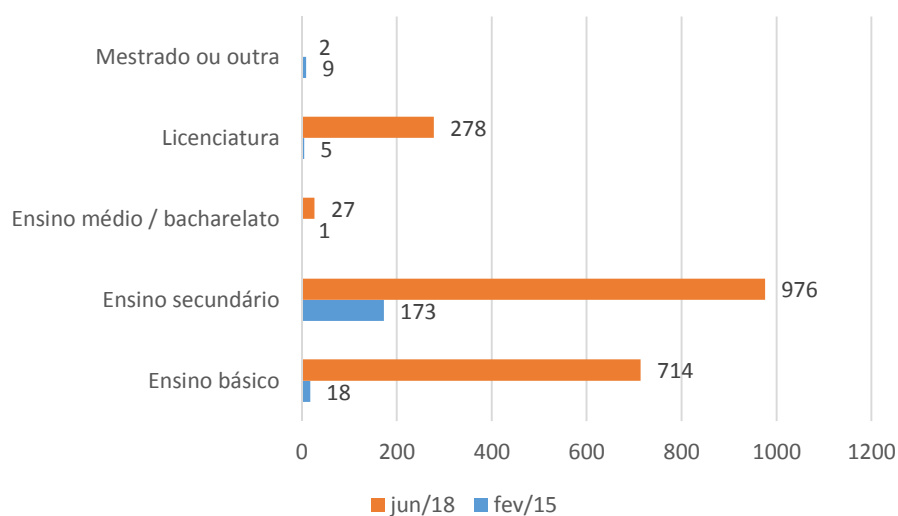
Gráfico 38 – N.º de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo grupo etário, à data de fim do mês de fevereiro de 2015 e de junho de 2018



Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Quanto à idade destes trabalhadores podemos observar através do gráfico 38, que em ambos os períodos, o grupo etário mais representativo é o dos 25 aos 34 anos, seguido pelo grupo etário dos 35 aos 44 anos. À data de junho de 2018, o grupo etário dos 45 aos 54 anos aumentou em número, assumindo a terceira posição, que em fevereiro de 2015 pertencia ao grupo entre os 18 e os 24 anos. Em menor número, e em ambos os períodos, encontram-se as pessoas com 55 ou mais anos.

Gráfico 39 – N.º de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo as suas habilitações escolares, à data de fim de fevereiro de 2015 e de junho de 2018



Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

O gráfico acima apresenta as habilitações dos trabalhadores das empresas e como podemos verificar, o Ensino Secundário é o nível de ensino da maior parte dos trabalhadores estrangeiros, seguido do Ensino Básico. O número de trabalhadores licenciados aumentou entre 2015 e 2018, em grande parte devido a trabalhadores oriundos do Nepal (145).

Tabela 26 – Levantamento de dados qualitativos na área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Em prática ou iniciada a sua implementação no âmbito da implementação do 1º PMII
Pouca capacidade de arranjar alojamento	Plano de Habitação para migrantes	
Condições de habitação precárias	Sensibilização para regras de higiene e segurança no trabalho e cuidados com a habitação	
Dificuldade de comunicação devido à barreira da língua	Aprendizagem da língua portuguesa	Cursos de português para adultos
Garantia do cumprimento da legislação laboral (carga horária e horários, vencimentos...)	Realização de mais ações da ACT junto das empresas; Aumento da fiscalização; Redação dos contratos de trabalho em português e inglês	
Garantia da legalização dos trabalhadores		Programa “SEF em Movimento”
Desconhecimento sobre direitos do trabalhador	Sensibilização sobre os direitos e os deveres do trabalhador	
Rede de transportes insuficiente	Incremento da rede de transportes públicos	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Litoral
Instabilidade laboral (contratos de trabalho temporários e sazonais)	Divulgação de ofertas de trabalho e de medidas de apoio à criação do próprio emprego; Requalificar e diversificar a oferta de trabalho ao cidadão migrante	“Bolsa de Trabalhadores”; Programa Municipal “Odemira Empreende”; Ações de requalificação profissional

Educação e Língua

A Constituição da República Portuguesa define que “Todos têm direito ao ensino com garantia à igualdade de oportunidades de acesso a êxito escolar” (artigo 74.1) e que, na realização da política de ensino incumbe ao estado “Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino” (artigo 72.2, alínea J). Assim, todas as crianças e jovens migrantes ou descendentes de migrantes que se encontrem a residir em Portugal, com ou sem estatuto legal de residente, têm perante a lei, direito ao ensino.

Ao longo das últimas décadas, as nossas escolas têm vindo a deparar-se com o aumento do número de alunos estrangeiros e com a crescente diversidade das origens dos mesmos. As escolas apresentam-se, hoje, como espaços multiculturais e por isso detêm um papel fundamental no acolhimento e integração dos alunos migrantes e na sustentabilidade de uma sociedade multicultural tolerante.

O processo de ensino/aprendizagem do português como segunda língua é encarado como um desafio para as nossas escolas, uma vez que este é a base de suporte a todo o percurso escolar destes alunos e uma ferramenta essencial à sua integração social, escolar e consequentemente, ao sucesso escolar. “Nesta perspetiva, é preciso ter em conta o nível de proficiência que o aluno tem da língua de escolarização, uma vez que o seu domínio é fator determinante ou condicionante nas aprendizagens realizadas nas restantes disciplinas” (Silva e Gonçalves, 2011).

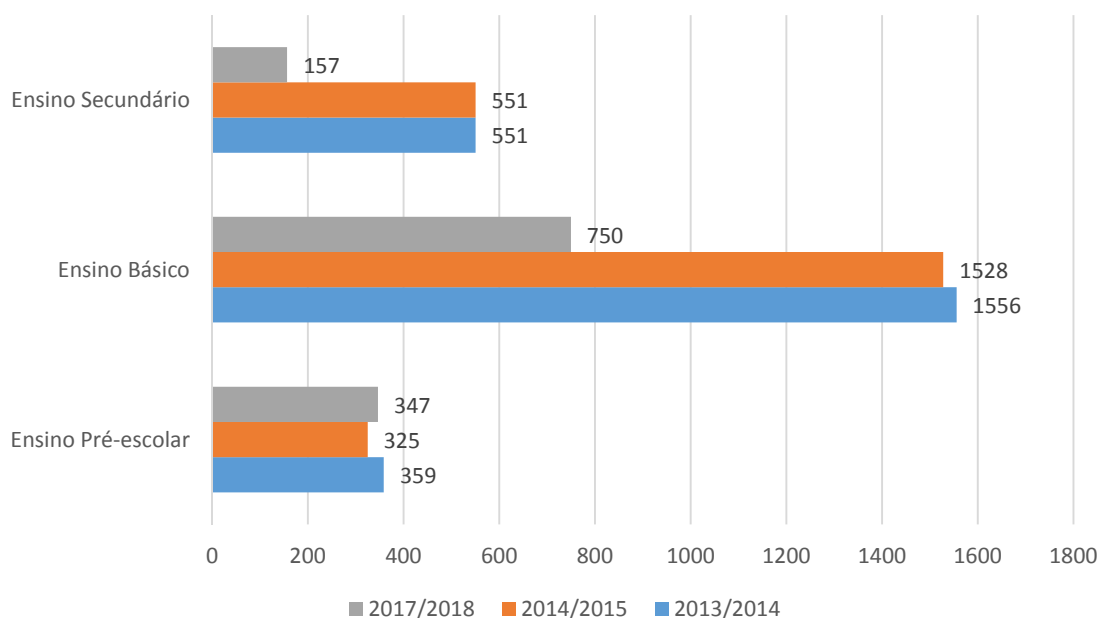
Assim, “a aprendizagem do português como língua não materna assume-se neste momento, como uma questão fundamental. Não se trata só do ensino/aprendizagem na vertente da correção linguística mas trata-se também do ensino/aprendizagem da língua portuguesa como veículo de aprendizagem de culturas e de cidadania” (Silva e Gonçalves, 2011).

Apesar de atualmente existir um forte enquadramento legal para a promoção do ensino do português como segunda língua, “Muitas crianças continuam a aceder à escola em situações desiguais, sem as condições mínimas para competir e realizar um percurso escolar com sucesso” (Hortas, 2013).

Os nossos estabelecimentos de ensino enfrentam obstáculos que podem pôr em causa, de forma significativa, os resultados do sucesso escolar. As dificuldades de acesso a recursos humanos disponíveis ao nível do corpo docente, somadas às dificuldades logísticas, afetam o bom aproveitamento dos alunos estrangeiros. Um deficiente processo de ensino/aprendizagem da língua de acolhimento, pode conduzir ao insucesso e ao abandono escolar.

Apresentamos, de seguida, dados estatísticos que nos podem ajudar a compreender a realidade das nossas escolas perante a presença de alunos das mais diversas origens e culturas. Foram solicitados dados, relativos ao ano letivo 2017/2018, a todos os Agrupamentos de Escolas (5) e Escolas Não Agrupadas (3) do concelho, mas só dois Agrupamentos de Escolas e duas Escolas Não Agrupadas os disponibilizaram. Este facto, do número de respostas obtidas, fará com que a leitura dos dados seja limitada ou, pelo menos cautelosa, atendendo a que não estamos perante todo o universo que constitui a realidade do território na área da ‘educação e língua’.

Gráfico 40 – N.º total de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2013/14, 2014/15 e 2017/18



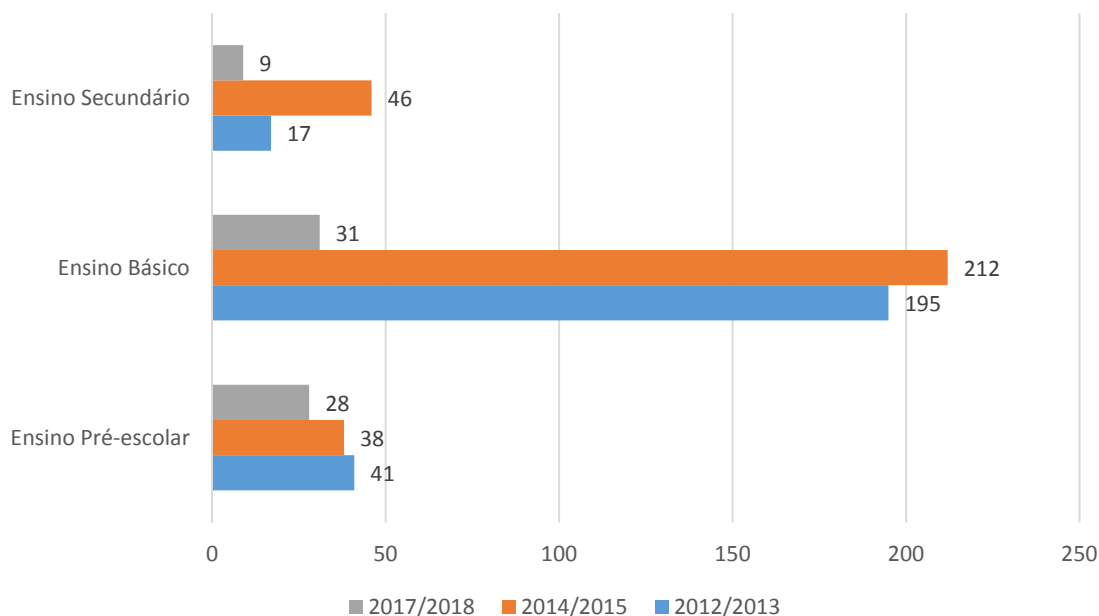
Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

No ano letivo de 2013/2014 estavam matriculados nos vários estabelecimentos de ensino existentes no concelho e que responderam à nossa solicitação de envio de dados estatísticos, um total de 2466 alunos, distribuídos da seguinte forma pelos três níveis de ensinoss lecionados: No Ensino Básico estavam matriculados 1556 alunos, no Ensino Secundário 551 e na Educação Pré-Escolar 359 crianças. O Ensino Básico é o nível que abrange mais crianças e jovens em idade escolar.

O Ensino Básico continua a ser o nível de ensino onde se regista mais alunos matriculados (1528) em 2014/2015, no Ensino Secundário encontram-se matriculados 551 alunos e no Ensino Pré-Escolar 325 crianças. No total, existem 2404 crianças e jovens matriculados neste ano letivo.

Por último, das respostas obtidas para o ano letivo de 2017/2018 temos 750 alunos no Ensino Básico, 157 no Ensino Secundário e 347 crianças no Pré-Escolar.

Gráfico 41 – N.º de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013, 2014/15 e 2017/18



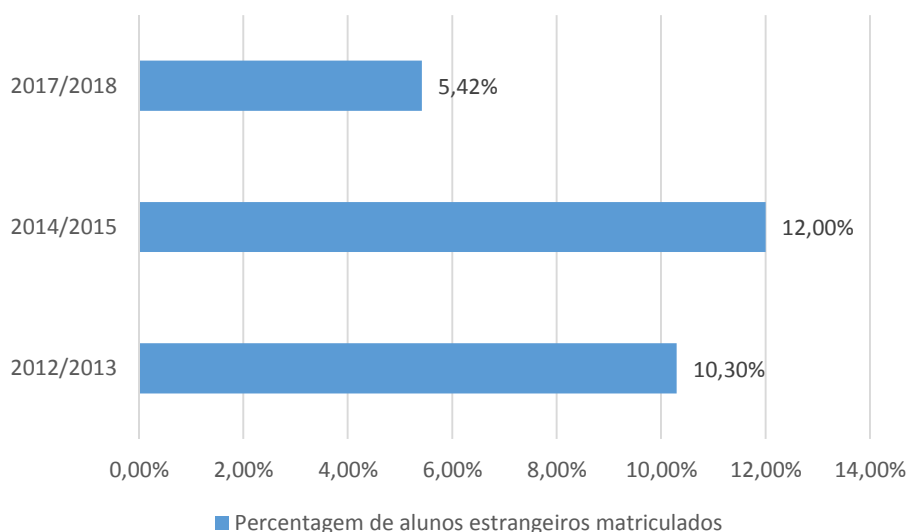
Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

No ano letivo de 2012/2013, podemos observar que o número total de alunos estrangeiros matriculados nos vários estabelecimentos de ensino era 253, distribuídos pelos diferentes níveis de ensino. No Ensino Básico estavam matriculados 195 alunos, na Educação Pré-escolar 41 crianças e no Ensino Secundário 17 alunos.

No ano letivo 2014/2015 os valores alteraram-se substancialmente. O número de alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico é 212, no Ensino Secundário é 46 e na Educação Pré-Escolar encontram-se matriculadas 38 crianças estrangeiras.

Como podemos verificar, no ano letivo de 2017/2018, temos um decréscimo de alunos em todos os níveis de ensino, o que se justifica pelo número de respostas obtidas.

Gráfico 42 – Percentagem de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira nos anos letivos de 2012/13, 2014/15 e 2017/18



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Na generalidade, como demonstra o gráfico anterior, a percentagem de alunos estrangeiros aumentou entre 2012/2013 e 2014/2015, passando de 10,3% para 12,0%. Verificamos contudo que, das respostas obtidas, descemos para 5,42% de alunos estrangeiros no total dos três níveis de ensino.

O envolvimento dos pais na educação dos filhos é importante para o sucesso escolar das crianças. A participação ativa dos encarregados de educação na vida escolar, de forma mais formal também é essencial, colaborando assim para a defesa dos direitos das crianças e jovens e, simultaneamente, contribui para uma escola mais aberta à comunidade e mais responsável pelos serviços que presta. Esta participação não é muito comum nos cidadãos estrangeiros uma vez que a língua pode ser uma barreira, assim como o desconhecimento respeitante ao nosso sistema de ensino.

Tabela 27 – N.º de encarregados de educação estrangeiros que nos anos letivos de 2013/14, 2014/15 e 2017/18, pertenceram ou pertencem aos órgãos sociais das associações de pais existentes no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem

País de origem	Ano letivo 2013/14	Ano letivo 2014/15	Ano letivo 2017/18
País UE	1	1	0

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Nos anos letivos em análise, e segundo as informações recolhidas junto dos estabelecimentos de ensino, somente um encarregado de educação de nacionalidade estrangeira, não cidadão de país terceiro, pertenceu aos órgãos sociais de uma associação de pais.

Tabela 28 - Nº de encarregados de educação estrangeiros que integraram ou integram os órgãos consultivos das escolas do concelho de Odemira nos anos letivos de 2013/14, 2014/15 e 2017/18, segundo o seu país de origem

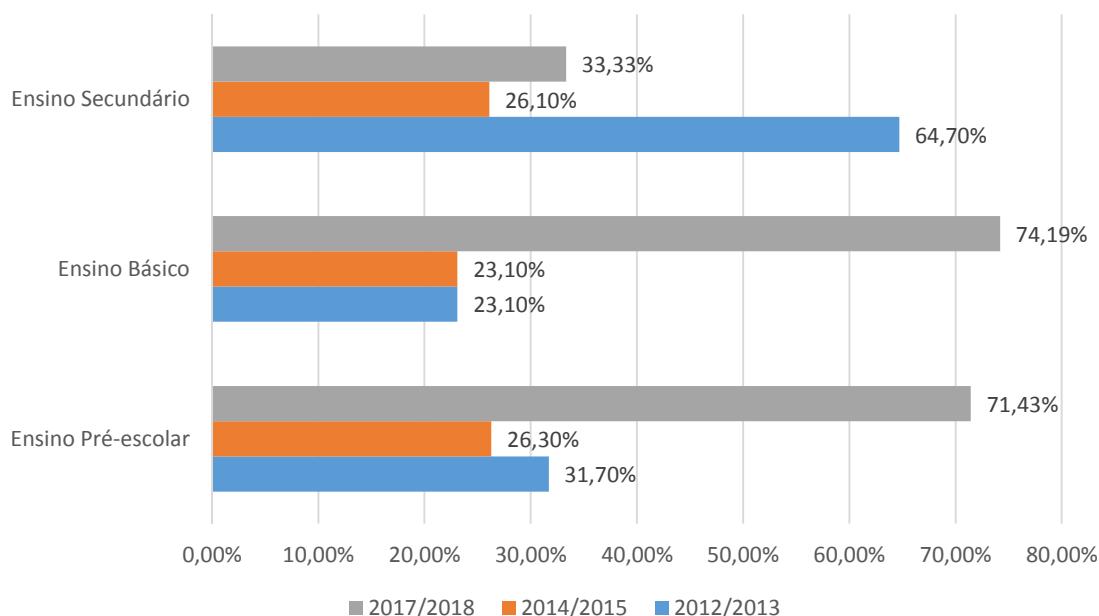
		Outro País
Ano letivo 2013/14	Conselho Pedagógico	0
	Conselho Geral	2
	Representante de Pais	1
Ano letivo 2014/15	Conselho Pedagógico	0
	Conselho Geral	3
	Representante de Pais	2
Ano letivo 2017/18	Conselho Pedagógico	0
	Conselho Geral	0
	Representante de Pais	0

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Relativamente à participação de encarregados de educação estrangeiros nos órgãos consultivos dos estabelecimentos de ensino no ano letivo de 2012/2013, pode-se verificar que no Conselho Pedagógico não existiu qualquer participação de encarregados de educação estrangeiros. No Conselho Geral, verificou-se a participação de 2 cidadãos imigrantes e outro cidadão eleito como Representante dos Pais numa das turmas existentes. Este Representante é eleito pelos encarregados de educação de cada turma. No ano letivo, 2014/2015, o Conselho Pedagógico também não conta com a participação de nenhum encarregado de educação estrangeiro. No Conselho Geral regista-se a presença de 3, e como representante dos pais existem 2 encarregados de educação originários de outros países. Em 2017/2018, não obtivemos registo da participação de qualquer encarregado de educação em nenhum dos órgãos previstos.

O acompanhamento do percurso escolar dos filhos por parte dos encarregados de educação estrangeiros está, em muitas das situações, comprometida por falta de estratégias de esclarecimento e informação a estes cidadãos sobre a integração e o aproveitamento escolar dos seus educandos. Os encarregados de educação estrangeiros que não possuam algum domínio da língua portuguesa, poderão também ficar pouco motivados para se deslocarem à escola e procurarem conhecer a situação escolar dos seus filhos. Outros motivos poderão contribuir para a não comparência destes encarregados de educação na escola, como a sua situação profissional e horários de trabalho pouco compatíveis com os horários estabelecidos pela escola para o atendimento e para reuniões, e ainda distância casa escola, aliada a uma rede de transportes com fragilidades.

Gráfico 43 - Percentagem de encarregados de educação estrangeiros presentes em reuniões, com a Educadora de Infância/Professor(a) Titular de Turma/Diretor(a) de Turma, nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13, 2013/14 e 2017/18



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Apesar dos constrangimentos referidos anteriormente, no gráfico acima apresentado podemos verificar, que uma importante percentagem de encarregados de educação estrangeiros se interessam e se deslocam à escola para se informarem sobre o percurso escolar dos seus filhos.

No ano letivo de 2012/2013 64,7% dos encarregados de educação com jovens a frequentar o Ensino Secundário, estiveram presentes em reuniões de avaliação. Na Educação Pré-Escolar estiveram presentes 31,7% , e no Ensino Básico, 23,1%.

No ano letivo de 2013/2014, foram os encarregados de educação de crianças a frequentar a Educação Pré-Escolar que mais participaram em reuniões de avaliação (26,3%), seguidos pelos que possuem filhos no Ensino Secundário (26,1%) e por fim, os encarregados de educação de alunos que frequentam o Ensino Básico (23,1%).

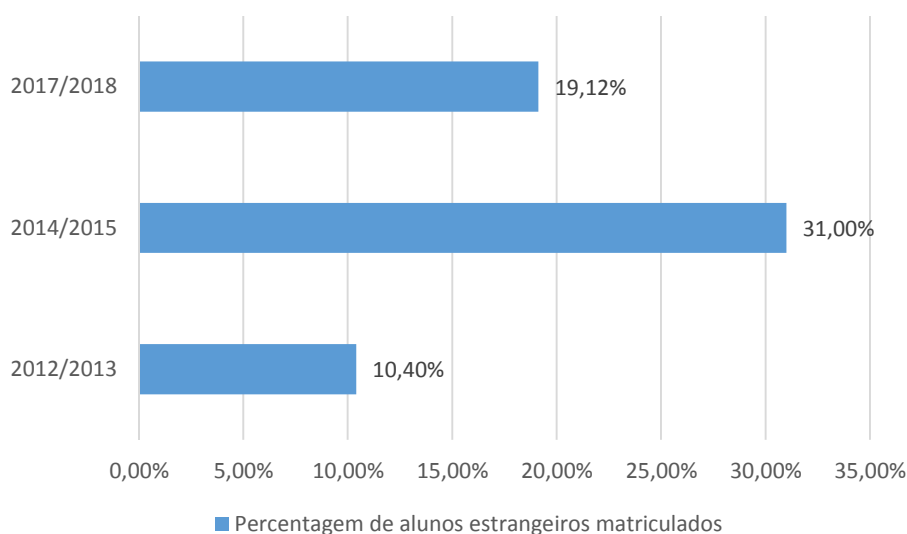
Apesar de se verificar uma tendência para a descida destes valores em 2013/2014, o ano letivo de 2017/2018, apresenta uma nova subida que se reflete nos três níveis de ensino, subindo para 71,43% no ensino Pré-Escolar, 74,19% no Básico e 33,33% no Ensino Secundário.

O sistema educativo português, através de vários suportes legislativos, prevê que os alunos filhos de pais migrantes possam beneficiar de apoio pedagógico adequado à sua situação. Este, deve centrar-se na superação das dificuldades sentidas pelo aluno na disciplina de Português fundamentalmente.

O Despacho Normativo nº 7/2006, de 6 de fevereiro, que regulamenta o ensino do Português Língua Não Materna (PLNM) no Ensino Básico, com as alterações introduzidas pelo Ofício Circular/DGIDC/2011/GD/7, e o Despacho Normativo nº 30/2007, de 10 de agosto, que regulamenta o PLNM no Ensino Secundário, com as alterações introduzidas pelo Ofício Circular/DGIDC/2011/GD/8, determinam que “Os alunos que se encontram no nível de iniciação ou no nível intermédio devem frequentar o PLNM, o qual, (...), passa a ser equivalente à disciplina de Língua Portuguesa, com a mesma carga horária desta disciplina. O Professor de PLNM deve reservar 45 minutos da carga horária semanal para trabalhar a língua portuguesa enquanto língua veicular das restantes disciplinas. (...) Os alunos de PLNM são agrupados por nível de proficiência linguística a não por ciclo ou nível de ensino, devendo os materiais didáticos a utilizar serem adequados à faixa etária dos alunos. Cada grupo de nível de proficiência deve ser constituído, no mínimo, por dez alunos, podendo agrupar-se, para este efeito, alunos dos níveis de iniciação e intermédio, de modo a respeitar esse mínimo” (Ofício Circular/DGIDC/2011/GD/7 e Circular/DGIDC/2011/GD/8).

Apesar destas orientações e outras ao nível do planeamento de estratégias, da avaliação interna e externa, as escolas deparam-se com constrangimentos ao nível dos recursos humanos e da existência de horas letivas e não letivas para os procedimentos complexos e morosos, mas necessários, e horas de lecionação. O facto do grupo de alunos ter obrigatoriamente o número mínimo de dez alunos também não é facilitador, uma vez que existem escolas que não têm os alunos estrangeiros suficientes para constituir o referido grupo, e assim esses alunos acabam por apenas usufruir de algumas horas semanais de apoio de PLNM (e não o PLNM como disciplina, em substituição da disciplina de Português), manifestamente insuficientes para uma aprendizagem da língua nacional, um dos fatores essenciais à sua integração e sucesso escolar. Existem escolas no nosso concelho, que tendo alunos estrangeiros matriculados, não oferecem qualquer tipo de apoio de PLNM. Situação diferente gozam as escolas que detêm um contrato de autonomia pedagógica, que podem gerir com mais liberdade os seus recursos. (verificar se ainda está em vigor)

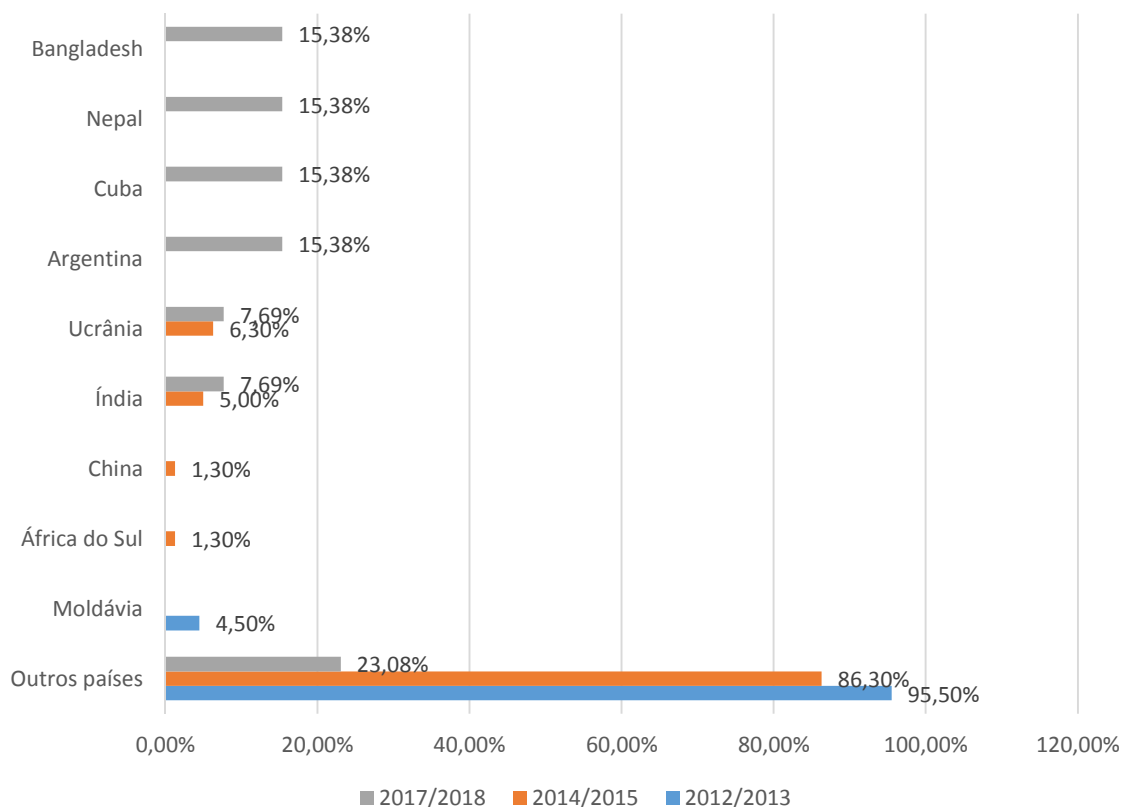
Gráfico 44 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou em apoio) de PLNM nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13, 2014/15 e 2017/18



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

O gráfico anterior mostra a percentagem de alunos estrangeiros matriculados, ou em situação de apoio, na disciplina de PLNM nos anos letivos em análise. No ano letivo de 2012/2013, apenas 10,4% dos alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho, frequentavam esta disciplina ou usufruíam de algum tipo de apoio neste âmbito. No ano letivo 2014/2015, a percentagem de alunos a desfrutar de PLNM aumentou significativamente para 31,0%, voltando a descer para 19,12% em 2017/2018, segundo os dados recolhidos relativamente a este ano letivo.

Gráfico 45 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou em apoio) de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13 e 2014/15, segundo o seu país de origem



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Verificando agora os países de origem dos alunos que frequentam o PLNM, podemos notar que os mesmos são predominantemente de países considerados não terceiros (95,5% em 2012/2013, 86,3% em 2014/2015 e 23,1% em 2017/2018).

Nos dois últimos períodos em análise, regista-se uma maior diversidade nos países de origem dos alunos que frequentam o PLNM. Destacando-se no último período, ano letivo 2017/2018 os alunos oriundos do Bangladesh, Nepal, Argentina e Cuba, apresentando todos eles valores semelhantes, 15,38%.

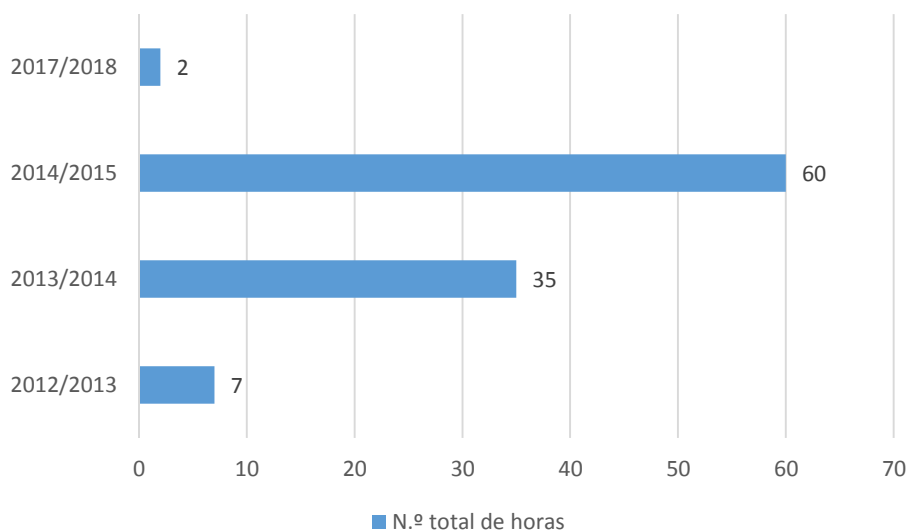
Tabela 29 - Nº de docentes que lecionam a disciplina (ou o apoio) de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário e nº de horas semanal da disciplina, nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13, 2013/14, 2014/15 e 2017/18

Níveis de ensino	Ano letivo 2012/13		Ano letivo 2013/14		Ano letivo 2014/15		Ano letivo 2017/18	
	N.º doc. PLNM	N.º horas/sem PLNM	N.º doc. PLNM	N.º horas/sem PLNM	N.º doc. PLNM	N.º horas/sem PLNM	N.º doc. PLNM	N.º horas/sem PLNM
Básico	3	7	8	32	7	57	2	1
Secundário	0	0	1	3	1	3	1	1
Total	3	7	9	35	8	60	3	2

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

A tabela anterior, permite analisar os docentes que as escolas afetaram à disciplina ou apoio de PLNM desde o ano letivo de 2012/2013 até ao de 2014/2015, e também no ano letivo 2017/2018. No primeiro ano em análise, 2012/2013, os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não agrupadas do concelho, disponibilizaram aos alunos estrangeiros do Ensino Básico 3 docentes com um total de 7 horas semanais distribuídas e no Ensino Secundário não existiu qualquer afetação de docente e conseqüentemente, de horas semanais. No ano letivo de 2013/2014, estiveram nestas funções, ao nível do Ensino Básico, 8 docentes com um total de 32 horas semanais. Ainda no mesmo ano, no Ensino Secundário, 1 docente possuía no seu horário de trabalho 3 horas semanais no âmbito do PLNM. Em relação ao ano letivo de 2013/2014, o número de docentes aumentou para mais do dobro, e o número de horas quase que quintuplicou. Em 2014/2015, ao nível do Ensino Básico, o número de docentes afetos diminuiu para 7, mas o número de horas sofreu um novo aumento e passou para 57 horas semanais. Este acréscimo deveu-se, em parte, ao aumento do número de alunos, mas também à perceção de alguns responsáveis de estabelecimentos de ensino concelhios que levou a gerir com maior eficácia os recursos disponíveis para esta necessidade, proporcionando uma aprendizagem da língua portuguesa capaz de manter os alunos motivados e capacitados para desenvolverem o seu percurso escolar no âmbito do currículo correspondente ao ano de escolaridade que frequentam. Por último, importa referir que os dados apresentados relativamente ao ano letivo de 2017/2018 não nos permitem realizar uma interpretação comparativa ou de tendência, na medida em que se reportam apenas a uma escola não agrupada.

Gráfico 46 - Nº total de horas semanais da disciplina (ou apoio) de PLNM lecionadas no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/13, 2013/14, 2014/15 e 2017/18



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Podemos assim ter uma visão mais clara do aumento progressivo do número de horas de PLNM nos anos letivos em análise, excluindo-se, pelas razões anteriormente apresentadas, o ano letivo 2017/2018.

Tabela 30 – Levantamento de dados qualitativos na área de Educação e Língua

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Em prática ou iniciada a sua implementação no âmbito da implementação do 1º PMII
Número insuficiente de ações de formação	Aumentar o número de ações de formação (nas escolas e nas empresas)	Ações de aprendizagem da língua portuguesa
Dificuldades de comunicação devido à barreira da língua	Apoio adicional para alunos estrangeiros; Existência de mediadores locais	
Adequação dos currículos às necessidades da população migrante	Alargamento dos Contratos de Autonomia às escolas do concelho.	
Pouca adesão dos migrantes a formações	Revisão das regras para acesso aos cursos PPT	
Necessidade de formação cívica e sobre a cultura portuguesa	Introdução de módulos de formação cívica e cidadania, no âmbito dos cursos já existentes	
Rede de transportes insuficiente	Plano de Mobilidade	
Dificuldade no reconhecimento de habilitações		
Necessidade de melhorar o acolhimento e integração dos alunos estrangeiros e promover a participação dos seus encarregados de educação	Projetos de intervenção em meio escolar e comunitário para apoio aos pais e alunos	“Guião de Acolhimento ao Aluno e ao Encarregado de Educação Migrante”; Introdução do tema “Interculturalidade” nos Projetos Educativos das Escolas; Projeto Growing Together – Capacitação de Imigrantes como Cidadãos e Educadores Locais; Projeto ST – E6G
Limitações de tempo para frequentar os cursos	Levantamento da disponibilidade (horários/ períodos) dos trabalhadores para frequentarem a formação	

Formação e Capacitação

Para que exista inclusão, no que diz respeito às comunidades migrantes, a comunidade de acolhimento tem um papel importante na promoção da igualdade de oportunidades, sendo a aprendizagem da língua portuguesa um dos fatores com maior peso.

Saber utilizar a língua do país de acolhimento nos diversos contextos do quotidiano, constitui uma mais-valia para se conseguir uma igualdade de oportunidades nas diferentes situações, com as quais os cidadãos migrantes se deparam. Por isso, o PPT (Português para Todos) assume um papel preponderante ao conjugar três áreas indissociáveis: a língua portuguesa, a inclusão social e a interculturalidade.

De acordo com o Despacho nº 18476/2008, de 10 de julho, que regulamenta a criação deste Programa, são promovidos dois tipos de cursos: os cursos para falantes de outras línguas e os cursos de português técnico, ambos destinados a cidadãos migrantes e seus descendentes com a situação regularizada em Portugal e com idade igual ou superior a 15 anos nas escolas e idade igual ou superior a 18 anos nos centros de formação do IEFP. Os primeiros referidos anteriormente, regem-se pelas diretrizes emanadas do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, certificando os níveis A2 de utilizador elementar e B2, de utilizador independente. A aquisição do nível A2 é indispensável para que o migrante aceda à cidadania, conheça os seus direitos e deveres, se desenvolva pessoal, familiar, cultural e profissionalmente. É igualmente, um dos requisitos para efeitos de acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente ou ao estatuto de residente de longa duração.

“Por sua vez, os cursos de português técnico procuram disponibilizar aos imigrantes já com algum domínio do português (nomeadamente com nível de certificação de A2) um aprofundamento de competências e proficiência de língua portuguesa orientadas para várias atividades económicas (e.g. Comércio, Hotelaria, Cuidados de beleza, Construção Civil e Engenharia Civil), com o intuito de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho em Portugal” (Oliveira e Gomes, 2014).

Desconhecer a língua do país de acolhimento significa tornar-se mais vulnerável e dependente, manifestando-se em dificuldades de integração. A aquisição da competência comunicativa em língua portuguesa surge como uma ferramenta para quebrar o isolamento e a diferenciação no acesso à escolaridade, ao emprego e aos restantes direitos assegurados pela comunidade.

No concelho de Odemira, o PPT é assegurado, maioritariamente, pelo IEFP em articulação com o GIP (Gabinete de Inserção Profissional). Desde 2015, o CLAIM tem um papel preponderante de ligação entre os cidadãos migrantes e o IEFP. Desde 2015 que se realizam cursos descentralizados pelas várias freguesias do concelho, procurando também articular com diversas empresas, onde alguns dos cursos são realizados. Desta forma, é abrangido um maior número de nacionais de países terceiros (inclusivamente mais do que os que estão referenciados nas tabelas abaixo apresentadas) e de forma mais adaptada às necessidades dos migrantes e do seu potencial de participação nos cursos. O início da conceção do primeiro PMII e a articulação e dinâmicas de parceria existentes no âmbito da CLI, contribuem de forma determinante para o carácter descentralizado destas ações.

Tabela 31 - Nº de cidadãos estrangeiros abrangidos na formação PPT, ou outra formação dentro da mesma tipologia, com outra designação, segundo o seu país de origem e género, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017

País de origem	2013		2014		2015		2016		2017	
	PPT		PPT		PPT		PPT		PPT	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
País UE	26	10	113	66	13	7	5	3	6	1
Argélia	3	3	0	0						
Ucrânia	0	0	1	0					3	2
Nepal					25	22	9	9	12	9
África do Sul							1	1		
Índia					26	26	9	8	6	4
Bangladesh					19	19	3	3	14	14
Honduras					2	0				
Moldávia					10	6	2	0		
Rússia					1	0				
Tailândia					3	2			1	1
Total	29	13	114	66	99	82	29	24	42	31

Fonte: IEFP

Observando a tabela anterior, verificamos que após uma descida do número de cidadãos estrangeiros que frequentaram o PPT em 2015 e 2016, se regista uma nova subida em 2017. Participando neste ano 42 cidadãos, 31 homens e 11 mulheres. É ainda relevante registar que mais de metade dos participantes são de origem asiática, 14 migrantes do Bangladesh e 12 do Nepal.

Tabela 32 – N.º de cidadãos estrangeiros que concluíram a formação de aprendizagem de língua portuguesa, segundo o seu país de origem e género, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017

País de origem	2013		2014		2015		2016		2017	
	PPT		PPT		PPT		PPT		PPT	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
País UE	26	10	113	66	10	4	4	3	3	0
Argélia	3	3	0	0						
Ucrânia	0	0	1	0					3	2
Bangladesh					16	16	3	3	6	6
Índia					19	19	8	7		
Moldávia					9	4	2	0		
Nepal					22	19	8	8	3	3
Rússia					1	0				
Tailândia					2	1				
Total	29	13	114	66	79	63	25	21	15	11

Fonte: IEFP

Na tabela anterior, podemos verificar o número de cidadãos que concluíram e obtiveram uma certificação de nível A2 nos anos de 2013 a 2017. Salienta-se a descida continuada destes números desde 2015, existindo por isso um conjunto de migrantes significativo que, apesar de

frequentarem formação de aprendizagem de língua portuguesa, não a concluem, limitando assim o potencial de uma ferramenta estruturante para a sua integração.

Neste caso, e pontualmente em outras áreas que integram este plano, não é apresentada tabela com o levantamento de dados qualitativos por área, na medida em que os momentos participativos acabaram por determinar uma ausência de conteúdos relevantes ou, o que acontece com maior probabilidade, os problemas e possíveis soluções foram abordados transversalmente em outras áreas.

Cultura

A presença de várias comunidades migrantes no nosso território é acompanhada pelo aumento da diversidade étnica e geográfica dos migrantes. Esta diversidade manifesta-se de várias formas: presença de estabelecimentos de comércio étnico, variedade das formas de vestuário, cheiros e sabores das comidas tradicionais de diferentes regiões do mundo, sonoridades das línguas que se ouvem nas ruas e noutros espaços públicos, variedade da música e de outras formas de expressão artística e cultural, vindas de diferentes pontos do globo. A dimensão cultural constitui, muitas vezes, o centro de conflitos e de choque entre culturas, mas também é nela que se abrem possibilidades para os superar. Entidades públicas e privadas, principalmente do terceiro setor, escolas e associações culturais, podem contribuir para uma interculturalidade rica e saudável, capaz de mobilizar a compreensão e a aceitação da comunidade de acolhimento.

No concelho de Odemira já existem algumas iniciativas que contribuem para o conhecimento e respeito por diferentes culturas, nas suas diversas formas de expressão:

- FACECO (Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira)
- Exposições
- Workshops de fotografia/pintura
- Eventos de gastronomia
- Sonoridades e sabores
- Projeto ST-E5G: Espetáculos de música e dança

Estes eventos são promovidos pela autarquia, por associações de artistas e por uma organização de desenvolvimento local. Podem realizar-se ao ar livre, no Cine-Teatro Camacho Costa e em algumas freguesias do concelho.

A programação cultural promovida pelo Município de Odemira contempla produtores/artistas de várias origens e nacionalidades, nomeadamente em dois eventos: o Festival TassJazz, promovido pelo Município de Odemira, teve em 2017 a sua 14ª edição, acontece anualmente na primeira semana de julho, em Odemira, e oferece um programa de alta qualidade e diversidade dentro do meio internacional do jazz. Esta é uma aposta do Município de Odemira para diversificar e qualificar a oferta cultural da região. O Município procura não só trazer artistas portugueses, como estrangeiros, de forma a enriquecer e valorizar a diversidade cultural. O público que assiste a este Festival é diverso e constituído por cidadãos de várias nacionalidades, residentes ou de visita ao nosso concelho. No Festival Sete Sóis, Sete Luas, uma rede cultural que existe há vários anos, numa partilha de espetáculos e exposições de artistas que acontece em 30 cidades e vilas de 10 países do Mediterrâneo e do Mundo: Brasil, Cabo Verde, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Itália, Marrocos, Portugal e Tunísia; acontece anualmente em vários locais do concelho de Odemira. O Festival Internacional Sete Sóis Sete

Luas em Odemira, celebrou em 2017 a sua 25ª edição, um festival que vai ao encontro das pessoas e que se considera como promotor de turismo cultural.

Também a programação de espetáculos no Cineteatro Camacho Costa, em Odemira, tem abrangido expressões culturais de outros países, bem como os espetáculos/ações que acontecem no âmbito da FACECO – Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira, que acontece anualmente em S. Teotónio, com cerca de 25 mil visitantes e 200 expositores.

Durante o período de execução do PMII 2015-2017, realizaram-se duas iniciativas que contribuíram para a valorização e respeito da cultura de origem das comunidades migrantes, bem como, para a promoção do convívio entre estas e a comunidade de acolhimento – AL TEO BU – Espetáculo de Arte Comunitária Intercultural e a o Dia da Interculturalidade. Estas iniciativas foram consideradas boas práticas pela CLI e a celebração do Dia da Interculturalidade está prevista ser realizada todos os anos.

Neste âmbito, destaca-se também o Projeto Gira Mundo, que se encontra a ser desenvolvido em Odemira desde junho de 2017. O Projeto tem como objetivo a promoção da integração de cidadãos migrantes através de expressões como a dança, o teatro, a música, o cinema, o desporto, a pintura, a escrita, o vídeo e a gastronomia.

Também o Projeto Growing Together – Capacitação de Imigrantes como Cidadãos e Educadores Locais, uma iniciativa cofinanciada por fundos comunitários (Programa Erasmus+), envolvendo três países: Portugal (Odemira), Espanha (Lleida) e Itália (Follonica), pretende contribuir para a devida integração dos migrantes adultos e dos seus filhos, numa sociedade intercultural dinâmica, onde estes participem ativamente no percurso escolar dos seus educandos.

Realizam-se ainda eventos culturais no âmbito do “Festival Terras sem Sombra” que reúne e exhibe, desde 2013, música e património com o objectivo de partilhar o legado cultural e natural do Alentejo, o Festival dá a conhecer o que marca a identidade da região, dos centros históricos às áreas rurais, da vida selvagem às etnografias locais, pretendendo projectar o Alentejo, nacional e internacionalmente, como um território de identidade singular, que se afirma como um “destino de arte e natureza”.



Saúde

A equidade deverá ser um dos princípios fundamentais de qualquer sistema de saúde.

A Constituição da Organização Mundial de Saúde de 1946 definiu que “os mais elevados padrões de saúde devem estar ao alcance de todos sem distinção de raça, religião, orientação política económica ou condição social.” O conceito de equidade em saúde da OMS implica a justa distribuição dos recursos necessários para a saúde, o justo acesso às oportunidades disponíveis, e a igualdade de apoio oferecido às pessoas quando se encontram doentes (World Health Organization, 2006).

Igualmente, a Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 64º que:

“1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à proteção da saúde é realizado:

a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais do cidadão, tendencialmente gratuito (...)

3. Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos (...);

b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país (...).”

A Lei de Bases da Saúde, Lei nº 48/90 de 24 de agosto, também destaca no seu Capítulo I, Base I, número 2, o direito de todos os cidadãos aos cuidados de saúde. Ou seja, a universalidade e o carácter geral do Serviço Nacional de Saúde (SNS) Português são de novo realçados na Lei de Bases da Saúde.

O acesso não equitativo aos serviços de saúde é um dos fatores que mais potencia as desigualdades no sistema de saúde. Por norma, são os grupos sociais mais desfavorecidos que mais dificuldades e obstáculos encontram no acesso aos serviços de saúde, como é o caso dos cidadãos migrantes nacionais de países terceiros.

Tendo em conta que a saúde se assume como um fator de fundamental importância para garantir a plena integração dos migrantes, é essencial que os meios de saúde existentes sejam disponibilizados na exata medida do cidadão estrangeiro e independentemente das suas condições económicas, sociais e culturais, em igualdade de tratamento dos beneficiários do SNS. Assim, qualquer migrante que se encontre em território nacional e se sinta doente, ou precise de algum tipo de cuidados de saúde, tem o direito a ser assistido em qualquer unidade de saúde pública, sem que esses serviços se possam recusar a assisti-lo com base em quaisquer razões ligadas à nacionalidade, falta de meios económicos, falta de legalização ou outras.

Assim, segundo o Despacho nº 25360/2001 de 12 de dezembro, todos os cidadãos estrangeiros que residam legalmente em Portugal têm acesso aos cuidados de saúde e à assistência medicamentosa prestados pelas instituições e serviços que constituem o SNS. Para que tal, os cidadãos devem inscrever-se no SNS, mediante a apresentação, nos serviços de

saúde da sua área de residência, do documento comprovativo de autorização de permanência ou de residência ou visto de trabalho em território nacional. Para os cidadãos estrangeiros que residam em Portugal mas que, contudo, não se encontrem nas situações acima referidas poderão ter acesso aos serviços de saúde do SNS “mediante a apresentação junto dos serviços de saúde da sua área de residência de documento comprovativo, emitido pelas Juntas de Freguesia, nos termos do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, de que se encontram em Portugal há mais de 90 dias”. (Despacho 25360/2001, de 12 de dezembro). Aos migrantes indocumentados, podem ser cobradas as despesas efetuadas nos estabelecimentos do SNS, com exceção de situações em que alguém do seu agregado familiar efetue descontos para a Segurança Social ou nas situações em que os cidadãos estrangeiros se encontrem em carência económica e social aferida pelos serviços de Segurança Social. Além destas, estão salvaguardadas as situações em que existam doenças transmissíveis que coloquem em perigo a saúde pública e as situações de saúde materna, saúde infantil e planeamento familiar e, também, vacinas do Programa Nacional de Vacinação.

No ano 2017, foram atribuídos 18 cartões de utente, pelo que estes poderão ter acesso a cuidados de saúde e assistência medicamentosa, prestados pelos serviços do SNS.

Tabela 33 – N.º de cartões de utente atribuídos a cidadãos estrangeiros, segundo o seu país de origem e género, no ano 2017

País de origem	HM	H	M
Bangladesh	3	3	0
Brasil	2	2	0
Bulgária	2	1	1
Cuba	1	1	0
Índia	5	4	1
Nepal	3	2	1
Paquistão	1	1	0
Tailândia	1	1	0
Total	18	15	13

Fonte: Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano

No âmbito do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA e Tuberculose 2017 e do Programa Nacional para as Hepatites Virais 2017, e mais especificamente do Projeto Proximus Litoral IV, foi assinado Protocolo de Cooperação entre a Associação para o Planeamento da Família e o Município de Odemira. Este Protocolo tem como objetivos: 1) o rastreio para a deteção das infeções pelo VIH/SIDA, Hepatite B e Sífilis; 2) aconselhamento individual e/ ou em casal em Saúde Sexual e Reprodutiva; 3) a dinamização de ações de sensibilização/ informação e; 4) a distribuição de materiais de informação e prevenção. Encontram-se abrangidos pelo Protocolo os grupos populacionais mais vulneráveis e com dificuldades de acesso ao SNS, nos quais se inclui a população migrante.



Tabela 34 - Levantamento de dados qualitativos na área de Saúde

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Em prática ou iniciada a sua implementação no âmbito da implementação do 1º PMII
Impossibilidade de aceder a consultas nos cuidados de saúde primários e a consultas de especialidade do SNS	Criação de gabinete de enfermagem nas empresas / em localidades com maior número de migrantes Deslocação de um profissional de saúde às empresas para sensibilizar para a importância da vacinação Realização de rastreios no território (diabetes, HIV, pressão arterial, glicose)	
Desconhecimento sobre questões de saúde e acesso ao SNS (pelos migrantes e pelos profissionais de saúde)	Sessões de informação para migrantes Sessões de formação a profissionais de saúde Produção de folhetos informativos sobre o tema	Folheto “Direitos e Deveres do cidadão migrante no acesso à Saúde” (iniciado) Em 2017, realizou-se a “Ação de (in)formação Acesso dos Migrantes à Saúde”, dirigida a profissionais que se encontram no atendimento nos serviços de saúde
Dificuldades de comunicação devido à barreira da língua	Existência de mediadores/facilitadores nos serviços de saúde (a partir do gabinete do cidadão já existente)	
Dificuldade no acesso a cuidados de saúde (aqui ou na saúde?)	Promoção do acesso a cuidados de saúde (vacinação, entre outros)	

Solidariedade e Resposta Social

A Segurança Social tem como principal objetivo a prevenção e a solução de situações de risco sociais. É um bem a que todos têm direito, segundo a Constituição Portuguesa e a Lei de Bases da Segurança Social, no seu artigo 2º. O Estado Português é o responsável pela gestão e coordenação do sistema de Segurança Social, o qual a todos protege.

De acordo com o artigo 4º de Lei de Bases da Segurança Social, os seus principais objetivos são os seguintes:

- a) Garantir a concretização do direito à Segurança Social;
- b) Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade;
- c) Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

O Instituto da Segurança Social, I.P. tem por missão garantir a proteção e inclusão social dos cidadãos, no âmbito do Sistema Público de Segurança Social, reconhecendo os direitos, assegurando o cumprimento das obrigações e promovendo o exercício da ação social. A par desta entidade, outras, a nível nacional e local, têm como função principal responder adequadamente às necessidades de quem as procura, contribuindo para uma ação integrada de resposta social.

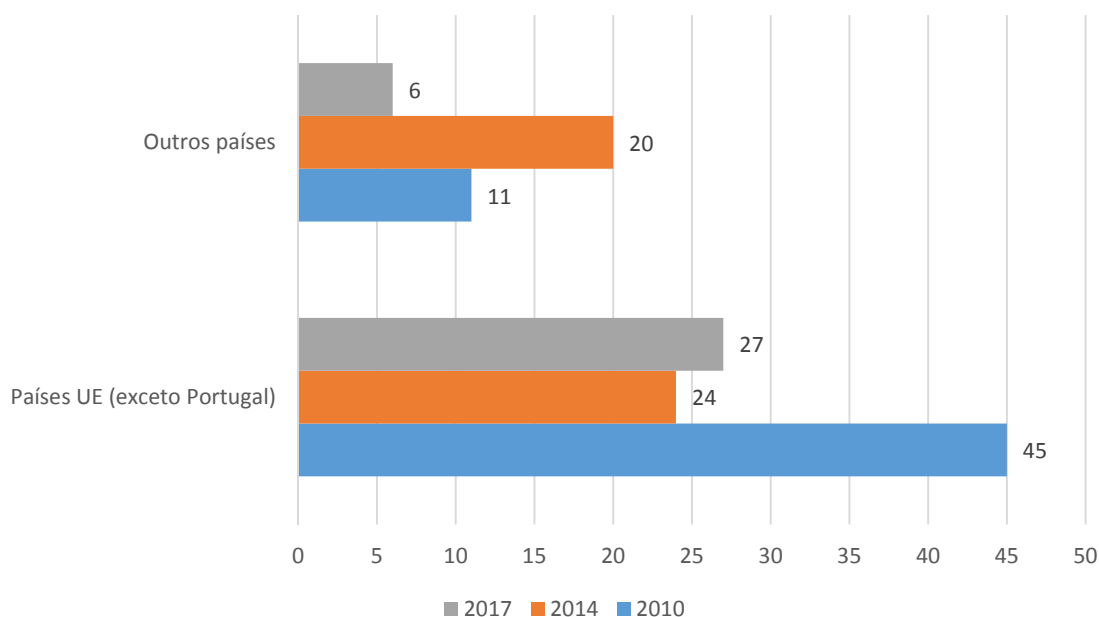
A vinda de migrantes tem sido vista como uma ajuda na sustentabilidade do sistema da Segurança Social, ameaçada pelo envelhecimento da população e pela baixa taxa de natalidade registada no nosso país, agravadas nas zonas interiores.

Os cidadãos migrantes que legalmente trabalham e residem em Portugal estão sujeitos aos deveres e direitos que os cidadãos portugueses. Possuem as mesmas obrigações e podem receber as mesmas prestações sociais, embora existam algumas particularidades. No caso do sistema previdencial, o acesso depende da obrigatoriedade da inscrição, da responsabilidades das entidades empregadoras ou do próprio trabalhador, se trabalhar como independente. A sua condição de ilegalidade não condiciona a sua inscrição, mas impede a atribuição de prestações sociais.

Os gráficos que se seguem, retratam a percentagem de cidadãos estrangeiros que no nosso concelho são beneficiários de algumas atribuições sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI), prestações de desemprego e abono de família.

O RSI é um programa que se destina a proporcionar “ apoios adaptados à situação pessoal e familiar, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. A concessão deste subsídio pressupõe a participação num programa de inserção.” (ACIDI, Segurança Social)

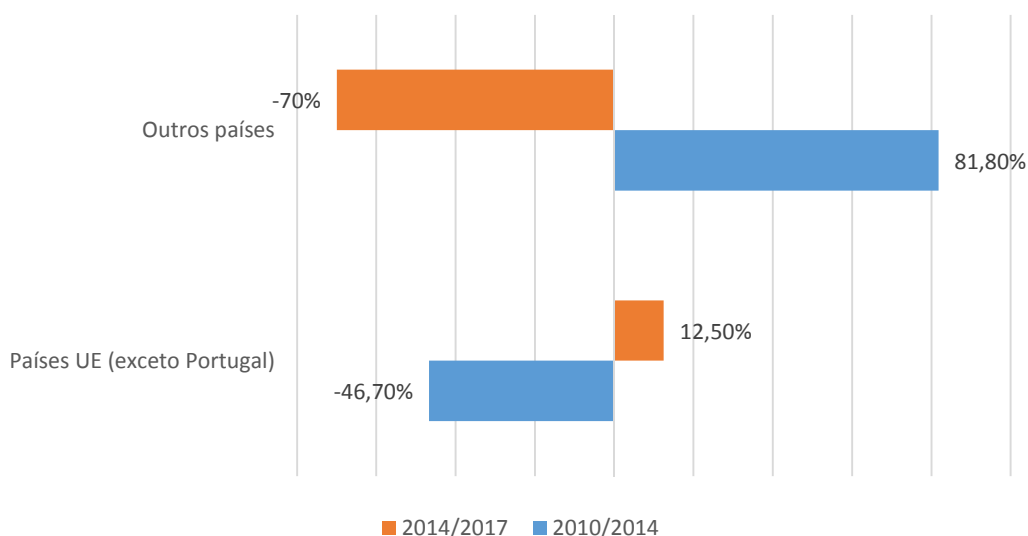
Gráfico 47 – Nº de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por região do mundo e país de origem, nos anos de 2010, 2014 e 2017



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No gráfico 47 podemos verificar que o número de beneficiários de RSI, cidadãos de países terceiros é um número bastante diminuto, sendo de apenas 6 para o último ano em análise, 2017.

Gráfico 48 – Variação percentual de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por região do mundo e país de origem, nos anos de 2010, 2014 e 2017



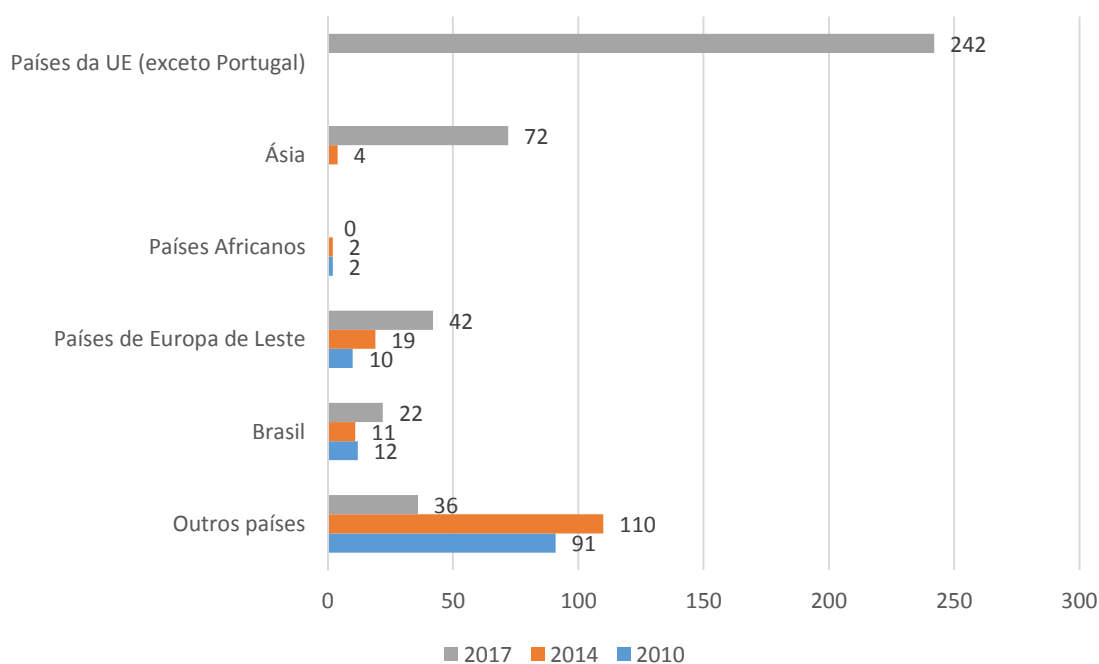
Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Tal como era possível verificar já no gráfico anterior, a tendência, entre 2014 e 2017, foi de uma descida significativa do número de cidadãos NPT beneficiários de RSI.

Quando falamos de prestações de desemprego, falamos de atribuições em substituição dos rendimentos de trabalho perdidos pelo beneficiário, por motivo de desemprego involuntário, isto é, por razões que não são da responsabilidade do trabalhador. Existem três modalidades de subsídios de desemprego: o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego e o subsídio de desemprego parcial.

Os dados abaixo apresentados, relativos às prestações de desemprego abrangem o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego inicial, o subsequente e o prolongamento de subsídio social de desemprego.

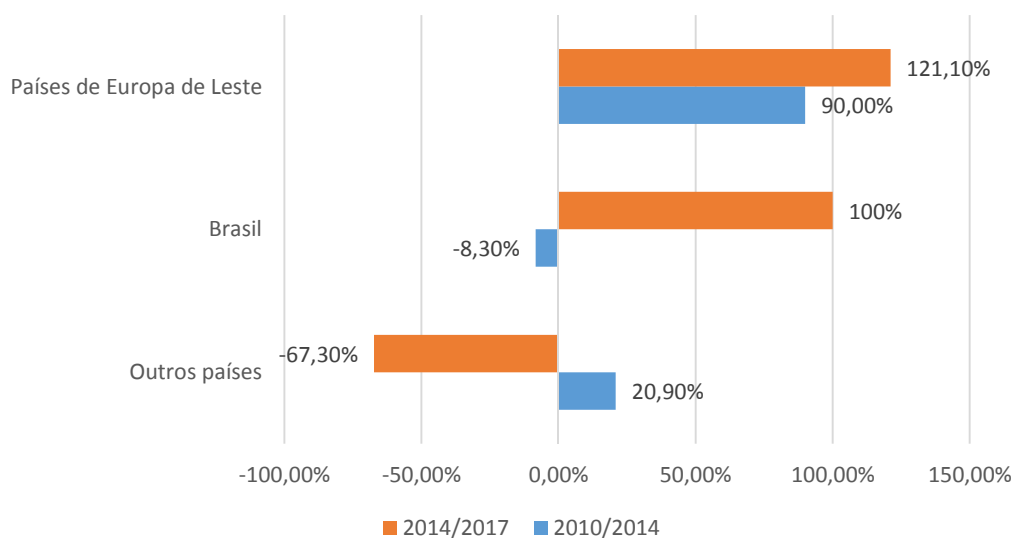
Gráfico 49 – Nº de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de origem, nos anos de 2010, 2014 e 2017



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Ao contrário da situação do RSI, quando olhamos para o número de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira, verificamos que existe um conjunto significativo de cidadãos NPT a usufruírem deste tipo de prestação. Se atendermos ao ano de 2017, temos 22 cidadãos do Brasil, 42 de países da Europa de Leste e 72 cidadãos oriundos de países Asiáticos.

Gráfico 50 – Variação percentual de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de origem, nos anos de 2010, 2014 e 2017

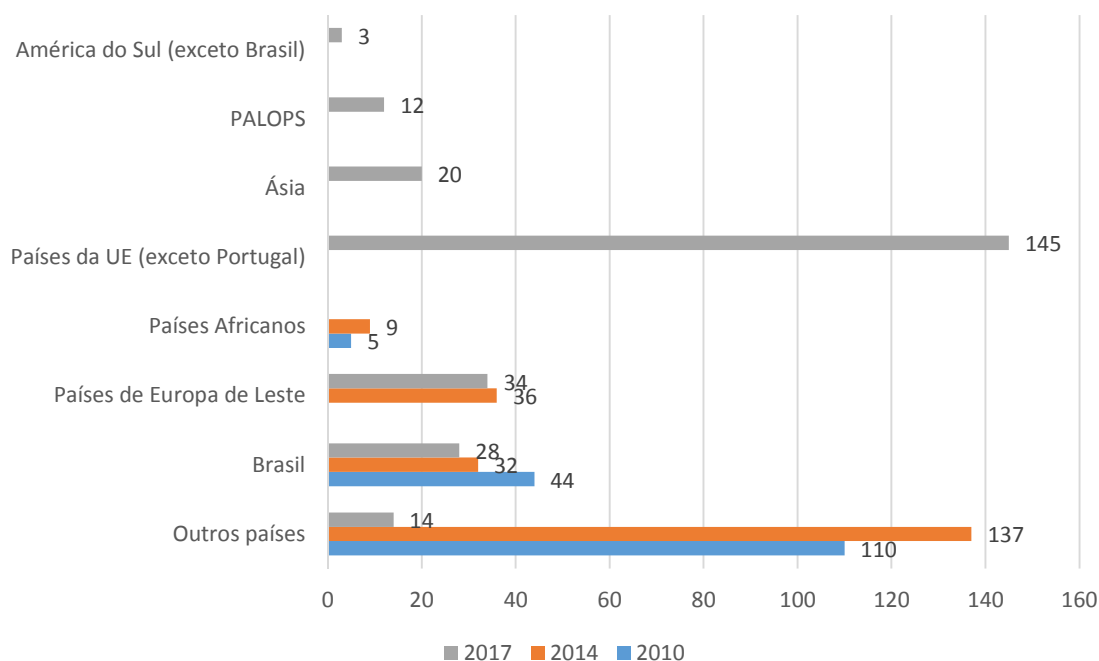


Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No gráfico anterior verificamos que, para além de um número relevante de cidadãos NPT a usufruírem de prestações de desemprego, se verificou, no período de 2014/2017, um aumento muito significativo na atribuição deste tipo de prestação aos cidadãos do Brasil (100%) e também aos oriundos da Europa de Leste (121,10%)

As prestações do abono de família têm como objetivo compensar as despesas decorrentes com crianças e jovens (podendo existir majoração nos primeiros doze meses de vida da criança, majoração nas famílias mais numerosas e montante adicional), atribuído mensalmente a crianças e jovens até aos dezasseis anos de idade e, em condições específicas, até aos vinte anos, para compensar os encargos resultantes do seu sustento e educação.

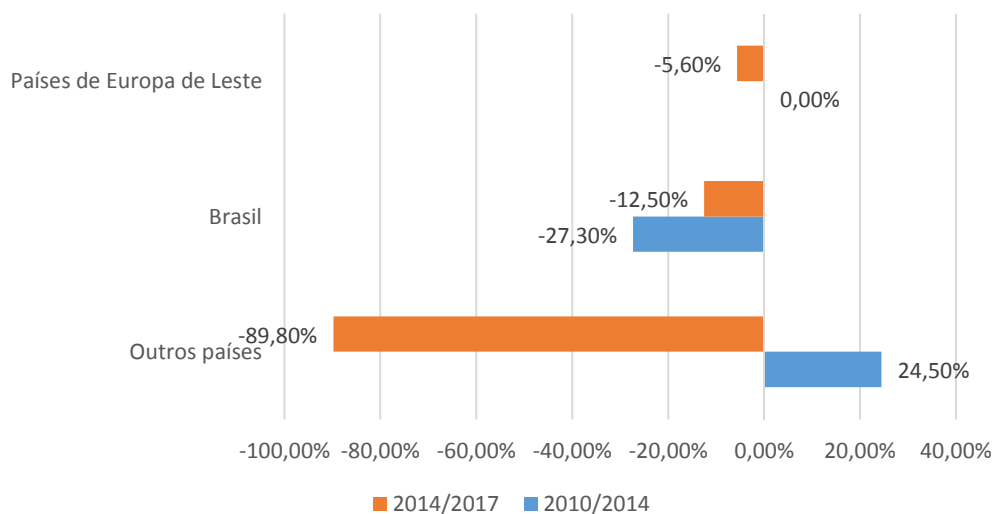
Gráfico 51 – Nº de requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de origem do requerente, nos anos de 2010, 2014 e 2017



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Relativamente às prestações de abono de família, e do ponto de vista analítico, parece-nos importante salientar que, tal como no caso das prestações por situação de desemprego, também aqui, se atendermos especialmente ao ano de 2017, os cidadãos Asiáticos (20), dos países da Europa de Leste (34) e do Brasil (28), são aqueles que mais requerem este abono.

Gráfico 52 – Variação da percentagem de requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de origem do requerente, nos anos de 2010, 2014 e 2017



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Comparando agora os dois últimos anos em análise, 2014/2017, podemos observar que a percentagem de beneficiários de abono de família diminui de forma significativa em todas as categorias utilizadas. No caso dos cidadãos de países da Europa de Leste, -5,60%, -12,50% para os cidadãos do Brasil e, descida muito significativa, -89,80% para os restantes países no seu conjunto.

Além do Instituto da Segurança Social, I.P., outras entidades procuram apoiar os cidadãos mais fragilizados e desprotegidos. Uma destas entidades é o Município de Odemira, que através da promoção do Cartão Social Municipal, criado através do Regulamento nº 347/2009, de 11 de agosto, procura “contribuir para um melhoramento das condições de vida da população, promovendo a inserção social dos agregados familiares, que vivam situações de carência socioeconómica, permitindo-lhes alguns benefícios nos serviços prestados pelo Município, assim como de outros que venham a ser protocolados com entidades externas (...)”

Tabela 35 - Nº de cidadãos estrangeiros que requereram o Cartão Social Municipal, nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, segundo o seu país de origem e género

	2012		2013		2014		2016		2017	
	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M
Países UE	3	2	2	1	7	4	2	2	1	1

Fonte: DEAS – Município de Odemira

Segundo a tabela acima representada, nos últimos cinco anos nenhum cidadão nacional de países terceiros requereu a emissão do Cartão Social Municipal. As razões para tal facto podem advir de várias causas, como o deficiente fluxo de informação sobre os serviços e apoios que podem requerer (facto já identificado na recolha de dados qualitativos, em sede de CLI) e por não reunirem todos os requisitos necessários para aceder ao Cartão social Municipal, como seja “ter residência no concelho há mais de um ano”. Quanto aos cidadãos comunitários, em 2012, 3 requereram o Cartão, em 2013 diminuiu para 2 e em 2014, voltou a aumentar para 7 requerentes, em 2015 não se registaram pedidos e entre 2016 e 2017 foram requeridos três Cartões.

Outra entidade prestadora de apoios sociais existente no nosso concelho, o Gabinete de Apoio à Vítima (GAVA), facultou os dados solicitados no âmbito da violência doméstica, relativos a cidadãos migrantes. Este Gabinete nasce da evidente necessidade de uma resposta especializada de proximidade na área da violência doméstica no concelho de Odemira. Presta apoio psicológico e jurídico a vítimas de violência doméstica e agressores, disponível à população em geral e a sinalizações de entidades parceiras. Uma das estratégias utilizadas passa pela constituição de grupos de ajuda mútua e apoio na construção de projetos de vida, de forma a integrar as vítimas na sociedade. Ao GAVA também lhe podem ser solicitadas avaliações psicológicas com vista à emissão de informações clínicas, relatórios clínicos ou pareceres clínicos, requeridos pelos Tribunais e/ou outros parceiros estratégicos, como por exemplo a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do concelho de Odemira.

Importa ainda referir a “Rede solidária do Medicamento - Cartão Abem”, constituindo-se como um Programa Municipal de Apoio que resulta de protocolo celebrado, em julho de 2018, com a Associação Dignidade, e que tem como finalidade permitir o acesso generalizado ao medicamento por parte da população mais carenciada do concelho, com caráter prolongado no tempo ou a fim de suprimir situações de inesperada carência económica.

Tabela 36 - Nº de cidadãos estrangeiros que solicitaram apoio, como vítimas ou agressores, segundo o seu país de origem e género, nos anos de 2013, 2014 e 2017

País de origem	2013		2014		2017 (apenas vítimas)	
	HM	M	HM	M	HM	M
Alemanha	0	0	0	0	1	1
Rússia	1	1	0	0	0	0
Moldávia	1	0	0	0	0	0
Ucrânia	0	0	2	2	1	1
Brasil	0	0	1	0	3	3
Cuba	0	0	1	1	0	0
Holanda	0	0	0	0	1	1
Moçambique	0	0	0	0	1	1
Polónia	0	0	0	0	1	1
Outro país	1	1	0	0	0	0
Total	3	2	4	3	8	8

Fonte: GAVA Odemira

O número de vítimas que solicitaram apoio ao GAVA tem vindo a aumentar desde 2013. No total dos três anos mencionados, foram 15 as cidadãs estrangeiras apoiadas, três das quais de origem brasileira e duas de origem ucraniana. No ano de 2013, um cidadão moldavo solicitou apoio na condição de agressor e em 2014, um cidadão brasileiro também o solicitou. Em 2017, ano em que o Gabinete passou a prestar apenas apoio às vítimas, o número de casos duplicou relativamente a 2014, tendo sido apoiadas 3 cidadãs do Brasil e 1 vítima de cada um dos seguintes países: Alemanha, Ucrânia, Holanda, Moçambique e Polónia, sendo todas as vítimas do sexo feminino.

Foram também solicitados dados à CPCJ do nosso concelho, com o objetivo de compreender se existem crianças e jovens migrantes sinalizados, quais as problemáticas inerentes a essas sinalizações e quais as freguesias envolvidas.

As Comissões de Proteção de Menores foram criadas na sequência do Decreto - Lei nº 189/91, de 17 de maio e reformuladas de acordo com a Lei de Promoção e Proteção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro.

As CPCJ são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem, pondo termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A intervenção das CPCJ tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

Tabela 37 - Nº de crianças e jovens sinalizados à CPCJ nos anos de 2013, 2014 e 2017, segundo o seu país de origem e género

País de origem	2013			2014			2017		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Alemanha							4	2	2
Brasil	0	0	0	2	1	1	4	2	2
Bulgária							7	4	3
China							1	1	0
França							1	1	0
Índia							1	0	1
Rússia							1	0	1
Tailândia							1	0	1
Outros países	14	9	5	14	9	5	0	0	0
Sub total	14	9	5	16	10	6	20	10	10
Portugal							53	25	28
Total							73	35	38

Fonte: CPCJ Odemira

Entre 2013 e 2017, o número de situações de perigo sinalizadas aumentou. No total dos três anos referidos, as crianças e ou jovens de nacionalidade búlgara (7), brasileira (7) e alemã (4) foram as que foram sinalizadas em maior número.

Tabela 38 - Nº de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto, nos anos de 2013, 2014 e 2017, segundo a sua freguesia de residência

Freguesia de residência	2013	2014	2017
Boavista dos Pinheiros	0	0	2
Colos	0	0	0
Longueira/Almograve	0	0	1
Luzianes-Gare	0	0	1
Relíquias	1	0	0
Sabóia	1	1	1
Santa Clara-a-Velha	0	0	0
S. Luís	0	0	1
S. Martinho das Amoreiras	4	0	0
S. Salvador e Santa Maria	0	1	0
S. Teotónio	8	10	10
Vale de Santiago	0	0	0
Vila Nova de Milfontes	0	4	4
Total	14	16	20

Fonte: CPCJ Odemira

A tabela 39, indica-nos as freguesias de residência das crianças e jovens estrangeiras com processo aberto na CPCJ. Desde 2013 que S. Teotónio é a freguesia que apresenta mais crianças e jovens estrangeiras com processos abertos nesta entidade, seguida de Vila Nova de Milfontes, com 4 casos nos anos de 2014 e de 2017. Podemos concluir que as freguesias que apresentam maior número de casos ficam situadas no litoral, onde se regista uma maior percentagem de população migrante. Nas freguesias do interior os valores são residuais ou não apresentam mesmo qualquer caso.

Tabela 39 - Principais problemáticas sinalizadas, por nº de crianças e jovens estrangeiros nos anos de 2013, 2014 e 2017

Principais problemáticas sinalizadas	2013	2014	2017
Abandono escolar	7	5	5
Absentismo escolar	7	7	6
Abandono	0	0	0
Exposição a situações de violência doméstica	0	1	5
Maus tratos	0	0	3
Abuso sexual	0	1	0
Prática de facto qualificado como crime	0	0	0
Consumo de estupefacientes	0	0	0
Ingestão de bebidas alcoólicas	0	0	0
Exposição a modelos de comportamento desviante	0	0	0
Negligência	0	2	1
Exploração de trabalho infantil	0	0	0
Total	14	16	20

Fonte: CPCJ Odemira

Quanto às principais problemáticas, causadoras das sinalizações, verificamos que a maior parte tiveram origem na escola, por abandono ou absentismo escolar. Em 2017 aumentaram os casos de exposição a situações de violência doméstica (5) e de maus-tratos (3).

Cidadania e Participação Cívica

Como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, a Constituição da República Portuguesa reconhece que os cidadãos estrangeiros que residem em Portugal deverão ter os mesmos direitos e deveres que os cidadãos nacionais. No entanto, quando se trata de direitos políticos existem limitações aos cidadãos estrangeiros, que se traduzem em três situações:

1. Aos cidadãos dos países com o português como língua oficial, com residência permanente em Portugal e em condições de reciprocidade, são conferidos direitos políticos não concedidos a estrangeiros. Portugal tem acordos de reciprocidade com, o Brasil e Cabo Verde. Estes eleitores têm de possuir residência legal há mais de dois anos em território nacional. Através do “Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta”, os cidadãos brasileiros têm acesso a direitos políticos vastos, incluindo o voto em todas as eleições e ser eleitos em todas as eleições, exceto para o cargo de presidente da República, se solicitarem o “Estatuto de Igualdade em Direitos Políticos”. Os cidadãos cabo verdianos podem votar e ser eleitos (após três anos de residência legal no território nacional, na última situação) somente nas eleições locais.

2. Aos cidadãos nacionais de outros países terceiros, cujos países oferecem reciprocidade na capacidade eleitoral ativa, como a Argentina, o Chile, a Islândia, a Noruega, o Perú, o Uruguai, a Colômbia, a Nova Zelândia e a Venezuela, para que possam exercer o seu direito de voto devem ter residência legal há mais de três anos e apenas podem votar nas eleições autárquicas.

3. Aos nacionais de países da UE, não lhes é exigido um período mínimo de residência em Portugal, e basta-lhes apresentar o título de residência para que se inscrevam no Recenseamento Eleitoral. Estes cidadãos são elegíveis nas eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu como eleitores e candidatos (texto adaptado “Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal, 2014).

No nosso concelho, adicionando às restrições acima referidas no ponto 1, a falta de informação à população migrante e de vontade em participar civicamente por parte de algumas comunidades, principalmente oriundas de países terceiros, refletem a pouca adesão ao processo eleitoral no país de acolhimento. A maior parte destes cidadãos chegam ao concelho com o objetivo de trabalhar, melhorar as suas condições vida e pouco mais os motiva.

Tabela 40 - Nº de cidadãos estrangeiros recenseados no concelho de Odemira no ano de 2013

Cidadãos eleitores	N.º
Estrangeiros União Europeia	277
Estrangeiros Países Terceiros	14
Total Eleitores no Município	21.246

Fonte: DGAI - Direção-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral (2013)

A tabela 40, confirma a reduzida participação que existe nos momentos eleitorais por parte dos cidadãos estrangeiros. Em 2013 o número total de eleitores do concelho era de 21.246, encontravam-se recenseados 277 cidadãos da UE, e apenas 14 nacionais de países terceiros.

Tabela 41 - Levantamento de dados qualitativos na área de Cidadania e Participação Cívica

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Já em prática
Desconhecimento das regras sociais, costumes e tradições (cultura) do país de acolhimento	Ações de informação/ sensibilização sobre a cultura portuguesa	
Dificuldades de comunicação devido à barreira da língua		Existência do endereço de e-mail pm.imigrantes@cm-odemira.pt para contacto entre a comunidade migrante e o Município e restantes entidades da CLI
Falta de incentivo, pelas associações locais, à participação dos migrantes	Apoiar e fomentar o associativismo	
Falta de adesão ao recenseamento eleitoral	Dinamizar campanhas de recenseamento eleitoral	Folhetos com informação relativa ao recenseamento voluntário de cidadãos migrantes

Media e Sensibilização da Opinião Pública

Os media têm um papel fundamental na informação e esclarecimento da opinião pública. Deve ser utilizada na defesa da justiça, da verdade e dos direitos de todos as minorias. Na temática das migrações, os media poderão colaborar no exercício da cidadania, na disseminação da importância da presença de cidadãos migrantes em território nacional, atentos ao valor da diversidade intercultural e à integração das comunidades migrantes. Estes também fazem parte do processo de acolhimento e integração de quem procura Portugal para residir e trabalhar.

O Município de Odemira procura através de entrevistas a jornais locais e a rádios, dar a conhecer os objetivos do PMIM, ao mesmo tempo tenta incentivar à participação cívica por parte da sociedade de acolhimento e da comunidade migrante. Em cada edição do “Odemira em Notícia”, publica-se artigos /notícias relativos ao Plano e às atividades que se irão realizar, como por exemplo a realização do seminário e a divulgação do email criado especificamente para a receção dos contributos emitidos por toda a comunidade.

A nível nacional, em termos de media no âmbito população migrante, destaca-se a “Revista Migrações”, de natureza temática, proporcionando um espaço inter e transdisciplinar para divulgar artigos inéditos da vasta comunidade científica nacional e internacional que se debruça sobre a temática das migrações e dos movimentos populacionais. Esta tem como originários e destinatários investigadores, académicos, estudiosos e público qualificado, universo que procura alargar continuamente a base de conhecimentos e de saberes.

No concelho não existem media étnicos de iniciativa local de migrantes ou para migrantes.



Tabela 42 - Levantamento de dados qualitativos na área de Media e Sensibilização da Opinião Pública

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Já em prática
Necessidade de adequação dos conteúdos promovidos pelos media (divulgação de projetos no âmbito das práticas de integração de migrantes)	Ações de sensibilização junto dos media Divulgação do PMIM através dos media locais Identificação de um elemento facilitador entre a CLI, as empresas e os líderes dos grupos de migrantes para otimizar a comunicação (melhorar a articulação)	
Ausência de iniciativas de sensibilização para jornalistas dos media locais		

Racismo e Discriminação

Portugal, de acordo com a lei internacional, as diretivas comunitárias e a Constituição da República Portuguesa desenvolve políticas e boas práticas de integração, produzindo a necessária legislação anti discriminação, que proíbe todas as formas de discriminação baseadas no sexo, raça, cor, crenças religiosas, nacionalidade ou origem étnica. Estes suportes legais procuram prevenir e eliminar a discriminação em todas as suas formas e punir a prática de atos que conduzem à violação dos direitos humanos fundamentais, ou restringir os direitos socioeconómicos ou culturais de qualquer pessoa pelo facto de pertencer a certa raça, cor, nacionalidade ou grupo étnico.

Este tema tem sido alvo de diversos estudos, de campanhas de sensibilização e de prevenção, mas ainda há um longo caminho a percorrer principalmente com as gerações vindouras. Muitas das situações de discriminação vividas pelos migrantes acontecem no seu quotidiano em diversos contextos. As campanhas de prevenção de abrangência nacional têm o seu valor e impacto mas é a nível local, numa ação conjunta das entidades da sociedade civil, que a prevenção e solução deste problema devem ser equacionadas.

O estudo “Diagnóstico da População Imigrante em Portugal”, sob a coordenação de Jorge Malheiros e Alina Esteves, refere que “de entre a maioria que valida a existência da discriminação étnica e racial (74%), os migrantes consideram que a discriminação é sobretudo ocasional (ocorrendo algumas vezes). Ainda assim, 29,4% dos migrantes considera que a discriminação é frequente, sendo mais as mulheres do que os homens a referir que a discriminação é manifestada muitas vezes (32,8% e 26,1% respetivamente).

O mesmo estudo revela-nos um facto interessante, “que a perceção da existência de discriminação é maior quanto menor o nível de escolaridade do imigrante (...). São os imigrantes menos instruídos os que mais vulneráveis estão a situações de discriminação, também são estes que, em maior número e de forma generalizada, consideram que existe discriminação em Portugal”.

Ainda segundo Jorge Malheiros e Alina Esteves, a comunidade que mais refere ser alvo de discriminação é a brasileira, seguida pela comunidade de migrantes de Europa de Leste. Os migrantes asiáticos são os que menos se sentem objeto de discriminação. Este facto pode advir do contacto menos frequente que esta comunidade mantém com a sociedade de acolhimento.

Relativamente às situações em que a discriminação ocorre, é no contexto laboral que existe maior incidência deste facto, seguido pelos serviços públicos. Importa ainda referir que os cidadãos migrantes também manifestam sentimento de discriminação na situação de arrendamento de habitação.

No nosso concelho, segundo o GAVA não se observaram quaisquer sinalizações ou referências de qualquer situação de racismo ou discriminação, desde 2013 e até à data.

Tabela 43 - Levantamento de dados qualitativos na área de Racismo e Discriminação

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Já em prática
Intolerância e preconceito da comunidade de acolhimento	Ações de sensibilização com a comunidade de acolhimento e comunidades migrantes Projetos de promoção da integração com escolas e associações	Projeto Gira Mundo
Isolamento de algumas comunidades de migrantes		
Desconhecimento da cultura dos migrantes por parte da comunidade de acolhimento		

Relações Internacionais

A existência de contactos entre os países de origem e os países de acolhimento contribui para uma mais eficaz integração dos migrantes. Conhecer e dar a conhecer costumes e hábitos culturais pode contribuir para processos de acolhimento e integração adaptados e choques culturais atenuados.

As empresas agrícolas realizam contactos com os países de origem. No ano de 2017, foram dinamizadas ações por empresas agrícolas do concelho resultaram na contratação de 54 trabalhadores de nacionalidade tailandesa.

Tabela 44 – N.º de ações dinamizadas pelas empresas agrícolas do concelho de Odemira com os países de origem dos trabalhadores, no ano de 2017, segundo o país de origem

País de origem	Contratação de trabalhadores
Tailândia	55

Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Religião

Presentemente, assistimos a uma maior pluralidade religiosa no concelho.

As entidades religiosas têm igualmente um papel importante na integração, permitindo laços de interajuda.

Tabela 45 - Religiões mais representadas no concelho de Odemira no ano de 2011

Religião	N.º	%
Católica	15.219	58,4
Ortodoxa	290	1,1
Protestante	249	1
Outra Cristã	260	1
Judaica	6	0
Muçulmana	48	0,2
Outra não cristã	141	0,5
Sem religião	2.931	11,2
População que não respondeu	3.760	14,4
População com menos de 15 anos	3.162	12,1
Total	26.066	100

Fonte: Censos 2011

Como podemos verificar na tabela acima representada, a religião mais representativa no território é a Católica (58,4%) seguida da Ortodoxa que apresenta um valor de 1,1 %. A religião Protestante representa 1% e Outra Cristã representa a mesma percentagem. As religiões Outra não Cristã (0,5%), Muçulmana (0,2%) e a Judaica (0,0%) têm pouca representatividade junto da população residente no concelho.

Tabela 46 - Levantamento de dados qualitativos na área de Religião

Problemas / Constrangimentos / Necessidades	Possíveis soluções	Já em prática
Falta de locais de culto próximos e adequados à prática religiosa dos migrantes	Proporcionar local de culto próprio	
Diversidade de religiões no território	Articulação entre religiões Promoção do respeito pela diversidade Respeito pela celebração de festas religiosas do seu país de origem	

Um olhar sobre a migração no concelho de Odemira

A riqueza de informação, percepções e leituras sobre o território recolhidas através das entrevistas realizadas permite-nos descrever um olhar coletivo ou partilhado sobre a migração no concelho de Odemira.

Odemira é, atualmente, o quinto concelho de Portugal com mais cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente. Esta realidade, que se tem vindo a acentuar na última década, impulsionou a administração local, as organizações da sociedade civil e todos os atores locais que intervêm nesta matéria, e inclusivé as próprias comunidades migrantes, a desenvolver políticas, estratégias e práticas concertadas no âmbito do acolhimento e integração dos migrantes. Surge assim, em 2015, a Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) e a conceção do primeiro Plano Municipal de Integração de Imigrantes (2015-2017).

O carácter dinâmico e participativo que caracteriza a metodologia adoptada pela CLI na conceção, execução e monitorização do PMII, tem provocado alterações significativas nos procedimentos das entidades que intervêm com estas comunidades. O envolvimento e compromisso de decisores políticos, bem como, a proximidade e articulação entre os vários atores tem promovido sinergias que facilitam e agilizam as práticas ao nível da integração de migrantes. O funcionamento em grupos de trabalho, distribuídos por áreas, permitiu uma maior eficácia e eficiência na concretização das medidas do Plano, no entanto, é necessário manter e melhorar o compromisso dos atores locais para a continuidade da execução das mesmas.

Após três anos do início da implementação do PMII são visíveis melhorias no âmbito do acolhimento e integração dos migrantes a vários níveis. Os serviços que contactam diretamente com a população migrante estão mais informados e sensibilizados para esta realidade, houve um reforço ao nível dos recursos humanos do CLAIM, que permitiu aumentar a sua capacidade de resposta e foram desenvolvidos instrumentos que facilitam a compreensão de informação fundamental (tradução de formulários que se encontram disponíveis nos serviços públicos; Kit de Acolhimento ao Imigrante). Apesar de se terem registado melhorias ao nível dos serviços / entidades da comunidade, nomeadamente na CMO, Juntas de Freguesia e CLAIM, existem outros que, quer devido a limitações do seu funcionamento ou, por necessidade de formação / informação são referidos como tendo algumas limitações no contacto, ou resposta, às necessidades da população migrante (como por exemplo, Segurança Social, Finanças, Hospital).

A Educação (compreensão e expressão da língua portuguesa) é outra das áreas que maior influência tem na integração de migrantes. Apesar do investimento para a realização de ações de aprendizagem da língua portuguesa, entre 2015 e 2017 apenas 64 cidadãos NPT as concluíram. As dificuldades de comunicação, devido ao pouco ou nenhum domínio da língua portuguesa, são transversais à maioria das áreas do Plano. É prioritário refletir e orientar a ação para um melhor acesso e frequência a ações de aprendizagem da língua portuguesa e também de formação profissional. O processo de reconhecimento ou equivalência de habilitações, bem como o ajustamento entre as mesmas e a atividade profissional / remuneração salarial, deveriam ser revisitados. O número de cidadãos NPT licenciados tem vindo a aumentar, podendo ser uma oportunidade de valorização e desenvolvimento qualificado para o concelho.



A área da “Habitação” representa em simultâneo oportunidades e desafios para o município. Se por um lado permitiu que os alugueres sazonais de alojamentos se transformassem em alugueres de longa duração, aumentando assim o lucro com os mesmos, por outro lado, contribuiu para a diminuição do número de turistas que procuravam a região para as suas férias. Não obstante, os valores do aluguer praticados são considerados elevados para a capacidade económica dos migrantes. Outro desafio prende-se com a capacidade, sustentabilidade e condições de habitabilidade dos alojamentos face ao elevado número de pessoas que se encontram no território a trabalhar em empresas agrícolas. O número de pessoas a residir em alojamentos não clássicos (“contentores”) poderá contribuir para o exacerbar de problemas relacionados com o saneamento e saúde pública, os quais também poderão ser potenciados pela falta de hábitos de higiene habitacional.

O incumprimento das regras de conduta / cidadania, relacionadas maioritariamente com o respeito pelos espaços públicos e pela comunidade de acolhimento (por exemplo, ruído nas vias públicas, falta de acondicionamento e colocação do lixo nos locais respetivos) é uma das questões que mais preocupa os atores locais. Uma maior sensibilização da comunidade migrante para a alteração de comportamentos, bem como para a compreensão e respeito pela cultura do país de acolhimento é fundamental à sua melhor integração e acolhimento. No entanto, Odemira tem realizado um trabalho meritório no que respeita à valorização das culturas de origem e de acolhimento, reforçando as potencialidades e riqueza de uma comunidade intercultural, alicerçada em relações de respeito e partilha entre os cidadãos das diversas nacionalidades. Para tal, contribuíram a organização e celebração do Dia da Interculturalidade, do Espetáculo de Arte Comunitária Intercultural (AL TEO BU), o Projeto Giramundo, o Projeto Growing Together e o Projeto ST-E6G.

O envolvimento das comunidades migrantes e, principalmente, dos mais jovens nos projetos e ações que promovam a interculturalidade tem-se revelado um factor de sucesso para a sua integração. Em meio escolar, também foram visíveis melhorias, como por exemplo a construção do “Guião de Acolhimento ao Aluno Migrante” e o compromisso de introduzirem o tema da Interculturalidade nos Projetos Educativos.

Na área da saúde e proteção social, também se registou uma evolução positiva. A criação do flyer “Direitos e Deveres do Cidadão Imigrante no acesso à Saúde” facilitou a compreensão do funcionamento do SNS e, apesar das limitações no acesso a cuidados de saúde primários, foi possível realizar o acompanhamento a grávidas e a pessoas com diabetes sem cartão de utente.

No âmbito da cidadania e participação cívica é importante destacar a função que as associações locais têm representado no acolhimento e integração das comunidades migrantes, promovendo a sua participação e envolvimento nas atividades locais. Apesar de ser reconhecida a importância da formação de uma associação de migrantes no território, tem se verificado alguma resistência, por parte dos migrantes, para a sua concretização. A diversidade cultural e, possivelmente, o isolamento de algumas comunidades também têm contribuído para a difícil mobilização dos seus líderes.

Em suma, no concelho de Odemira a migração é fonte de oportunidade para uma comunidade com maior diversidade cultural, para um maior desenvolvimento económico local, para responder às necessidades de mão de obra das empresas agrícolas e para um rejuvenescimento da população local. Por outro lado, é também motivo de preocupação. O

aumento do número de migrantes no território poderá levar a um maior desgaste e consumo dos recursos quer físicos, naturais e humanos, o qual, se não controlado, se tornará insustentável. A diversidade cultural existente no território, poderá ser geradora de conflitos sociais e de segregação / discriminação quer pela comunidade de acolhimento quer entre as várias comunidades de migrantes. Assim, a continuidade do trabalho desenvolvido pela CLI torna-se fundamental, para uma reflexão e ação concertada entre os vários atores locais, assente nas oportunidades, necessidades e desafios da integração e acolhimento dos migrantes neste território.

Plano Municipal para Integração de Migrantes

Dimensão Estratégica

A Dimensão Estratégica deste Plano tem como objetivos planejar a mudança relativa à situação diagnosticada anteriormente, descrevendo a situação desejada, em torno da qual se desenham compromissos políticos exequíveis e devidamente validados por todos os que estão envolvidos neste processo, sendo ainda o ponto de partida que enquadra as opções operacionais decorrentes.

Não existindo uma visão estratégica, a dimensão operacional poderá ficar atomizada em medidas que não impliquem qualquer visão para o concelho.

Desenhar a estratégia implicou a definição de objetivos estratégicos, metas e estratégias, de maneira a orientar a ação e a afetação de recursos. Os objetivos estratégicos devem espelhar claramente os resultados a alcançar e devem ser medidos pelos indicadores definidos.

Áreas	Objetivos estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
1. Serviços de acolhimento e integração	Proporcionar aos cidadãos migrantes NPT um acolhimento mais estruturado e facilitador	Nº de iniciativas realizadas com vista à facilitação do acesso a serviços Serviços cujo acesso dos cidadãos migrantes melhorou Níveis de satisfação dos cidadãos migrantes	É fomentada uma maior proximidade e facilidade de acesso aos serviços públicos fundamentais para o acolhimento e integração dos migrantes. Complementarmente, é garantida informação fundamental à população migrante, de forma a potenciar essa facilidade de acesso
	Promover a integração dos cidadãos migrantes NPT de forma harmoniosa e progressiva, valorizando a sua cultura e facilitando o acesso à cultura da	Nº de iniciativas que integram uma dimensão de interculturalidade ou valorização da cultura da população migrante	Promover a integração dos migrantes NPT através da valorização da sua cultura e facilitando o acesso à cultura da sociedade de acolhimento. O reconhecimento da

Áreas	Objetivos estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
	sociedade de acolhimento	Níveis de satisfação dos cidadãos migrantes	diversidade cultural como elemento positivo no território, contribui para uma progressiva integração na comunidade.
2. Urbanismo e habitação	Melhorar as condições de habitabilidade das habitações onde residem cidadãos migrantes NPT	Variação do nº de cidadãos migrantes a residir em alojamentos não clássicos e sobrelotados	Informar as empresas, proprietários e os migrantes, sobre os recursos existentes (programas, apoios, medidas) e também sobre deveres e direitos relativos à habitação influenciando a melhoria transversal das condições de habitabilidade em que residem os migrantes.
3. Mercado de trabalho e empreendedorismo	Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos migrantes NPT e as suas competências e recursos, favorecendo a sua fixação	Variação do nº de migrantes residentes no concelho Migrantes que melhoram os seus níveis de empregabilidade. Níveis de satisfação dos cidadãos migrantes	Garantir o trabalho em rede entre as empresas agrícolas e outras entidades com responsabilidade nesta área, apostando na melhoria das capacidades dos migrantes, ao nível das suas competências profissionais, domínio da língua portuguesa, potencial para o empreendedorismo e conhecimento dos seus direitos e deveres como trabalhadores.
4. Formação e capacitação	Potenciar as competências, capacidades e informação da população migrante		Atuação vertida nas áreas: Acolhimento e Integração Urbanismo e Habitação Mercado de Trabalho e Empreendedorismo Educação e Língua Saúde Solidariedade e Resposta Social Cidadania e Participação Cívica
5. Educação e língua	Garantir o acesso à aprendizagem e	Nº de cidadãos migrantes que	Sensibilizar as entidades para a

Áreas	Objetivos estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
	melhorar o domínio da língua portuguesa	<p>melhoram os seus níveis de conhecimento da língua portuguesa</p> <p>Variação da taxa de abandono escolar e de transição/aprovação de alunos estrangeiros</p>	<p>utilização dos recursos/opportunidades existentes na promoção da aprendizagem da língua portuguesa para os migrantes adultos e também dos seus filhos em idade escolar.</p> <p>Complementarmente, são desenvolvidas ações que contribuem para uma melhor integração escolar dos alunos estrangeiros.</p>
6. Cultura	Favorecer a aproximação cultural entre a comunidade local e as comunidades migrantes		Atuação vertida nas áreas: Acolhimento e Integração Educação e Língua Cidadania e Participação Cívica Religião
7. Saúde	Ampliar e melhorar o acesso e a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos migrantes NPT	<p>Variação do nº de consultas a cidadãos estrangeiros, nas respostas disponibilizadas localmente</p> <p>Nível de satisfação da população migrante</p>	Facilitar o acesso da população migrante aos serviços de saúde e garantir informação sobre direitos e deveres nesta área.
8. Solidariedade e resposta social	Potenciar o acesso às medidas sociais existentes, no apoio a cidadãos migrantes NPT	Variação do nº de migrantes beneficiários das medidas e respostas existentes no concelho	Divulgar junto da comunidade migrante as medidas existentes e promover estratégias facilitadoras da legalização da sua situação.
9. Cidadania e participação cívica	Aumentar o nível de participação da comunidade migrante em atos cívicos e de cidadania	<p>Nº de migrantes envolvidos em ações de cidadania</p> <p>Nº de migrantes que aumentam o nível de conhecimento sobre os seus direitos e deveres nas diversas áreas.</p>	Sensibilizar a comunidade migrante para a importância da sua participação cívica e disponibilização de diversos suportes de informação útil e acessível, de forma a garantir as condições para o aumento dos níveis de participação dos cidadãos migrantes

Áreas	Objetivos estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
			Nota: Atuação vertida também, de forma transversal nas restantes áreas, sempre que se garante informação disponível para a população migrante.
10. Media e sensibilização da opinião pública	Promover a inclusão de migrantes através dos órgãos de comunicação social e reconhecimento, pela comunidade, da importância da sua integração	Nº de notícias sobre a comunidade migrante que resultam da articulação prevista. Nº de elementos da comunidade que participam nos momentos ou eventos de reconhecimento da importância da comunidade de migrantes.	Agilizar a relação com os meios de comunicação social e potenciar a implementação do próprio PMIM como veículo para reconhecimento, na comunidade, da importância da integração da população migrante.
11. Racismo e discriminação	Prevenir situações de racismo e discriminação	Nº de iniciativas tomadas na prevenção de situações discriminatórias para com cidadãos migrantes	Dar a conhecer à sociedade de acolhimento as características das culturas mais representativas no concelho. Valorização da diversidade cultural junto de crianças e jovens, através das manifestações culturais existentes no concelho, junto da comunidade
12. Relações Internacionais	Envolver as embaixadas dos países de origem nas soluções para as necessidades dos migrantes		Atuação vertida nas áreas: Acolhimento e Integração Cidadania e Participação Cívica
13. Religião	Promover o respeito pela religião e cultura dos cidadãos migrantes NPT	Nº de iniciativas realizadas que permitirem aos migrantes manifestarem e vivenciarem os elementos estruturantes da sua	Abordagem da religião como um elemento cultural, facilitando a realização das celebrações ou cultos mais importantes, e considerando-os também como

Áreas	Objetivos estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
		cultura (sejam religiosos ou outros)	elemento a reconhecer pela comunidade no âmbito da valorização da diversidade cultural.

Dimensão Operacional

A dimensão operacional agora apresentada espelha a parte mais facilmente visível na implementação deste Plano. Devidamente enquadrada na dimensão estratégica definida, materializa-se num conjunto de 32 medidas, relativamente às quais estão identificadas as tarefas, procedimentos ou etapas associadas, e as respetivas metas e indicadores

A dimensão Operacional é a via entre o Plano e a realidade que se quer alcançar, através de decisões e ações concretas.

De seguida, apresentamos a Dimensão Operacional do PMIM, por cada uma das áreas de intervenção consideradas do ponto de vista operacional.

As medidas encontram-se seriadas em Nível 1 (se incorrem nas atribuições e competências próprias de cada entidade) e em Nível 2 (tratando-se de ações a submeter a financiamento comunitário).

Acolhimento e integração

Área 1: Serviços de acolhimento e integração

Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Proporcionar aos cidadãos migrantes NPT um acolhimento mais estruturado e facilitador	1.1. Melhorar o acesso aos serviços públicos, por parte dos migrantes	1. Capacitar os funcionários / técnicos dos serviços públicos que realizam atendimento nos serviços públicos	2	Garantir formação a 20 técnicos com funções de atendimento (meio tempo e horário laboral)	Nº de técnicos que adquiriram as competências previstas em cada sessão realizada. Nº de sessões de capacitação realizadas.	IEFP, TAIPA
		Melhorando as suas competências de comunicação (comportamentais, técnicas de atendimento...)				
		2. Imprimir e disponibilizar à população migrante, versões traduzidas dos formulários	1	Imprimir, divulgar e distribuir traduções dos formulários em	Nº de etapas realizadas com sucesso.	Município de Odemira; Segurança Social;

Área 1: Serviços de acolhimento e integração						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
		mais comuns e utilizados pelos serviços públicos.		3 línguas.	Nº de formulários distribuídos. Nº de migrantes que acederam a este material de apoio. Avaliação de satisfação da população migrante.	Centro de Saúde; IEFP; Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas; Juntas de Freguesia; GNR; SEF; ACT
		3. Traduzir, imprimir e distribuir o “Kit de Acolhimento ao Cidadão Migrante em Odemira”, com a colaboração das entidades públicas e privadas.	2	Levantamento das necessidades de impressão e distribuição em cada serviço. Identificar as eventuais atualizações necessárias. Identificar as línguas em que a tradução seja mais pertinente no	Nº de etapas realizadas com sucesso. Nº de Kits distribuídos. Nº de migrantes que acederam a este material de apoio. Avaliação de	Município de Odemira; Segurança Social; Centro de Saúde; IEFP; Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas; GNR; Juntas de Freguesia; TAIPA; ACT

Área 1: Serviços de acolhimento e integração						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
				presente. Imprimir, divulgar e distribuir traduções do “Kit de Acolhimento ao migrante”.	satisfação da população migrante.	
	1.2. Agilizar o processo de regularização dos nacionais de países terceiros, através da articulação com as empresas que contratam NPT	4. Dar continuidade à iniciativa “SEF em Movimento” Orientar o contexto da iniciativa para empresas que solicitem esse apoio (e não empresas prestadoras de serviços ilícitas), integrando esclarecimento sobre a contratação legal de cidadãos estrangeiros	1	Realizar 4 deslocações anuais da iniciativa “SEF em Movimento” ao concelho	Nº de migrantes que beneficiaram desta iniciativa. Nº de empresas envolvidas neste processo.	AHSA; SEF; Empresas
	1.3. Assegurar a continuidade do funcionamento do CLAIM, através de uma intervenção descentralizada e itinerante	5. Assegurar respostas de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos cidadãos NPT	2	Garantir resposta às necessidades/solicitações de atendimento no tempo máximo de 5 dias	Tempo entre as solicitações ou necessidades identificadas e a realização dos atendimentos.	TAIPA
		6. Articulação com o Gabinete de Apoio ao Emprego do	1	Procedimentos de articulação	Existência de procedimentos	TAIPA e Município de Odemira

Área 1: Serviços de acolhimento e integração						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
		Município de Odemira		definidos	validados.	
Promover a integração dos cidadãos migrantes NPT de forma harmoniosa e progressiva, valorizando a sua cultura e facilitando o acesso à cultura da sociedade de acolhimento	1.4. Valorizar a cultura de origem dos cidadãos migrantes NPT	7. Comemoração do Dia da Interculturalidade (2018 e 2019)	2	2 vezes (2018 e 2019)	Nº de comemorações do Dia da Interculturalidade. Nº de participantes nas comemorações do Dia da Interculturalidade.	Município de Odemira; parceiros a designar
		8. Dar continuidade à realização de workshops e eventos culturais (enquadrados no “Projeto Giramundo”)	1	Garantir 4 realizações anuais	Nº de workshops e eventos culturais realizados. Nº de participantes nos eventos e workshops.	Projeto Giramundo (Entidade Executora: TAIPA)
	1.5. Divulgar e valorizar a cultura portuguesa junto da população migrante	9. Divulgação de filmes que retratam e valorizam o território, património e cultura da comunidade de acolhimento (nacional e local), como os produzidos pelo Município, Projeto Giramundo ou Turismo Alentejo.	1	Divulgar os materiais recolhidos junto de parceiros, de modo a garantir que sejam integrados, anualmente, em 4 eventos	Nº de média compilados. Nº de sessões de divulgação. Nº de utilizações dos materiais compilados.	Município de Odemira (em articulação com outros projetos e entidades responsáveis pela produção dos media)

Área 1: Serviços de acolhimento e integração						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
		<p>Compilar, organizar e divulgar a informação, disponibilizando a mesma através de site e outras aplicações</p> <p>10. Divulgar, através de articulação com o boletim mensal do Projeto Giramundo, junto das empresas, eventos culturais nas empresas, garantindo as condições logísticas necessárias para a participação dos migrantes.</p> <p>Sempre que possível, contemplar a expressão das comunidades migrantes nos eventos culturais locais, dando visibilidade à diversidade cultural, na programação cultural do Concelho de Odemira.</p>	1	2 eventos anuais que espelhem a diversidade cultural existente no território (excetuando-se o Dia da Interculturalidade)	<p>Nº de eventos realizados.</p> <p>Nº de participantes nos eventos.</p>	Município de Odemira; Projeto Giramundo

Urbanismo e habitação

Área 2: Urbanismo e habitação

Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Melhorar as condições de habitabilidade das habitações onde residem cidadãos migrantes NPT	2.1. Sensibilizar e esclarecer os migrantes das regras e apoios inerentes ao arrendamento	<p>11. Informar os cidadãos migrantes sobre os direitos/ deveres em situação de arrendatários</p> <p>Traduzir (em 3 línguas), imprimir e distribuir flyer que constitua suporte informativo relativo a estes direitos e deveres</p>	2	<p>Garantir a distribuição de 2000 flyers informativos.</p> <p>Levantamento das necessidades de impressão e distribuição do flyer.</p> <p>Identificadas as eventuais atualizações necessárias e línguas pertinentes para tradução.</p> <p>Imprimir, divulgar e distribuir os flyers informativos.</p>	<p>Nº de flyers distribuídos</p> <p>Nº de migrantes NPT que obtiveram a informação através das Juntas de Freguesia e do Município.</p> <p>Nº de etapas concluídas com sucesso.</p>	Município de Odemira; Juntas de Freguesia
	2.2. Sensibilizar e esclarecer os migrantes das regras e apoios	12. Tradução (em 3 línguas), impressão e	3	2	<p>Garantir a distribuição de</p>	<p>Nº de flyers distribuídos</p>

Área 2: Urbanismo e habitação

Objetivos estratégicos/ gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
	disponibilizados pelo Município de Odemira	distribuição de materiais de informação sobre “Apoio a melhorias habitacionais” e “Apoio ao arrendamento”.		2000 flyers informativos. Levantamento das necessidades de impressão e distribuição do material informativo. Identificadas as eventuais atualizações necessárias e línguas pertinentes para tradução. Imprimir, divulgar e distribuir o material informativo.	Nº de cidadãos NPT que obtiveram a informação através das Juntas de Freguesia e do Município. Nº de etapas concluídas com sucesso.	de Freguesia
	2.3. Informar e sensibilizar senhorios e cidadãos NPT e os senhorios para o enquadramento legal e as vantagens de contrair um	13. Informar e sensibilizar os proprietários das habitações sobre as regras básicas necessárias para que existam	1	Garantir informação a 20 proprietários de habitações para arrendar.	Nº de ações de informação realizadas. Nº de proprietários	Juntas de Freguesia e Município de Odemira

Área 2: Urbanismo e habitação						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
	contrato de arrendamento	condições de habitabilidade.		Levantamento das necessidades de impressão e distribuição do material informativo. Prodzir, imprimir e divulgar o material informativo.	de habitações que participam nas sessões de informação.	

Mercado de trabalho e empreendedorismo

Área 3: Mercado de trabalho e empreendedorismo						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos migrantes NPT e as suas competências e recursos, favorecendo a sua fixação	3.1. Promover o ensino da língua portuguesa nas entidades empregadoras	14. Realização de formação inicial em língua portuguesa	1	8 formações	Nº de ações de formação realizadas Nº de cidadãos NPT	IEFP; Empresas; entidades formadoras; (em articulação com a TAIPA)

Área 3: Mercado de trabalho e empreendedorismo

Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
					que adquiriram competências em língua portuguesa	
	3.2. Garantir aos cidadãos NPT o conhecimento dos direitos e deveres laborais	15. Distribuição de kits de acolhimento traduzidos, nas empresas e em outros locais do território (nomeadamente, CLAIM, Escolas, Juntas de Freguesia, Segurança Social, GNR)	1	Levantamento das necessidades de distribuição em cada serviço. Identificadas as eventuais atualizações necessárias.	<p>Nº de migrantes que melhoraram o nível de conhecimento sobre direitos e deveres laborais</p> <p>Nº de etapas realizadas com sucesso.</p> <p>Nº de Kits distribuídos.</p> <p>Nº de migrantes que acederam a este material de apoio.</p> <p>Avaliação de satisfação da população migrante.</p>	Município de Odemira; Empresas; CLAIM; Escolas; Juntas de Freguesia; Segurança Social; GNR

Área 3: Mercado de trabalho e empreendedorismo						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
	3.3 Melhorar as condições para os cidadãos NPT criarem o seu próprio emprego (capacitar e apoiar migrantes empreendedores)	16. Facilitar à população migrante o acesso ao Programa de estímulo ao empreendedorismo, “Odemira Empreende” (informação de divulgação a incluir no “Kit de Acolhimento ao migrante”)	1	Distribuição de informação sobre o Programa “Odemira Empreende”	Nº de cidadãos NPT que aderem ao “Odemira Empreende”. Nº de cidadãos NPT que manifestam interesse em aderirem ao “Odemira Empreende”.	Município de Odemira; Juntas Freguesias; Representantes dos migrantes; TAIPA

Educação e língua

Área 5: Educação e língua						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Garantir o acesso à aprendizagem e melhorar o domínio da língua portuguesa	5.1. Melhorar a acessibilidade e aumentar a abrangência do ensino da língua portuguesa para cidadãos NPT (adultos)	14. Realização de formação inicial em língua portuguesa (<i>já referida anteriormente</i>)	1	8 formações	Nº de ações de formação realizadas	IEFP; Empresas; entidades formadoras; (em articulação com a

Área 5: Educação e língua						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
					Nº de cidadãos NPT que adquiriram competências em língua portuguesa	TAIPA)
	5.2. Melhorar as estratégias que promovem o acolhimento e a integração de alunos estrangeiros	17. Reforçar o ensino de português (PLNM) nas escolas	1	Negociar/sensibilizar todos os agrupamentos e estrutura regional para este investimento		Município de Odemira; Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas; DGESTE
		18. Elaborar, traduzir e divulgação do “Guião de Acolhimento ao Aluno e ao Encarregado de Educação Migrante”	2	<p>Levantamento das necessidades de impressão e distribuição em cada serviço.</p> <p>Identificar as línguas em que a tradução seja mais pertinente no presente.</p> <p>Traduzir, publicar e divulgar o “Guião de Acolhimento ao Aluno</p>	<p>Nº de exemplares do “Guião (...)” distribuídos em cada estabelecimento de ensino</p> <p>Nº de sessões de divulgação realizadas</p> <p>Grau de satisfação dos alunos e encarregados de</p>	Município de Odemira; Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas; CLAIM

Área 5: Educação e língua						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
				e ao Encarregado de Educação Migrante” Realizar 5 sessões de divulgação junto da comunidade escolar	educação migrantes NPT	
	5.3 Promover a integração dos alunos de diferentes nacionalidades	19. Realização de atividades que integrem a dimensão da interculturalidade, com alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo, nos agrupamentos de escolas. Privilegiando onde se regista uma maior presença de filhos de cidadãos migrantes NPT. Trabalhar junto dos agrupamentos, sensibilizando os docentes para a continuidade ou reforço destas atividades.	1	5 ações por ano	Nº de ações realizadas	Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas; Município de Odemira; TAIPA; Associação Tic Tac

Saúde

Área 7: Saúde						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Ampliar e melhorar o acesso e a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos migrantes NPT	7.1 Capacitar os recursos humanos que realizam atendimento	20. Reunir regularmente e articular com os profissionais do Gabinete do Cidadão do Centro de Saúde de Odemira, sensibilizando-os para a temática da integração dos migrantes e o acesso dos mesmos aos serviços de saúde	1	Realizar duas reuniões de trabalho anuais	Nº reuniões realizadas	Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (USLA); Centro de Saúde; Município de Odemira
	7.2 Informar os cidadãos migrantes sobre os seus direitos e funcionamento do sistema de saúde português	21. Traduzir e publicar e divulgar, junto da população migrante, brochura informativa relativa ao funcionamento do SNS, garantindo um nível de informação essencial para o acesso aos serviços de saúde.	2	2000 brochuras distribuídas Levantamento das necessidades de impressão e distribuição em cada serviço. Identificar as línguas em que a	Nº de brochuras distribuídas Nº de migrantes que acederam à informação Nº de etapas realizadas com sucesso. Nº de brochuras	Centro de Saúde de Odemira; Juntas de Freguesia; Empresas; Município de Odemira

Área 7: Saúde						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
		Estes suportes informativos serão disponibilizados juntos dos serviços de saúde, juntas de freguesia e empresas.		tradução seja mais pertinente no presente. Traduzir, publicar e divulgar as brochuras informativas.	distribuída junto das empresas, Juntas de Freguesia e Extensões de Saúde Nível de satisfação da população migrante	
	7.3 Informar os cidadãos migrantes para a importância da prática de cuidados de saúde primários	22. Realização de ações de informação e sensibilização sobre vacinação e planeamento familiar, nos locais de trabalho	1	2 ações por ano	Nº de ações realizadas Nº de migrantes abrangidos	USLA; Centro de Saúde; Entidades empregadoras; Taipa; CPCJ
	7.4 Garantir a prestação de cuidados de saúde descentralizados a cidadãos NPT.	23.. Aumentar o n.º de rastreios no território (VIH, hepatite) e dinamização de ações de informação sobre as questões de saúde sexual e reprodutiva.	1	Protocolo entre o Município e a Associação para o Planeamento da Família (APF) - Alentejo, em funcionamento.	Nível de execução do protocolo.	APF; Município de Odemira; Direção Geral de Saúde

Solidariedade e resposta social

Área 8: Solidariedade e resposta social

Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Potenciar o acesso às medidas sociais existentes, no apoio a cidadãos migrantes NPT	8.1. Informar os cidadãos migrantes acerca dos apoios sociais existentes	24. Garantir, no “Kit de Acolhimento ao migrante”, informação relativa às respostas sociais existentes no território	1	Acréscimo de 10% de migrantes a usufruírem de apoios sociais	Variação do número de migrantes apoiados	Segurança Social; Município de Odemira

Cidadania e participação cívica

Área 9: Cidadania e participação cívica

Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Aumentar o nível de participação da comunidade migrante em atos cívicos e de cidadania	9.1 Aumentar a participação de migrantes em projetos de capacitação cívica	25. Dar continuidade à apresentação dos projetos existentes (nomeadamente, o “Growing Together” e o “Giramundo”.	1	6 eventos anuais que promovam a capacitação cívica	Nível de execução dos projetos a decorrerem no território	Município de Odemira; TAIPA; Empresas locais
	9.2 Sensibilizar para a importância do recenseamento eleitoral	26. Manter a sensibilização para a importância do recenseamento eleitoral	1	Manter a continuidade (em permanência) desta	Nº de Juntas de Freguesia envolvidas	Município de Odemira; Juntas de Freguesia; Empresas locais;

Área 9: Cidadania e participação cívica						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
		dos migrantes elegíveis, mobilizando as Juntas de Freguesia para estas ações.		sensibilização junto dos migrantes	Varição do nº de cidadãos migrantes recenseados	TAIPA
	9.3 Recolher opiniões/testemunhos dos cidadãos migrantes	27. Divulgação do correio eletrónico destinado a acolher as propostas dos migrantes para o concelho, nos sites do Município e das entidades parceiras	1	Receber 10 propostas de cidadãos migrantes	Nº de propostas recebidas Nº de propostas implementadas	Município de Odemira; entidades parceiras; Representantes dos migrantes;

Media e sensibilização da opinião pública

Área 10: Media e sensibilização da opinião pública						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover a inclusão de migrantes através dos órgãos de comunicação social e reconhecimento na comunidade da importância da sua	10.1 Divulgar o PMIM na comunidade	28. Melhorar a comunicação entre a CLI e a população migrante	1	Procedimentos de articulação e informação definidos	Procedimentos validados.	Município de Odemira; Empresas; líderes de grupos de migrantes
		29. Definição de um	1	Calendário definido	Evidências da	Órgãos de

Área 10: Media e sensibilização da opinião pública						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
integração		calendário para apresentação do Plano à comunidade		e implementado	implementação do calendário previsto.	comunicação social local; Município de Odemira; parceiros locais
	10.2 Sensibilizar a comunidade para a importância do tema da integração de migrantes	30. Realização de jornadas de reflexão sobre a temática da integração de migrantes, durante a implementação do Plano (2020)	1	Realização de 1 jornadas de reflexão e apresentação de resultados, aberta à participação da comunidade	Jornadas realizadas.	Município de Odemira; parceiros locais; comunidade

Racismo e discriminação

Área 11: Racismo e discriminação

Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Prevenir situações de racismo e discriminação	11.1 Valorizar a riqueza da diversidade cultural	<p>10. Divulgar, através de articulação com o boletim mensal do Projeto Giramundo, junto das empresas, eventos culturais nas empresas, garantindo as condições logísticas necessárias para a participação dos migrantes. <i>(Já referida anteriormente)</i></p> <p>Sempre que possível, contemplar a expressão das comunidades migrantes nos eventos culturais locais, dando visibilidade à diversidade cultural, na programação cultural do Concelho de Odemira.</p>	1	2 eventos anuais que espelhem a diversidade cultural existente no território (excetuando-se o Dia da Interculturalidade)	<p>Nº de eventos realizados.</p> <p>Nº de participantes nos eventos.</p>	Município de Odemira; Projeto Giramundo
		30. Realização de jornadas de reflexão	1	Realização de 1 jornadas de	Jornadas realizadas.	Município de Odemira; parceiros

Área 11: Racismo e discriminação

Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
		sobre a temática da integração de migrantes, durante a implementação do Plano (2020) <i>(Já referida anteriormente)</i>		reflexão e apresentação de resultados, aberta à participação da comunidade		locais; comunidade
	11.2. Sensibilizar os jovens da comunidade de acolhimento para a aceitação de todas as diferentes culturas	31. Envolver as entidades que desenvolvem a sua atividade com jovens, na sensibilização contra o racismo e a discriminação, através de reuniões de trabalho e reflexão, e desenvolvendo atividades que integrem a dimensão da interculturalidade	1	5 atividades realizadas anualmente (integrando a dimensão intercultural)	Nº de atividades realizadas (interculturalidade) Nº de jovens que participam nas ações realizadas	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas; TAIPA; GNR

Religião

Área 13: Religião						
Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos/operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover o respeito pela religião e cultura dos cidadãos migrantes NPT	13.1. Sensibilizar e permitir a celebração e partilha de momentos ecuménicos	32. Continuar a facilitar a comemoração de eventos ou épocas festivas, emblemáticas ou religiosas, de cada cultura (como tem sido realizado pelo Projeto "Giramundo")	1	Responder positivamente a, pelo menos, 80% das solicitações feitas pelas diferentes comunidades de migrantes	Percentagem de respostas positivas relativamente ao total das solicitações	Paróquias; "líderes das comunidades"; Empresas

Teoria da mudança

A construção da teoria da mudança é um procedimento central para clarificar o modelo de intervenção, compreender a sua lógica e clarificar a coerência da mesma. Para além disso, é um procedimento que ajuda a clarificar as questões de avaliação centradas em mudanças efetivamente produzidas.

Procurando acrescentar clareza estratégica de forma transversal e de longo prazo ao PMIM, optámos por integrar neste plano a teoria da mudança que a seguir se apresenta.

Pretende-se fazer aqui um retrato da visão estratégica implícita no PMIM de Odemira, não por área, mas sim de forma transversal, procurando espelhar a visão participada e de médio e longo prazo para a migração no concelho de Odemira.

Do ponto de vista da sua utilidade, pretende-se que estes conteúdos sintetizem o encadeamento de mudanças lógicas desejadas, espelhem uma visão política de longo prazo relativamente ao fenómeno das migrações no concelho e, por último, que possam servir para orientar uma futura avaliação de impactos resultantes do caminho percorrido na implementação de planos de integração de migrantes circunscritos a intervalos temporais de três anos.

Atividades	Resultados (Outputs)	Efeitos (Outcomes)	Impactos
Capacitação dos migrantes	Migrantes com competências adquiridas	Autonomia crescente da população migrante	Sentimentos de pertença mútuos
Criação de respostas para problemas específicos	Elementos culturais conhecidos e reconhecidos pela comunidade	Acesso garantido a serviços e respostas existentes no território	Reconhecimento pela comunidade da importância da população migrante no território
Facilitação do acesso a respostas e serviços (pela proximidade e informação)	Agilização da utilização de respostas e serviços por parte da população migrante	Valorização da diversidade cultural (pela comunidade que acolhe e pelos próprios migrantes)	Saldo demográfico positivo
Possibilidade de manifestação pública de elementos culturais	Sociedade de acolhimento mais tolerante	Sociedade culturalmente diversificada (de forma crescente)	Desenvolvimento económico do território
Ações promotoras de momentos de interculturalidade	Migrantes dominam crescentemente a cultura da sociedade de acolhimento	Comunidade (pessoas, grupos e entidades participam nos processos de acolhimento e integração da população migrante	Cidadãos integrados (migrantes)
Sensibilização da comunidade (grupos e entidades) para a importância do combate ao racismo e discriminação	Melhorias no domínio da língua		
Garantir informação fundamental para acesso e funcionamento	Migrantes munidos de níveis crescentes de empregabilidade	Cidadãos participativos	

<p>a serviços</p> <p>Garantir informação fundamental relativa a direitos e deveres</p> <p>Aprendizagem da língua</p>	<p>Cidadãos informados e envolvidos (migrantes)</p>	<p>(migrantes)</p>	
--	---	--------------------	--

Modelo de Monitorização e Avaliação

O modelo de monitorização e avaliação do presente PMIM terá duas vertentes.

Na sua dimensão de monitorização serão utilizados os indicadores definidos na dimensão operacional e estratégica. A monitorização resultante da comparação entre o esperado e o executado ou alcançado será feita semestralmente com a recolha e organização dos indicadores previstos e verificação de evidências que demonstrem se as metas previstas foram ou não alcançadas. Podendo, caso se justifique identificar alternativas e reformulações a introduzir em algumas das medidas, caso se verifique uma alteração do contexto de intervenção ou a evidência de que as metas previstas não serão alcançadas.

Na sua dimensão avaliativa, o atual PMIM propõe-se a avaliação (anual) através das doze questões de avaliação identificadas no quadro seguinte, as quais se encontram organizadas em sete dimensões de análise.

Questões de avaliação

Dimensões	Questões de avaliação	Indicadores	Fontes	Instrumentos/ métodos de recolha	Responsável pela recolha	Timing da recolha
Coerência	As medidas implementadas e os resultados alcançados são coerentes com os objetivos inicialmente definidos? Os resultados alcançados estão alinhados com Plano Estratégico para as Migrações?	Capacidade dos resultados alcançados gerarem as mudanças previstas nos objetivos. Alinhamento entre as mudanças produzidas e as mudanças desejadas no âmbito do PEM.	Relatórios de atividade ou medida. Registos das mudanças previstas. Perceções dos dirigentes. Perceções dos técnicos.	Análise documental. Entrevistas.	Coordenadora do PMIM	Anualmente
Pertinência	Os objetivos e resultados esperados contribuíram para resolver os problemas inicialmente diagnosticados?	Capacidade das mudanças produzidas inverterem ou minimizarem os problemas diagnosticados.	Relatórios de atividade ou medida. Registos das mudanças previstas. PMIM	Análise documental	Coordenadora do PMIM	Anualmente
Eficácia	Os objetivos previstos foram	Taxa de concretização de	Registos das mudanças previstas.	Análise documental	Coordenadora do PMIM	Anualmente

	alcançados? Foram produzidas mais-valias junto de todos os grupos ou entidades previstas?	objetivos previstos. Percentagem dos grupos abrangidos relativamente aos grupos previstos.	PMIM Perceções da população migrante	Entrevistas		
Eficiência	Os resultados produzidos com a implementação do PMIM, implicaram um consumo ajustado de recursos?	Rácio entre a natureza e volume das mudanças vs o nível de recursos consumidos.	Registos dos recursos consumidos Evidências das mudanças produzidas	Análise documental	Coordenadora do PMIM	Anualmente
Impacto	A implementação do PMIM gerou mais valias de longo prazo na qualidade de vida dos migrantes? Que mudanças são expectáveis no futuro na sequência dos resultados e objetivos concretizados através da implementação do PMIM?	Mudanças produzidas para além das diretamente garantidas pelas medidas do PMIM. Mudanças esperadas para além das diretamente garantidas pelas medidas do PMIM.	Perceções da população migrante Perceções dos dirigentes. Perceções dos técnicos. Registos de acompanhamento dos beneficiários das medidas	Análise documental Entrevistas Focus group	Coordenadora do PMIM	Anualmente
Sustentabilidade	As mais-valias geradas junto da população migrante têm condições para se manterem após a	Natureza das mudanças produzidas. Implicações permanentes que	Perceções da população migrante Perceções dos dirigentes.	Análise documental Entrevistas Focus group	Coordenadora do PMIM	Anualmente

	<p>implementação do PMIM 2018 – 2020?</p> <p>As respostas ou serviços criados, no âmbito da implementação do PMIM, têm condições para se manterem para lá de 2020?</p> <p>As parcerias criadas desenvolveram níveis de compromisso (formal ou não) que se mantêm para lá da implementação do Plano?</p>	<p>estas mudanças tiveram no quotidiano dos seus beneficiários.</p> <p>Existência de contratualização a médio/ longo prazo dos serviços criados.</p> <p>Existência de contratualização a médio/ longo prazo dos serviços criados ou procedimentos adoptados.</p>	<p>Perceções dos técnicos.</p> <p>Registos de acompanhamento dos beneficiários das medidas</p>			
<p>Equidade</p>	<p>As mais valias produzidas pela implementação do PMIM atingiram os diversos grupos de migrantes do concelho? Ou criaram ou acentuaram alguma diferenciação?</p>	<p>Abrangência e diversidade dos grupos que beneficiaram das mais valias produzidas pelo PMIM.</p>	<p>Registos da implementação das medidas</p> <p>Perceção dos migrantes</p> <p>Processos de acompanhamento aos beneficiários</p>	<p>Análise documental</p> <p>Entrevistas</p>	<p>Coordenadora do PMIM</p>	<p>Anualmente</p>



Modelo de Governação

Quando olhamos para a governação a nível local, num processo como o de conceção, implementação e monitorização e avaliação do PMIM de Odemira, a abrangência da participação é muito significativa, podendo envolver todos os quadrantes da sociedade civil em torno de objetivos comuns. Referimo-nos a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais, incluindo-se “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais e associações de diversos tipos” (Santos, 1997, p. 342). Falamos de práticas democráticas, pautadas pelo protagonismo local e assentes na horizontalidade, onde se inserem os detentores da decisão política local, como parceiros. Atores envolvidos numa mesma missão, em estratégias conjuntas, unindo esforços e recursos, com o objetivo de melhorar situações previamente diagnosticadas. Esta abordagem permite chegar a soluções mais discutidas e pensadas, a um maior compromisso geral que decorre do maior envolvimento dos participantes.

O desenvolvimento de práticas colaborativas, instituídas para alcançar mudanças e alterações no que está instituído, implica mecanismos que visem a articulação e a coordenação destas ações conjuntas, de modo a que estas se pautem por critérios como a eficiência, a eficácia, a coerência e a pertinência. Neste tipo de abordagem é fundamental definir e distribuir responsabilidades no âmbito da gestão e condução do projeto, reforçadas por um Plano de Ação.

O Modelo de Governação subjacente ao Projeto “INTEGRA⁺”, terá como órgão de suporte a CLI, que se assume como grupo reflexivo, capaz de monitorizar/avaliar e proceder a pequenos ajustes, se necessário for.

A CLI, terá a flexibilidade de desenvolver a dimensão executiva do seu trabalho com elevados padrões de eficiência, evitando um funcionamento condicionado apenas por grupos de trabalho estanques, perante realidades que são multidimensionais e, na maioria dos casos transversais. Este aspeto, fundamental para o modelo de governação a adotar, será conteúdo específico que necessita de reflexão aprofundada no âmbito da CLI.

Lista de siglas

- ACT** – Autoridade para as Condições do Trabalho
- APF** – Associação para o Planeamento da Família
- AHSA** – Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur
- CLAII** – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
- CLAIM** – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
- CLI** – Comissão Local para a Interculturalidade
- CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- DDSC** – Divisão de Desenvolvimento Sócio Cultural do Município de Odemira
- DGAI** – Direção Geral da Administração Interna
- GAVA** – Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor
- GIP** – Gabinete de Inserção Profissional
- IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- NPT** – Nacionais de Países Terceiros
- NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- PEM** - Plano Estratégico para as Migrações
- PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PDM** – Plano Diretor Municipal
- PDS** – Plano de Desenvolvimento Social
- PLNM** – Português Língua Não Materna
- PMII** – Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
- PMIM** – Plano Municipal para a Integração de Migrantes
- PNSACV** – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- PPT** – Programa Português Para Todos
- RMAD** - Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
- RSI** – Rendimento Social de Inserção
- SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIG – Sistema de Informação Geográfica Municipal

SNS – Serviço Nacional de Saúde

UE – União Europeia

USLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano

Referências Bibliográficas e Eletrónicas

Anuário Estatístico da Região Alentejo 2016. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

Attali, J. (208). *Breve História do Futuro*. D. Quixote. Lisboa.

Carrilho, M. J., Figueiredo, M. C. (2006). Medidas de Discriminação Étnica em Portugal: Uma Análise Exploratória. *Revista de Estudos Demográficos*, 41.

Centros Locais de Apoio à Integração dos Migrantes (<http://www.acidi.gov.pt> › És Migrante? › Serviços)

Circular Informativa nº 12/DQS/DMD/07.05.09, Direção Geral de Saúde.

Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976.

Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, Ministério da Saúde.

Despacho nº 25360/2001, de 16 de novembro, Ministério da Saúde.

Despacho Normativo nº 7/2006, de 6 de fevereiro, Diário da República, 1ª Série, nº 26.

Elegibilidade para as Eleições Autárquicas, Declaração nº 4/2013, de 24 de junho, Diário da República, 1ª Série, nº 119.

Equipa K’CIDADE, GPS, (2007). *Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projectos de Intervenção Comunitária*. K’CIDADE.

Fonseca, M. L. (2008). *Imigração, Diversidade e Novas Paisagens Étnicas e Culturais, Portugal: Percursos de Interculturalidade, 2*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Hortas, M. J. (2013). *Educação e Imigração: A Integração dos Alunos Imigrantes nas Escolas do Ensino Básico do Centro Histórico de Lisboa*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Imigração em Portugal – Vantagens e Desvantagens da Imigração (http://imigracaononossopais.blogspot.pt/2008/05/vantagens-e-desvantagens-daimigrao_19.html).

Índice dos Municípios Amigos da Imigração e da Diversidade (2014). Alto Comissariado para as Migrações. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (<https://www.ine.pt/>).

Integração Escolar das Crianças Imigrantes na Europa (2009). Agência de execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA P9 Eurydice) (<http://dgeec.mec.pt>).

Leal, M., Sanches, I. (2014). Português para Todos: A aprendizagem da Língua Portuguesa como Facilitadora da Interculturalidade e da Inclusão Social e Educativa. *Revista Lusófona*, 27.

Lei de Bases da Segurança Social, Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro.

Machado, C. (2011). Os imigrantes no concelho de Odemira. (\\Xeon\gise\2- Infos sobre a população\e) Mobilidades -Imigração).

Malheiros, J. (Coord), Fonseca, L. (Coord), Latoeira, C., Carmo, A., Esteves, A., Estêvão, M., Mcgarrigle, J., Moreno, L., Pereira, S., Ramos, J., Serra, N., Torres, Y. (2011). *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Malheiros, J. (2010). *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade – Manual para Técnicos/as*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Malheiros, J. (Coord), Esteves, A. (Coord), Rodrigues, F., Estêvão, M., Mapril, J., Afonso, C. (2013). *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal – Desafios e Potencialidades*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.

Metodologia Spiral (<https://spiral.aws.int/tiki-index.php?page=>)

Nunes, C.. *Avaliação de Projetos*. Instituto de Educação Universidade de Lisboa.

Ofício Circular/OGIDC/2011/GD/7.

Olímpio, M. (2001), Texto de Apoio sobre Planeamento Estratégico Aplicado às Organizações sem Fins Lucrativos, 2001, Universidade de Évora, (http://home.uevora.pt/~mosantos/download/PlaneamEstrategONGS_2_8Jul11.pdf).

Oliveira, C. (Coord), Gomes, N. (2014). *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal – Relatório Decenal*. Observatório da Imigração, Alto Comissariado para as Migrações. Lisboa.

Os Imigrantes no Concelho de Odemira (2011). Gabinete de Investigação Socioeconómica. Município de Odemira.

Peixoto, J. (2008). Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal e Tendências Recentes. *Revista Migrações*. Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.

Peixoto, J. (Coord), Marçalo, C., Tolentino, N. (2011). *Imigrantes e a Segurança Social em Portugal*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020. Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

PORDATA (www.pordata.pt/).

Programa Português para Todos (<https://www.iefp.pt/programa-ppt-portugues-para-todos>).

Projecto de Regulamento Municipal de Gestão das Habitações Sociais, Regulamento n.º 44/2009 Diário da República, 2.ª série, N.º 13, 20 de Janeiro de 2009.

Projecto de Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes, Diário da República, Apêndice nº 162, II Série, N.º 175, de 28 de novembro de 2000.

Projeto de Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio ao Arrendamento, Regulamento nº 386/2009, Diário da República, 2.ª série, N.º 182, de 18 de Setembro de 2009.

Quaresma, A. (1989). *Odemira – subsídios para uma Monografia*. Câmara Municipal de Odemira.

Quaresma, A. (2006). *Odemira Histórica – estudos e documentos*. Câmara Municipal de Odemira.

Regulamento para Cartão Social Municipal, Regulamento nº 347/2009, de 11 de agosto, Diário da República, 2.ª série — N.º 154 — 11 de Agosto de 2009.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Sefstat – Portal de Estatística (<https://sefstat.sef.pt/>).

Silva, M., Gonçalves, C. (2011). *Diversidade Linguística no Sistema Educativo Português: Necessidades e Práticas Pedagógicas nos Ensinos Básico e Secundário*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Valadas, C., Góis, P., Marques, J. C. (2014). *Quando o Trabalho Desaparece: Imigrantes em Situação de Desemprego em Portugal*. Alto Comissariado para as Migrações. Lisboa.

Vilhena, J. (2013). *Acupunctura em Odemira: duzentos anos de Arqueologia no vale do Mira*. Colóquio Ignorância e Esquecimento. Odemira.

Anexos

- Inquérito aplicado online
- Template utilizado no 1º workshop
- Guião de entrevista
- Tabelas para recolha de dados a nível local

INTRODUÇÃO

O presente questionário enquadra-se no processo de elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2ª Geração (2018/2020) do concelho de Odemira, a desenvolver pelo Município de Odemira e a Comissão Local para a Interculturalidade, em parceria com a Logframe, com o apoio do Alto-Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) e do FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração).

A opinião que as organizações e atores locais têm sobre o processo de acolhimento e integração é fundamental para a fase de conceção do Plano, de forma a ajustar a dimensão estratégica e operacional do mesmo, às expectativas e necessidades da população migrante e dos parceiros locais relevantes nesta matéria.

Pedimos-lhe que responda apenas às questões relativas às áreas sobre as quais tem uma perceção ou opinião concreta, caso não seja o caso, deixe a questão em branco e passe para a pergunta seguinte.

Toda a informação que disponibilizar será confidencial e apenas servirá os propósitos enunciados.

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade para colaborar neste processo,
Município de Odemira
Comissão Local para a Interculturalidade
Equipa da Logframe

CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

Nesta página do questionário pretende-se recolher informação que permita caracterizar a organização/parceiro inquirido.

* 1. Diga-nos qual é a sua organização/ instituição/ entidade:

* 2. Qual a função que desempenha na sua organização/ instituição/ entidade?

3. A sua organização trabalha diretamente com migrantes?

Sim

Não

4. A sua organização participou ativamente no desenho do anterior Plano Municipal para a Integração de Imigrantes?

Sim

Não

Não sei

5. A sua organização participou ativamente na execução do anterior Plano Municipal para a Integração de Imigrantes?

Sim

Não

Não sei

6. Considera este tipo de plano um instrumento importante para quem trabalha na área das migrações no Concelho de Odemira?

Sim

Medianamente

Não

MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Nesta página do questionário pretende-se aferir questões sobre a dimensão do emprego/trabalho, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

7. Considera a área do emprego/trabalho e empreendedorismo uma área prioritária no trabalho com migrantes em Odemira?

- Sim
- Medianamente
- Não

8. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área do mercado de trabalho e empreendedorismo para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

9. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área do mercado de trabalho e empreendedorismo, para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E LÍNGUA PORTUGUESA

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação em matéria de educação, formação e conhecimento da língua portuguesa, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

10. Considera a área da Educação, Formação e Língua Portuguesa uma área prioritária no trabalho com migrantes, em Odemira?

- Sim
- Medianamente
- Não

11. Qual a sua perceção sobre o nível de conhecimento/domínio médio da língua portuguesa da população migrante, em Odemira?

Nulo	Fraco	Suficiente	Bom	Muito bom
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Como caracteriza a situação ao nível local no que diz respeito a:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom
Processo de reconhecimento/equivalência de habilitações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajustamento entre qualificações e atividade profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajustamento entre qualificações e remuneração salarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso ao sistema de ensino e formação português	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a formação em língua portuguesa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a formação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoios específicos na área da educação e formação (eg. bolsas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área da educação, formação e conhecimento da língua portuguesa para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

14. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área da educação, formação e conhecimento da língua portuguesa, para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação em matéria de acesso à saúde e proteção social, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

15. Considera a área do acesso à saúde e proteção social uma área prioritária no trabalho com migrantes em Odemira?

- Sim
- Medianamente
- Não

16. Como caracteriza a situação dos migrantes ao nível local no que diz respeito a:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom
Acesso a cuidados primários de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a cuidados hospitalares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a cuidados continuados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a benefícios sociais pecuniários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a respostas sociais (equipamentos sociais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a informação (útil à sua integração)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do atendimento (à população migrante)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de conhecimento das regras de acesso aos serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. Tem conhecimento de situações de discriminação nos sistemas de saúde e proteção social portugueses, para com migrantes em Odemira?

Sim

Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

18. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área do acesso à saúde e proteção social para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

19. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área do acesso à saúde e proteção social, para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação em matéria de cidadania e participação cívica, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

20. Considera a área da cidadania e participação cívica uma área prioritária no trabalho com migrantes em Odemira?

- Sim
- Medianamente
- Não

21. Como caracteriza a situação dos migrantes em Odemira no que diz respeito a:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito bom
Informação sobre o sistema eleitoral português	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecimento da forma como os partidos políticos tratam as questões de migração em Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de adesão a um partido político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forma como, ao nível local, os partidos políticos tratam as questões da migração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de adesão a uma associação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de criação de uma associação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forma como as associações e entidades locais contribuem para a integração dos migrantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área da cidadania e participação cívica, para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

23. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área da cidadania e participação cívica, para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

HABITAÇÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de habitação, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

24. Considera a área da habitação uma área prioritária no trabalho com migrantes em Odemira?

- Sim
 Medianamente
 Não

25. Como caracteriza a nível local a situação face a:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom
Aquisição de habitação própria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arrendamento de habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a habitação social/habitação a custos controlados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade e conforto habitacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relações de vizinhança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade e manutenção dos espaços comuns (junto às zonas de habitação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade dos espaços envolventes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

26. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área da habitação para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

27. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área da habitação para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de acolhimento e integração, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

28. Considera a área do acolhimento e integração, uma área prioritária no trabalho com migrantes em Odemira?

- Sim
- Medianamente
- Não

29. Como classificaria o trabalho e serviços prestados pelas seguintes entidades ao nível local:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Hospital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Câmara Municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Finanças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Registo civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tribunal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instituições de solidariedade social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Juntas de Freguesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CLAIM	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Escolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autoridade para as Condições do Trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

30. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área do acolhimento e integração para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

31. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área do acolhimento e integração, para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

RELIGIÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de práticas religiosas, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

32. Considera a área da religião, uma área prioritária no trabalho com migrantes em Odemira?

- Sim
- Medianamente
- Não

33. Existem lugares de culto próximos e adequados à prática religiosa dos migrantes?

- Sim
- Não

34. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área da religião, para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

35. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área da religião, para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de relações entre os *media* e a população migrante em Odemira, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

36. Considera a área dos *media* e sensibilização da opinião pública, uma área prioritária no trabalho com migrantes em Odemira?

- Sim
- Medianamente
- Não

37. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área dos *media* e sensibilização da opinião pública, para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

38. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área dos *media* e sensibilização da opinião pública, para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de racismo e discriminação, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

39. Considera a área do racismo e discriminação, uma área prioritária no trabalho com migrantes em Odemira?

- Sim
- Medianamente
- Não

40. Identifique o(s) problema(s) que considere mais relevante(s) nesta área do racismo e discriminação, para a população migrante em Odemira: (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

41. Existe alguma ação/projeto que considere relevante implementar nesta área do racismo e discriminação, para a população migrante em Odemira? (identifique até 3 mais relevantes)

1.

2.

3.

SUGESTÕES FINAIS

Nesta página do questionário pretende-se que o inquirido indique eventuais sugestões, melhorias e outras áreas relevantes a considerar na construção e execução do PMII 2018-2020.

42. Caso lhe pareça relevante, identifique outra área prioritária que não tenha sido abordada ao longo de todo o inquérito:

43. Caso tenha identificado alguma área prioritária na questão anterior, que tipo de ação/ projeto seria importante implementar nesse âmbito?

44. Atendendo à experiência de conceção e execução do anterior Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes, de Odemira, que sugestões deixaria para o atual processo em curso (elaboração do novo Plano)?

ODEMIRA - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Área (e nº da "estratégia")	COMO FAZER (OPERACIONALIZAR)	QUEM ESTÁ ENVOLVIDO (COM QUE PAPEL?)

Guião de entrevista

1. A migração no concelho de Odemira

Em 2016, Odemira era o 6º concelho de Portugal com maior percentagem de cidadãos estrangeiros no total da população (16,9%) (antecedida por Albufeira, Vila do Bispo, Lagos, Aljezur e Loulé).

1.1 Quais as principais oportunidades que este facto representa para o concelho / freguesia?

1.2 Quais os principais desafios que este facto representa para o concelho / freguesia?

2. PMI 2015-2017 e 2018-2020

No PMI anterior foram identificadas prioridades de ação, por áreas distintas, de acordo com os problemas/ constrangimentos identificados.

2.1 Quais considera terem sido as principais melhorias realizadas no território ao nível da integração e inclusão de migrantes (em que áreas / exemplos)?

2.2 Qual o seu impacto na população migrante/ na população residente/ nos serviços e entidades da comunidade

2.3 Qual / quais o/s problema/s (necessidades/ constrangimentos) que necessitam de maior investimento (financeiro, de competências, de pessoal...) para serem minorados/ solucionados

2.4 De que forma poderão ser solucionados

2.5 Que recursos poderão ser acionados

2.6 Considera que existiu/ existiram estratégias/ ações inovadoras no âmbito da integração e inclusão de migrantes no concelho (exemplos)?

2.7 Consegue identificar boas práticas no âmbito do PMI anterior (exemplos)?

2.8 A implementação do anterior PMIM influenciou alguma alteração na sua atividade (profissional)?

- Maior ou menor eficácia? A que nível?
- Novos procedimentos? Em que âmbito?
- Novas competências? Quais?
- Novas formas de relacionamento entre instituições/ entidades? Pode explicitar o que mudou?

2.9 Ao nível do trabalho desenvolvido com NPT, o que falta fazer no concelho de Odemira (o que produziria um maior impacto na melhoria do acolhimento e integração) (Algum tipo de resposta/ intervenção específica? Alguma nova forma de fazer?)

3. Monitorização do PMIM

3.1 Envolvimento e participação na concepção, execução e monitorização do Plano (existência/ satisfação)

3.2 Aspectos positivos

3.3 Sugestões de melhoria

4. Como vê no futuro o concelho de Odemira relativamente à população migrante?

5. Sugestões para o novo PMIM (que não tenham sido abordadas)

Notas: Prioridades de ação definidas para as diversas áreas, de acordo com os principais problemas identificados para o PMIM anterior (2015-2017):

Serviços de Acolhimento e Integração

- Aumento do n.º de serviços de apoio ao acolhimento e integração
- Disponibilização de informação institucional em outras línguas
- Descentralização dos serviços do SEF (celebração de protocolos com autarquia) para facilitar procedimentos de recepção e encaminhamento de pedidos de renovação de autorização de residência e respetivos títulos
- Disponibilização de kit de acolhimento com informações úteis
- Formação para funcionários de entidades públicas e privadas que realizam atendimento à população migrante
- Definição de procedimentos direcionado para as empresas empregadoras
- Reforço da rede de transportes públicos

Urbanismo e Habitação

- Melhoria das condições de habitabilidade de alguns alojamentos
- Informar as empresas sobre licenciamento e implementação de infraestruturas para habitações temporárias
- Aumento do n.º de contentores e serviço de recolha de lixo junto de empresas agrícolas

Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

- Aprendizagem da língua portuguesa para minimizar o impacto da barreira linguística
- Criação de novas respostas laborais para integração de migrantes
- (In)formação às empresas sobre direitos e deveres em matéria laboral
- (In)formação ao migrante sobre questões de legalidade

Educação e Língua

- Redução do abandono e absentismo escolar dos filhos de migrantes
- Promoção da participação dos encarregados de educação nas questões relacionadas com a escola
- Disponibilização de materiais pedagógicos de apoio aos docentes e aos alunos no âmbito da diversidade cultural
- Aumento da cobertura dos cursos de PPT no concelho

Capacitação e Formação / Cultura

- (foram identificados problemas, mas não foram considerados prioritários)

Saúde

- (In)formação sobre direitos no acesso à saúde
- Resolução da dificuldade de inscrição como utente / pagamento de taxas moderadoras
- (In)formação aos prestadores de cuidados de saúde primários sobre quais os direitos dos migrantes ilegais nesta área

Solidariedade e Resposta Social

- Reforço da necessidade de legalização dos migrantes para que estes tenham acesso a apoios sociais

Cidadania e Participação Cívica

- Constituição de uma associação de imigrantes no concelho
- Promoção / sensibilização do recenseamento da população migrante
- Promoção de eventos / ações regulares sobre o tema da interculturalidade

Media e Sensibilização da Opinião Pública

- (foram identificados problemas, mas não foram considerados prioritários)

Racismo e discriminação

- Promoção do convívio e partilha entre as diferentes culturas, com o objetivo de minimizar o efeito de isolamento e exclusão exercido pelas grandes comunidades de migrantes

Relações internacionais e Religião

- (foram identificados problemas, mas não foram considerados prioritários)

ÁREA: Solidariedade e Resposta Social

1. Nº de cidadãos estrangeiros que requereram o Cartão Social Municipal, nos anos de 2015, 2016 e 2017, segundo o país de origem e sexo.

País de origem	Ano de 2015			Ano de 2016			Ano de 2017		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

ÁREA: Urbanismo e Habitação

2. Nº de cidadãos estrangeiros que requereram os apoios sociais atribuídos pelo Município nos anos de 2015, 2016 e 2017, segundo o país de origem e sexo.

País de origem	Ano de 2015					
	Apoio ao arrendamento			Apoio a melhorias habitacionais		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

País de origem	Ano de 2016					
	Apoio ao arrendamento			Apoio a melhorias habitacionais		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

País de origem	Ano de 2017					
	Apoio ao arrendamento			Apoio a melhorias habitacionais		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

ÁREA:SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

1. Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo o seu país de origem, idade e sexo, durante o ano de 2017.

País de origem	Homens					Subtotal	Mulheres					Subtotal	HM Total
	Idade						Idade						
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55		18-24	25-34	35-44	45-55	+55		

2. Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM, segundo a sua nacionalidade e local de atendimento, durante o ano de 2017.

País de origem	Odemira	S. Teotónio	Longueira/ Almograve	Vila Nova de Milfontes	Outro local

3. Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAI/CLAIM, segundo o seu país de origem e motivo da sua deslocação ao CLAI/CLAIM, durante o ano de 2017.

País de origem	Motivo 1	Motivo 2	Motivo 3	Motivo 4

4. Nº de requerentes e de beneficiários do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVR), por país de origem, durante os anos de 2016 e 2017.

2016			2017		
País de origem	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários	País de origem	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários

ÁREA: SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

1. Nº de crianças e jovens sinalizados à CPCJ em 2017, segundo o seu país de origem e sexo.

País de origem	Ano de 2017		
	HM (Total)	H	M

2. Nº de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto, no ano de 2017, segundo a sua freguesia de residência.

Freguesia	Ano de 2017
Boavista dos Pinheiros	
Colos	
Longueira/Almograve	
Luzianes-Gare	
Relíquias	
Sabóia	
Santa Clara-a-Velha	
S. Luís	
S. Martinho das Amoreiras	
S. Salvador e Santa Maria	
S. Teotónio	
Vale de Santiago	
Vila Nova de Milfontes	

3. Principais problemáticas sinalizadas, por nº de crianças e jovens estrangeiros no ano de 2017.

Problemáticas	Ano de 2017
Abandono escolar	
Absentismo escolar	
Abandono	
Exposição a situações de violência doméstica	
Maus tratos	
Abuso sexual	
Prática de facto qualificado como crime	
Consumo de estupefacientes	
Ingestão de bebidas alcoólicas	
Exposição a modelos de comportamento desviante	
Negligência	
Exploração de trabalho infantil	
Outra 1:	
Outra 2:	
Outra 3:	

ÁREA: EDUCAÇÃO E LÍNGUA

Nota prévia: Caso os dados relativos ao ano letivo 2017/2018 não estejam disponíveis/sistematizados, solicita-se que as tabelas sejam preenchidas com os dados relativos ao ano letivo 2016/2017.

1. Nº total de alunos matriculados no ano letivo 2017/2018.

Níveis de ensino	Ano letivo 2017/2018		
	HM (Total)	H	M
Pré-Escolar			
Básico			
Secundário			

2. Nº de alunos estrangeiros matriculados nos anos letivos 2016/2017, segundo o seu país de origem e sexo.

País de origem	Ano letivo 2017/2018								
	Pré-Escolar			Ensino Básico			Ensino Secundário		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

3. Nº total de alunos retidos no Ensino Básico e no Ensino Secundário, no ano letivo de 2017/2018, por sexo.

Níveis de ensino	Ano letivo 2017/2018		
	HM (Total)	H	M
Básico			
Secundário			

4. Nº de alunos estrangeiros retidos no Ensino Básico e no Ensino Secundário, nos anos letivos de 2016/2017, segundo o seu país de origem e sexo.

País de origem	Ano letivo 2017/2018					
	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

5. Nº total de alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário que abandonaram o sistema de ensino no ano letivo de 2016/2017, por sexo.

Níveis de ensino	Ano letivo 2017/2018		
	HM (Total)	H	M
Básico			
Secundário			

6. Nº de alunos estrangeiros, do Ensino Básico e do Ensino Secundário, que abandonaram o sistema de ensino nos anos letivos de 2017/2018, segundo o país de origem e por sexo.

País de origem	Ano letivo 2017/2018					
	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

7. Nº de alunos estrangeiros matriculados na disciplina de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário nos anos letivos de 2017/2018, segundo o seu país de origem e por sexo.

País de origem	Ano letivo 2017/2018					
	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

8. Nº de docentes que lecionam a disciplina de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário e nº de horas semanal da disciplina, nos anos letivos de 2017/2018.

Níveis de ensino	Ano letivo 2017/2018	
	Nº Docentes PLNM	Nº horas/semana PLNM
Básico		
Secundário		

9. Nº de encarregados de educação estrangeiros presentes em reuniões, com a Educadora de Infância/Professor(a) Titular de Turma/Diretor(a) de Turma, nos anos letivos de 2017/2018, segundo o seu país de origem.

País de origem	Ano letivo 2017/2018		
	Pré-Escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário

10. Nº de encarregados de educação estrangeiros que integram os órgãos consultivos e desempenham cargos nas escolas nos anos letivos de 2017/2018, segundo o seu país de origem.

País de origem	Ano letivo 2017/2018		
	Conselho Pedagógico	Conselho Geral	Representante de Pais

11. Nº de encarregados de educação estrangeiros que nos anos letivos de 2017/2018, pertenceram ou pertencem aos órgãos sociais das associações de pais, segundo o seu país de origem.

País de origem	Ano letivo 2017/2018

ÁREA: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

1. Nº de trabalhadores estrangeiros, segundo o seu país de origem, grupo etário e sexo, à data do fim do mês de junho de 2018.

País de origem	Homens					Subtotal	Mulheres					Subtotal	HM (Total)
	Idade						Idade						
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55		18-24	25-34	35-44	45-55	+55		

2. Nº de trabalhadores estrangeiros, segundo o seu país de origem e habilitações escolares, à data do fim do mês de junho de 2018.

País de origem	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Médio/Bacharelato	Licenciatura	Outra

3. Nº de trabalhadores estrangeiros temporários recrutados em 2017, por nacionalidade.

País de origem	Ano de 2017

ÁREA: URBANISMO E HABITAÇÃO

1. Nº de trabalhadores residentes em alojamentos **não clássicos**, segundo a nacionalidade, à data do fim do mês de junho de 2018.

País de origem	Nº trabalhadores em alojamento não clássico

Nota: Só se considera como alojamento clássico o apartamento e a moradia.

ÁREA: Relações Internacionais

1. Nº de ações dinamizadas com os países de origem dos trabalhadores no ano de 2017.

País de origem	Ano de 2017		
	Negócios	Contratação de trabalhadores	Outro tipo de ação

ÁREA: RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

1. Nº de cidadãos estrangeiros que solicitaram apoio, como vítimas, segundo o seu país de origem e sexo, no ano de 2017.

2017			
Vítimas			
País de origem	HM Total	H	M

2. Nº de cidadãos estrangeiros que solicitaram apoio como vítimas, segundo o seu país de origem, face à sua situação profissional, no ano de 2017.

País de origem	Ano de 2017			
	Desempregado	Empregado	Incapacitado para o trabalho	Doméstica

3. Nº de cidadãos estrangeiros que sofreram de discriminação racial, segundo o seu país de origem e o sexo no ano de 2017.

País de origem	Ano de 2017		
	Vítima de discriminação racial		
	HM (Total)	H	M

ÁREA: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

1. Nº de Declarações da composição do Agregado Familiar/Atestados de Residência emitidos, a cidadãos estrangeiros, pela Junta de Freguesia no ano de 2017, segundo o seu país de origem e o sexo.

País de Origem	Ano de 2017					
	Atestados de Residência			Declarações da composição do Agregado Familiar		
	HM (Total)	H	M	HM (Total)	H	M

ÁREA: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

1. Nº de cidadãos estrangeiros eleitos nas Eleições Autárquicas de 2017, segundo o seu país de origem e sexo.

País de origem dos eleitos (estrangeiros)	Eleições Autárquicas 2017		
	HM (Total)	H	M

ÁREA: EDUCAÇÃO E LÍNGUA

1. Nº de cidadãos estrangeiros abrangidos na formação PPT, ou outra formação dentro da mesma tipologia, com outra designação, segundo o seu país de origem e sexo, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

País de origem	Ano 2015								
	PPT			(1)			(2)		
	HM Total	H	M	HM Total	H	M	HM Total	H	M

País de origem	Ano 2016								
	PPT			(3)			(4)		
	HM Total	H	M	HM Total	H	M	HM Total	H	M

Nota: Registrar a designação dos cursos de aprendizagem da língua portuguesa nos espaços abaixo:

(1) _____

(2) _____

(3) _____

(4) _____

País de origem	Ano 2017								
	PPT			(5)			(6)		
	HM Total	H	M	HM Total	H	M	HM Total	H	M

(5) _____

(6) _____

2. Nº de cidadãos estrangeiros que concluíram a formação de aprendizagem de língua portuguesa, segundo o seu país de origem e sexo, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

País de origem	Ano 2015								
	PPT			(1)			(2)		
	HM Total	H	M	HM Total	H	M	HM Total	H	M

País de origem	Ano 2016								
	PPT			(3)			(4)		
	HM Total	H	M	HM Total	H	M	HM Total	H	M

Nota: Registrar a designação dos cursos de aprendizagem da língua portuguesa nos espaços abaixo:

(1) _____
 (2) _____

(3) _____
 (4) _____

País de origem	Ano 2017								
	PPT			(5)			(6)		
	HM Total	H	M	HM Total	H	M	HM Total	H	M

(5) _____

(6) _____

ÁREA: Solidariedade e Resposta Social

1. Nº de beneficiários estrangeiros com prestações de desemprego no ano de 2017, segundo o seu país de origem e o sexo, no concelho de Odemira.

País de origem	Ano 2017		
	HM (Total)	H	M

2. Nº de beneficiários estrangeiros com processamento de RSI, no ano de 2017, segundo o seu país de origem e o sexo, no concelho de Odemira.

País de origem	Ano 2017		
	HM (Total)	H	M

3. Nº de requerentes estrangeiros com abono de família, segundo o seu país de origem, no ano de 2017, no concelho de Odemira.

País de origem	Ano 2017		
	HM (Total)	H	M

ÁREA: Saúde

1. Nº de Cartões de Utente atribuídos a cidadãos estrangeiros, segundo o seu país de origem e o sexo no ano de 2017.

País de origem	Ano 2017		
	HM (Total)	H	M

2. Nº de “Inscrições Provisórias” efetuadas a cidadãos estrangeiros, no ano de 2017, segundo o seu país de origem e o sexo.

País de origem	Ano 2017		
	HM (Total)	H	M

3. Nº de consultas efetuadas, por especialidade, e outros serviços de saúde prestados a cidadãos estrangeiros, segundo o seu país de origem, no ano de 2017.

País de origem	Consultas de especialidade e outros serviços de saúde prestados - 2017						
	Planeamento Familiar	Saúde Infantil	Atendimento social	Psicologia	Medicina Geral e Familiar	Saúde Oral	Preparação para o parto

4. Nº de consultas efetuadas, por especialidade e outros serviços de saúde prestados a cidadãos estrangeiros, segundo o seu país de origem, no ano de 2017.

País de origem	Consultas de especialidade e outros serviços de saúde prestados - 2017						
	Planeamento Familiar	Saúde Infantil	Atendimento social	Psicologia	Medicina Geral e Familiar	Saúde Oral	Preparação para o parto

5. Nº de migrantes atendidos no Serviço de Urgência Básica no ano de 2017.

Ano 2017	
Cidadãos de Países Membros da União Europeia	Cidadãos de outros países

6. Nº de crianças estrangeiras integradas no Plano Nacional de Vacinação, segundo o seu país de origem, no ano de 2017.

País de origem	Ano 2017

7. Nº de acidentes de trabalho que envolveram cidadãos estrangeiros, no ano de 2017.

Ano 2017	
Cidadãos de Países Membros da União Europeia	Cidadãos de outros países